

COMO IMPLEMENTAR OS PADRÕES

Guia 2



Introdução	4
Para quem é o <i>Kit Um Lugar Seguro para as Crianças?</i>	4
Estrutura.....	4
Chave.....	5
Terminologia.....	5
Objetivos.....	5
Como usar este Guia.....	6
Fase Um: Conhecendo a sua organização	10
<i>Atividade 1.1: As crianças e sua organização</i>	10
<i>Atividade 1.2: Boas práticas para com as crianças</i>	11
<i>Atividade 1.3: Um guia para autoavaliação</i>	11
<i>Atividade 1.4: Avaliação e controle de risco</i>	17
<i>Atividade 1.5: Análise das partes interessadas</i>	20
Resumo	22
Fase Dois: Alcançando os padrões	23
Introdução	23
Padrão 1: Uma política escrita de proteção à criança	26
Introdução	26
Padrão 2: Colocando a política em prática	27
Introdução	27
Passo-a-passo para escrever a política e os procedimentos de proteção	27
Passo 1: Quem você precisa consultar?.....	27
<i>Atividade 2.1: Com quem falar sobre a política de proteção à criança</i>	28
Passo 2: O grupo de trabalho	28
<i>Atividade 2.2: Pensando na declaração da política</i>	28
Passo 3: O primeiro esboço – a declaração da política.....	29
<i>Atividade 2.3: Escrevendo sua declaração da política</i>	30
Passo 4: Os procedimentos.....	31
<i>Atividade 2.4: Respondendo a uma suspeita relacionada à proteção da criança</i>	32
Passo 5: A nomeação da pessoa de referência para a proteção da criança	34
Passo 6: Validação da política	35
Padrão 3: Prevenindo danos às crianças	36
Introdução	36
Risco e vulnerabilidade	36
Medidas preventivas: o que podemos fazer para evitar que as crianças sofram danos? ...	37
Passo 1: Recrutamento e seleção da equipe.....	37
<i>Atividade 3.1: Pesquisa de seleção e lista de verificação</i>	38
Passo 2: Prevenindo dano às crianças fazendo uso correto das tecnologias da informação...	41
Passo 3: Prevenindo dano às crianças garantindo atividades seguras.....	43
<i>Orientações para a equipe responsável por atividades/eventos que envolvam crianças em um contexto de desenvolvimento</i>	43

<i>Avaliação de risco</i>	43
Prevenindo danos às crianças nos programas e projetos	45
<i>Atividade 3.2: Fazendo um levantamento da situação atual</i>	47
<i>Atividade 3.3: Boas práticas na implementação</i>	48
<i>Atividade 3.4: Monitoramento e Avaliação (MA)</i>	48
Prevenindo danos no apadrinhamento de crianças.....	50
Prevenindo danos: protegendo as crianças em situações de emergência.....	50
<i>Atividade 3.5: Trabalhando com crianças em situações de emergência</i>	52
<i>Atividade 3.6: Preparando-se para situações de emergência</i>	55
<i>Atividade 3.7: Plano de Ação</i>	55
Resumo: Prevenção e boas práticas	56
Padrão 4: Diretrizes escritas sobre a conduta em relação às crianças	58
Introdução	58
Desenvolvendo códigos de conduta.....	58
<i>Atividade 4.1: Desenvolvendo um código de conduta</i>	60
Padrão 5: Alcançando os padrões em diferentes localidades	62
Introdução	62
Adaptando-se ao país e ao contexto local	62
<i>Atividade 5.1: Práticas locais que talvez causem danos às crianças</i>	62
<i>Atividade 5.2: Identificando recursos locais</i>	63
<i>Lista de verificação para coletar informações sobre o local</i>	64
Desenvolvendo procedimentos locais	65
<i>Procedimento de Relatoria de proteção à criança (modelo em branco)</i>	65
<i>Atividade 5.3: Abuso infantil ou tradição e prática cultural?</i>	66
<i>Atividade 5.4: Crenças culturais e proteção à criança</i>	67
Padrão 6: Direitos iguais de proteção para todas as crianças	70
Introdução	70
Necessidades diferentes, direitos iguais.....	70
Colocando em prática sua estratégia de proteger todas as crianças	71
Monitoramento e avaliação	71
<i>Atividade 6.1: Assegurando o direito que todas as crianças têm de serem protegidas do abuso</i>	72
<i>Ferramenta para elaboração do Plano de Ação</i>	75
Padrão 7: Comunicando a mensagem de <i>Um Lugar Seguro para as Crianças</i> ...76	
Introdução	76
Assegurando uma comunicação efetiva – procedimentos e sistemas.....	76
<i>Atividade 7.1: Que métodos de comunicação já existem?</i>	76
Desenvolvendo uma estratégia de parceria para comunicação	77
Parceria com crianças e adolescentes	77
Metodologias de comunicação	78

Padrão 8: Educação e capacitação para a proteção das crianças	82
Introdução	82
<i>O ciclo de planejamento/capacitação</i>	<i>83</i>
<i>Atividade 8.1: Identificando as necessidades de capacitação</i>	<i>83</i>
<i>Identificação das necessidades prioritárias de capacitação - Quadro modelo.....</i>	<i>84</i>
Padrão 9: Acesso à orientação e apoio	86
Introdução	86
Assegurando que a criança tenha acesso a informação e apoio	86
Padrão 10: Implementando e monitorando os padrões	88
Introdução	88
Preparando-se: implementando a política	88
<i>Atividade 10.1: Desenvolvendo uma estratégia de implementação.....</i>	<i>89</i>
<i>Atividade 10.2: Implementação – como fazer isto acontecer.....</i>	<i>90</i>
<i>Atividade 10.3: Como você saberá se está funcionando?</i>	<i>91</i>
Padrão 11: Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões	94
Introdução	94
<i>Atividade 11.1: trabalhando com organizações parceiras.....</i>	<i>95</i>
<i>Atividade 11.2: Promovendo a proteção de crianças entre os parceiros.....</i>	<i>96</i>
<i>Atividade 11.3: Desenvolvendo padrões mínimos para os parceiros.....</i>	<i>97</i>
Conclusão	97
Agradecimentos	98
<i>Membros da Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças” e suas organizações de apoio ..</i>	<i>98</i>
<i>Pessoas que contribuíram com tempo, energia e recursos</i>	<i>98</i>
<i>Pessoas e organizações que contribuíram com a produção do Kit em Português.....</i>	<i>100</i>
Recursos na internet.....	101
Referências	104

Em 2003, uma aliança entre organizações não governamentais internacionais (ONGs), em parceria com a *National Society for the Prevention of Cruelty to Children (NSPCC) - Sociedade Nacional de Prevenção contra a Crueldade às Crianças*¹, publicou *Setting the Standard - Estabelecendo o Padrão – estratégias comuns para a proteção da criança*. Esse documento forneceu, pela primeira vez, detalhes sobre padrões que organizações internacionais ou organizações em desenvolvimento que trabalham com crianças precisam alcançar para mantê-las protegidas contra o abuso. Amplamente divulgado, o documento visava incentivar um método mais estratégico para a proteção de crianças, para que ONGs em todos os países trabalhassem com os mesmos padrões. Esse documento foi revisado e renomeado como *Keeping Children Safe: Standards for Child Protection - Um Lugar Seguro para as Crianças: Padrões para a Proteção da Criança*, que faz parte do *Kit de Proteção à Criança: Um Lugar Seguro para as Crianças*.

PARA QUEM É O KIT UM LUGAR SEGURO PARA AS CRIANÇAS?

Este *Kit* é uma ferramenta completa para todas as agências, grandes ou pequenas, que trabalham nacionalmente ou internacionalmente com crianças, incluindo ONGs e Organizações internacionais e suas ONGs parceiras, com ou sem foco específico em crianças, outras ONGs (nacionais e locais), parceiros do governo e outras instituições que necessitem de medidas de segurança para a proteção da criança.

As palavras **agência** ou **organização** são usadas de forma alternada no decorrer deste documento.

ESTRUTURA

O *Kit de Proteção à Criança: Um Lugar Seguro para as Crianças* é um *kit* completo para pessoas que trabalham na proteção da criança no mundo inteiro. Seu objetivo é apoiar agências em âmbito local, nacional e internacional, para que esses padrões sejam colocados em prática. O *Kit* tem cinco componentes:

Guia 1 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Padrões para Proteção da Criança, um manual que explica quais devem ser os padrões básicos para todas as organizações que trabalham na proteção da criança em várias partes do mundo.



Guia 2 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Como Implementar os Padrões, um manual de recursos que fornece orientações e atividades para ajudar você e sua organização a alcançar esses padrões.



Guia 3 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança, um manual com exercícios flexíveis de capacitação e materiais para ajudar sua organização a capacitar a equipe para alcançar os padrões.



Guia 4 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Participação das Crianças na Proteção Infantil - um manual com exercícios e materiais para ser usado com as crianças na proteção infantil.



Nota do tradutor

1. Onde se lê criança, subentende-se criança e adolescente, de acordo com a lei brasileira, Estatuto da Criança e do Adolescente, e de acordo com a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC) que considera criança todo ser humano com menos de 18 anos."

Guia 5 – Um DVD – para auxiliar na capacitação e na implementação dos padrões. O *DVD* contém todo o material de capacitação, bem como observações, exercícios, atividades, modelos de formulários e tabelas que serão úteis quando você estiver implantando os padrões em sua organização. Também apresenta alguns modelos de programas de capacitação, além de *workshops* sobre capacitações adicionais, que você pode adaptar e aperfeiçoar.



CHAVE



Padrões para Proteção da Criança



Participação das Crianças na Proteção Infantil



Como Implementar os Padrões



DVD em Idiomas Múltiplos



Capacitação para a Proteção da Criança

TERMINOLOGIA

O *Kit de Proteção à Criança: Um Lugar Seguro para as Crianças* inclui um **Glossário** que explica o significado de algumas palavras e termos que usamos. O glossário pode ser encontrado no DVD.



O guia que você está lendo agora é o *Guia 2 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Como Implementar os Padrões*, a que também iremos nos referir – Como Orientar.

OBJETIVOS

Este guia fornece mais detalhes sobre os critérios básicos de cada padrão, oferecendo informação sequencial sobre como alcançar os padrões de *Um Lugar Seguro para as Crianças*. A implementação desses padrões nos planejamentos e nas políticas de sua organização irá ajudar a fazer dela um lugar mais seguro para as crianças e a equipe.

O guia descreve os padrões que contribuem para uma organização “segura para as crianças” — uma organização que as apoie e que lhes dê segurança suficiente para poderem usufruir do que lhes é oferecido. Mesmo que a atividade central de sua organização não seja focada nas crianças, elas são parte da comunidade; portanto, para as organizações, permanece a necessidade de se construírem os padrões ou elementos básicos para assegurar, assim, que não sejam condenáveis ou complacentes em seu dever de cuidar das crianças. Você pode encontrar mais informações sobre os padrões no *Guia 1 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Padrões para Proteção da Criança*.



Visão geral dos padrões	
Padrão 1	Uma política escrita de proteção à criança
Padrão 2	Colocando a política em prática
Padrão 3	Prevenindo danos às crianças
Padrão 4	Diretrizes escritas sobre a conduta em relação às crianças
Padrão 5	Alcançando os padrões em diferentes localidades
Padrão 6	Direitos iguais de proteção para todas as crianças
Padrão 7	Comunicando a mensagem de <i>Um Lugar Seguro para as Crianças</i>
Padrão 8	Educação e capacitação para a proteção das crianças
Padrão 9	Acesso à orientação e apoio
Padrão 10	Implementando e monitorando os padrões
Padrão 11	Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões

O Guia 2 oferece materiais e atividades que auxiliam as organizações a implementarem os padrões. Ele inclui:

- Notas de orientação;
- Tabelas;
- Modelos de políticas internas;
- Códigos de conduta;
- Atividades em grupo.

COMO USAR ESTE GUIA

O Guia 2 foi elaborado para ser usado de forma ‘mesclada’, isto é, você escolhe quais padrões e atividades quer usar, de acordo com:

- As pessoas com quem você está trabalhando: membros da equipe, voluntários e assim por diante.
- A agência ou organização para quem você ou eles trabalham.
- O quanto a agência ou organização já tem implementado da política, procedimentos e padrões para proteger as crianças.

Este guia é dividido em duas **fases** e cada uma contém exercícios e atividades. Você pode fazê-los sozinho ou com seu grupo. Eles o ajudarão a pensar em como certos padrões podem ser implementados no seu contexto ou no contexto de uma organização parceira. Além disso, o direcionamento nas atividades que podem ajudá-lo a produzir o material de que você precisa.

Fase Um: Conhecendo sua organização - o ajudará a pensar sobre como ela funciona: o que é bom, o que não é tão bom, o que você poderia mudar ou melhorar. Na Fase Um você traçará um perfil da sua organização para poder visualizar o que é preciso ser feito para torná-la melhor.

Fase Dois: Alcançando os padrões – um olhar individual para cada padrão. Para cada padrão, você encontrará notas de orientação e atividades, pontos de discussão, ideias e exemplos que ajudarão a organização a implementar aquele padrão específico. Não se espera que a organização implemente todos os padrões de uma só vez. É importante que você use os padrões para traçar um plano de ação com prioridades e prazos que sejam práticos para você ou a organização parceira, no contexto em que estão trabalhando. Os padrões existem para ajudá-lo a perceber qual é o nível mínimo em que você deve estar trabalhando.

Você deve escolher os padrões que são prioritários para seu projeto ou organização. Se, por exemplo, você já adota uma política e procedimentos de proteção, mas ainda não resolveu como prevenir o abuso, talvez você queira começar com os Padrões 3 e 4. No entanto, recomendamos que você comece com a Fase Um, que o ajudará a identificar as lacunas, os riscos e as prioridades.

Nota: Se sua agência (ou a organização parceira que você financia) ainda não observou os conceitos de proteção à criança, é necessário realizar algumas atividades de esclarecimento encontradas no *Guia 3 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*. Os módulos 1-4 oferecem exemplos de exercícios que podem ser realizados em dias de capacitação ou eventos da equipe.

O DVD (Guia 5) também oferece apoio para momentos rápidos de capacitação. Isso o ajudará a assegurar que todos que têm contato com crianças em seu trabalho tenham algum entendimento básico sobre o que é abuso infantil, como reconhecê-lo e como agir diante de alguma situação preocupante.



Antes de tentar implementar os padrões e estabelecer políticas e procedimentos, é essencial que todos que trabalham para a organização entendam e aprovelem/aceitem:

- Como a organização define abuso infantil e proteção infantil.
- Seu dever de proteger do abuso as crianças com quem têm contato ou a quem fornecem serviços.

Este guia vai oferecer ferramentas que o ajudarão a certificar-se de que sua organização é segura para as crianças. Ele vai apoiá-lo nas decisões que você precisa tomar para alcançar cada padrão.



keeping children safe

Fase Um e Dois



Fase Um: Conhecendo a sua organização

Esta primeira parte do *kit* de atividades e recursos — Fase Um — ajudará você a identificar e analisar o que sua organização (ou organização parceira) geralmente faz e como ela age para proteger as crianças. A Fase Um mostrará:

- O que você está fazendo de forma correta — boa prática.
- O que você não está fazendo de forma correta ou não está fazendo — práticas não recomendáveis, lacunas na assistência e riscos.
- Quem é afetado, quem tem interesse em que você faça as coisas certas — as principais partes interessadas.

Para muitas organizações, as crianças não são o foco principal. Seu foco principal talvez seja o fornecimento de água, a distribuição de comida ou um projeto que envolva a comunidade como um todo, por exemplo. No entanto, quando analisam suas atividades, essas organizações ficam surpresas ao descobrir quanto contato elas têm com crianças. Crianças em todos os lugares estão vulneráveis ao abuso e à exploração por pessoas em posição de poder e confiança. Reportagens recentes no Reino Unido e em outros lugares continuam a mostrar isso. Desse modo, é essencial que todas as organizações de assistência e desenvolvimento sejam capazes de certificar-se de que têm formas apropriadas de recrutar a equipe, reconhecer práticas e comportamentos não recomendáveis, bem como responder às suspeitas e às preocupações quando elas aparecerem.

As atividades que seguem foram desenvolvidas para ajudá-lo a identificar a posição atual da organização em relação à proteção das crianças. Escolha as atividades que lhe darão a melhor percepção.

Se você estiver trabalhando com uma organização parceira para ajudá-la a implementar as políticas e os procedimentos de proteção à criança, por favor, consulte o guia adicional do **Padrão 11: Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões (ver páginas 95-98)**.

Atividade 1.1: As crianças e sua organização

Objetivo

Ter conhecimento do grau de contato que sua organização tem com crianças.

Notas

Pense sobre as principais atividades ou serviços que sua organização oferece para crianças, ou nas formas de contato que sua organização tem com elas.

Agora pense em um dia comum e identifique quantas crianças a organização (equipe, voluntários, etc.) normalmente encontra, com quantas conversa ou tem contato por causa dessas atividades. Pense na idade das crianças, se elas estão abandonadas, se vivem na instituição, se frequentam a escola, se moram com suas famílias, etc.

Talvez seja útil desenhar uma criança em uma cartolina e escrever as informações que surgirem. Você pode usar cores diferentes para mostrar se o contato com a criança é regular, ocasional ou remoto — via e-mail, por exemplo.

- Sua organização tem outras informações relevantes sobre as crianças ou adolescentes com quem tem contato?
- Existem outras formas pelas quais você tem contato com as crianças? Por exemplo, através de cartas, telefone ou e-mail?
- Você ficou surpreso com a quantidade, ou com a falta, de contato que você tem?

Através dessa atividade você começará a identificar as pessoas de sua organização que têm contato com as crianças ou têm acesso a elas, e de que forma isso acontece.

Atividade 1.2: Boas práticas para com as crianças

Objetivo

Identificar tudo o que a sua organização faz bem em seu trabalho com as crianças.

Notas

Você não deve olhar somente as lacunas de sua organização. Olhe também os bons trabalhos que você já faz. As organizações geralmente são muito comprometidas com a proteção e a segurança das crianças com quem têm contato. Talvez você faça em seu trabalho atividades que não são formais, não estão escritas, mas que acontecem. Algumas medidas talvez já existam informalmente.

1- Trabalhando com sua própria organização ou com uma organização parceira, certifique-se de identificar as boas práticas. Comece a pensar nos pontos fortes de sua organização em seu trabalho com crianças. Pense sobre:

- A forma como as crianças são cuidadas e valorizadas;
- O contato/envolvimento da comunidade local;
- O comprometimento e a atitude da equipe para com as crianças;
- A forma como sua organização é dirigida;
- As políticas e os procedimentos existentes;
- A capacitação da equipe;
- A forma como a equipe é recrutada.

Avalie esta lista e, se quiser, adicione outros tópicos ou outras áreas.

2- Seja individualmente, seja com outras pessoas, com base em cada um dos tópicos acima, pense sobre as boas práticas que sua organização ou a organização parceira realizam em seu trabalho com as crianças. À medida que for avaliando as atividades, lembre-se de balancear as lacunas com as práticas positivas que sua organização/atividade promove.

Atividade 1.3: Um guia para autoavaliação

Objetivo

Medir a distância (ou a proximidade!) que sua organização está da meta de alcançar os padrões de segurança para as crianças e saber em que aspecto você precisa melhorar.

Notas

Esta ferramenta de autoavaliação é a maneira ideal para medir a que distância sua organização está da meta de alcançar os padrões de segurança para as crianças e em que precisa melhorar.

Esta abordagem é baseada em um trabalho de George Varnava com o antigo Fórum sobre Crianças e Violência, com a Agência Nacional de Crianças (NCB, sigla em inglês). Com a permissão dos autores, o NSPCC adaptou este *Kit* para ser usado como ferramenta de análise para a proteção das crianças.

A ferramenta de autoavaliação também pode ser encontrada no DVD.



Fase Um: Conhecendo a sua organização

Usando os pontos de controle

As questões abaixo foram formuladas para estimular a organização a praticar o mínimo dos requisitos (critérios) que todas as organizações comprometidas em proteger as crianças devem cumprir. No entanto, dependendo do tipo de trabalho com crianças que a sua organização realiza, e do contexto, ambiente e condições em que você trabalha, alguns pontos podem ser mais relevantes do que outros.

Esta ferramenta de autoavaliação pode ser um guia útil, e você talvez queira eliminar ou acrescentar requisitos para assegurar a relevância da sua atividade em particular (o site de ferramentas de autoanálise permite essas alterações).

Antes de começar, faça cópias do questionário, coloque a data nas cópias e siga os passos assinalados a seguir. Você poderá guardar essas cópias para, mais tarde, estudar as áreas de progresso em sua organização.

A ferramenta de autoavaliação nos leva a pensar em seis áreas diferentes de nossa organização

1. As crianças e a organização
2. Normas e procedimentos
3. Prevenindo danos às crianças
4. Implementação e capacitação
5. Informação e comunicação
6. Monitoramento e avaliação

Existem seis declarações/padrões em cada área. Leia cada uma e decida onde cada declaração está:

- A: Em execução
- B: Parcialmente executado
- C: Não executado



“Você deve fazer uma avaliação de risco para todo projeto ou programa novo”.

Marque a melhor opção, A, B ou C:

As crianças e a organização		A	B	C
1.	A organização tem clareza da sua responsabilidade de proteger as crianças e de propagar essa posição a todos com quem entrar em contato.			
2.	O comportamento dos funcionários e de outras pessoas que trabalham com as crianças mostra o compromisso de protegê-las do abuso.			
3.	Há um bom conhecimento da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC) ou de outras ferramentas sobre os direitos da criança, e isto é visto como base para a proteção da criança em sua organização.			
4.	Os gestores asseguram que as crianças são ouvidas e consultadas e que seus direitos são executados.			
5.	A organização tem consciência de que todas as crianças têm direitos iguais à proteção.			
6.	A organização controla o comportamento das crianças sem atos de violência, degradação ou humilhação.			

Normas e procedimentos que ajudam a proteger as crianças		A	B	C
1.	A organização tem uma política escrita sobre a proteção à criança ou um plano claro para garantir a segurança das crianças contra danos.			
2.	A política ou plano é aprovada pela diretoria (conselhos consultivos, executivos, comitês).			
3.	A política ou acordo precisam ser cumpridos por todos.			
4.	Existem elaborados procedimentos de proteção à criança que orientam passo a passo o que deve ser feito em caso de risco à segurança ou ao bem-estar da criança.			
5.	Há uma pessoa nomeada para cuidar da proteção da criança, com funções e responsabilidades claramente definidas.			
6.	Os procedimentos de proteção à criança também levam em conta as circunstâncias locais.			

Fase Um: Conhecendo a sua organização

Prevenindo danos às crianças		A	B	C
1.	Existem normas e procedimentos ou um acordo de como recrutar candidatos e avaliar sua capacidade para trabalhar com crianças, incluindo uma verificação de antecedentes criminais ² .			
2.	Existem diretrizes escritas de comportamento, ou uma maneira de informar os funcionários e outros colaboradores sobre que tipo de comportamento é aceitável ou não, especialmente no contato com as crianças.			
3.	As consequências de violar as diretrizes de comportamento estão claras e relacionadas a procedimentos disciplinares da organização.			
4.	Existe orientação sobre o uso apropriado de tecnologias como internet, sites, câmeras digitais, etc., para assegurar que as crianças não estarão em risco.			
5.	Onde existe a responsabilidade direta de promover/realizar atividades, incluindo casas de cuidados residenciais, as crianças são adequadamente supervisionadas e protegidas, em qualquer situação.			
6.	Existem formas bem divulgadas pelas quais a equipe ou um colaborador pode, se necessário for, apresentar, de forma confidencial, suspeitas com comportamentos inaceitáveis por parte de outros membros da equipe.			

Implementação e capacitação		A	B	C
1.	Existe orientação clara para a equipe, parceiros e outras organizações (incluindo organizações de financiamento) sobre como manter as crianças seguras.			
2.	A proteção à criança é aplicada respeitando-se a cultura local, mas sem adotar práticas que sejam prejudiciais às crianças.			
3.	Existe um plano escrito mostrando quais providências serão tomadas para manter a criança segura.			
4.	Tanto os membros da equipe quanto os voluntários, ao entrarem na organização, recebem capacitação sobre proteção às crianças, incluindo a apresentação da política de proteção da organização, se essa existir.			
5.	Tanto os membros da equipe quanto outros colaboradores têm a oportunidade de aprender sobre como reconhecer casos de abuso e sobre como agir nesta situação.			
6.	O trabalho é desenvolvido com os parceiros de maneira a assegurar que as normas de segurança sejam cumpridas.			

Informação e comunicação		A	B	C
1.	As crianças são conscientizadas do direito que têm de estarem protegidas do abuso.			
2.	Todos na organização sabem quem é a pessoa de referência sobre a proteção das crianças, e como fazer contato com ela.			
3.	Estão disponíveis informações detalhadas sobre os recursos locais de proteção à criança - como lugares seguros, autoridades nacionais e assistência em caso de emergências médicas.			
4.	As crianças sabem aonde ir para pedir ajuda ou aconselhamento sobre abuso, assédio ou provocações.			
5.	Foram estabelecidos contatos com as principais organizações nacionais e/ou locais de proteção e bem-estar da criança.			
6.	Membros da equipe com responsabilidades especiais de manter as crianças seguras têm acesso a informações, apoio e aconselhamento de um especialista.			

Monitoramento e avaliação		A	B	C
1.	A organização tem acordos para monitorar o cumprimento das normas de proteção à criança.			
2.	Regularmente solicita-se às crianças, os pais ou guardiões que avaliem as normas e verifiquem se as metas de proteção às crianças estão sendo alcançadas.			
3.	A organização usa a experiência existente sobre os sistemas de proteção à criança para influenciar o desenvolvimento de políticas e práticas.			
4.	Todos os incidentes, denúncias de abuso e reclamações são registrados e monitorados.			
5.	As políticas e práticas são regularmente revisadas preferencialmente a cada três anos.			
6.	As crianças e os pais/responsáveis são consultados como parte da revisão para salvaguardar as políticas e as práticas.			

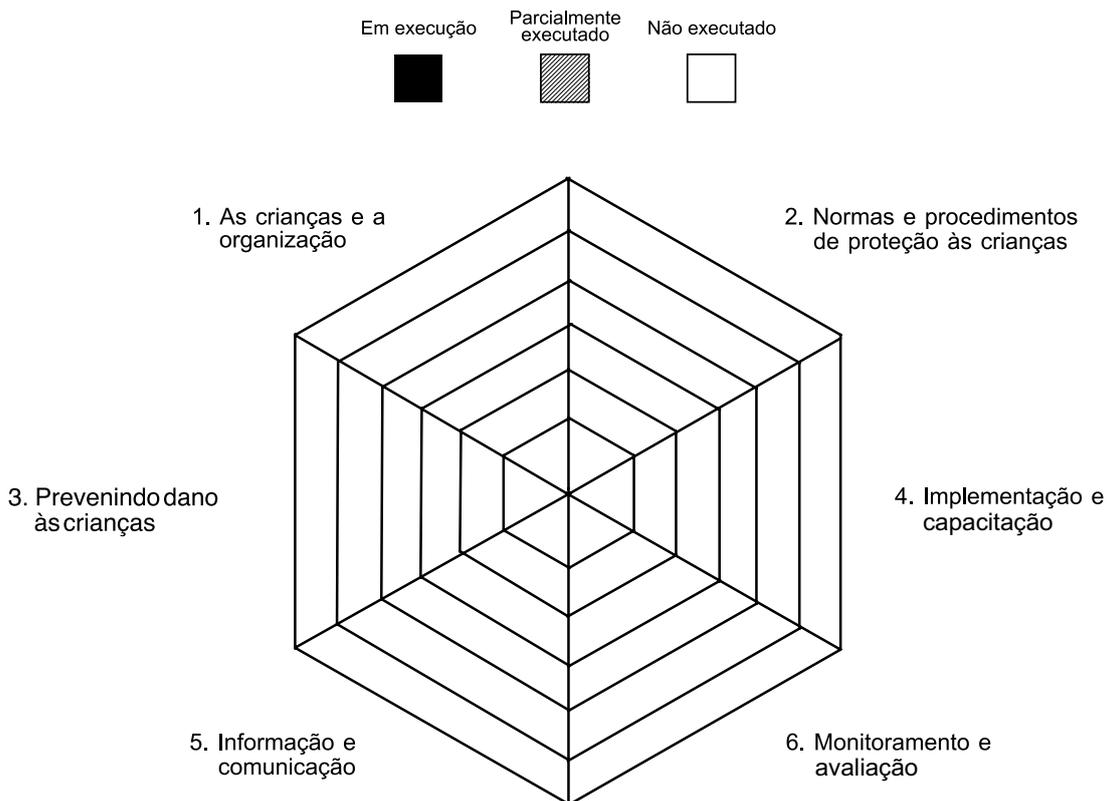
Nota do tradutor – 2. No Brasil, apesar de não haver uma lei que permita ou proíba a solicitação do atestado de antecedentes criminais, muitas instituições preferem não solicitar o mesmo com base na Lei 9029/95 que condena qualquer prática discriminatória e limitativa para acesso a um emprego, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ferindo assim o direito à dignidade da pessoa humana e servindo de base à discriminação.

Fase Um: Conhecendo a sua organização

O gráfico da autoavaliação

Após utilizar a ferramenta de autoavaliação, transfira suas respostas para o gráfico, aplicando três cores ou texturas diferentes. A autoavaliação lhe dará a oportunidade de fazer um diagrama de sua organização que mostrará a sua efetividade em manter as crianças protegidas e em que pontos você ainda precisa melhorar. Use cores ou tons diferentes para representar A, B e C.

Note que o diagrama reflete os padrões de *Um Lugar Seguro para as Crianças*. Eles foram divididos em seis categorias para facilitar. O objetivo deste exercício é mapear qualquer lacuna que possa haver em cada seção. Depois de ter lido e preenchido o formulário assinalando: **“em execução”**, **“parcialmente executado”** ou **“não executado”**, transfira os resultados para o diagrama de acordo com as instruções. O diagrama ilustra, de forma visual, o estágio alcançado pela organização em proteger as crianças e sinaliza onde melhorias precisam ser feitas. Não existe uma forma certa ou padronizada de preencher de 1 a 6. O objetivo do exercício é revelar as lacunas.



Atividade 1.4: Avaliação e controle de risco

Objetivo

Identificar os riscos que existem em relação à proteção da criança em sua organização.

Introdução

Agora que você mapeou/identificou:

- O tipo de contato que sua organização tem com crianças;
- Os pontos fortes ou as boas práticas de sua organização; e
- lacunas ou as áreas que precisam melhorar por meio da autoavaliação,

Será útil realizar uma avaliação mais detalhada.

Por que fazer uma avaliação de risco?

Uma avaliação de risco é a forma de identificar a possibilidade de acontecerem coisas que terão impacto negativo sobre os objetivos e a reputação de sua organização. Essa informação contribuirá para a elaboração de um plano de ação e, se necessário, um relatório para ser apresentado aos diretores ou ao conselho executivo a fim de ajudá-los a entender por que é tão importante implementar esses padrões.

Por que é importante implementar os padrões?

Não implementar os padrões pode trazer sérias consequências para a organização. Por exemplo:

- Alguns doadores/patrocinadores podem deixar de conceder financiamento para organizações que não mostrarem claramente como protegem as crianças e como as mantêm seguras.
- As seguradoras podem relutar em conceder o seguro contra danos se a política de proteção à criança não estiver implantada.
- A reputação de uma organização pode ser seriamente abalada se demonstrar que é negligente em sua tarefa de cuidar das crianças.
- Doadores podem não querer apoiar as ONGs que não levam essa questão a sério.

A avaliação de risco deve ser uma parte do planejamento de qualquer projeto e deve considerar todos os seus aspectos, particularmente qualquer risco relacionado à proteção de crianças e adolescentes. Depois de avaliar esses riscos, você precisará lidar com eles. Portanto, certifique-se de estar ciente dos riscos e de agir para que eles sejam mínimos e estejam sob controle.

O que é avaliação de risco?

É uma ferramenta que o ajudará a pensar sobre:

- O detalhamento prático de um programa, serviço ou atividade;
- O que pode vir a falhar;
- A possibilidade/probabilidade de essas falhas acontecerem;
- O impacto causado por essas possíveis falhas.

O que é controle de risco?

Depois de realizar a avaliação de risco, você pode tomar algumas atitudes para controlar os riscos, isto é:

- Identificar formas de reduzir os riscos.
- Decidir com antecedência o que fazer se algo der errado.
- Encarregar diversas pessoas do monitoramento e gerenciamento da proteção às crianças.

Fase Um: Conhecendo a sua organização

Certifique-se de ter tempo suficiente para realizar a avaliação de risco e o controle de risco. Para garantir que você pensará sobre todos os possíveis riscos, envolva vários colaboradores do projeto em sua avaliação de risco, de forma que você tenha uma visão mais ampla de sua organização/atividade/projeto.

Quando você deve fazer avaliação e controle de risco?

O controle de risco deve ser parte contínua de cada projeto. Você deve realizar uma avaliação de risco em cada novo projeto ou programa.

Depois de ter realizado a avaliação uma vez, você será capaz de adaptar o exercício aos projetos futuros.

Os sete passos da avaliação de riscos

A ONG *Child Wise* (2003) sugere sete passos para uma avaliação de risco, descritos a seguir.

Os sete passos da avaliação de risco	
1.	Estabeleça o contexto, abrangência e ambiente.
2.	Identifique os riscos.
3.	Analise os riscos.
4.	Avalie os riscos
5.	Implemente estratégias para minimizar e prevenir os riscos.
6.	Revise e avalie os riscos e as medidas preventivas.
7.	Comunique e consulte.

O formulário que segue deve ajudá-lo a identificar áreas de risco em sua organização.

Notas

Utilize o **Formulário Modelo de Avaliação de Risco** para identificar quaisquer áreas de risco nas atividades pelas quais sua organização é responsável. (Obs.: Um modelo em branco, com um plano de ação, está disponível no DVD, Guia 5). Você deve avaliar os riscos em seu projeto/programa/organização. Classifique cada risco em **Baixo (B) Médio (M) ou Alto (A)**. Depois reserve um tempo para pensar em como monitorar esse risco.



Formulário Modelo de Avaliação de Risco

Áreas de risco em potencial	Fatores de risco	A	M	B
Como a equipe ou os voluntários são selecionados.	Processo informal, não organizado. As referências não são checadas. É possível selecionar alguém não capacitado para lidar com crianças.	X		
Falta de políticas e procedimentos que auxiliam na proteção da criança.	Não estão escritos ou implementados.	X		
Localização do projeto.	Talvez esteja isolado e fora da comunidade.		X	
Atividades com as crianças.	Não são propriamente coordenadas ou supervisionadas.	X		
Falta de indução, capacitação ou apoio para a equipe.	A equipe não é informada, treinada ou supervisionada.	X		
O contexto e ambiente.	A organização atua em situações de conflito, emergência ou restauração.	X		
A cultura da organização.	A organização não reconhece a existência de risco. Negação da possibilidade de haver problema.	X		
Comunicação e consulta com outros.	Não existem formas de receber o retorno das crianças, da comunidade, dos parceiros ou de outras pessoas que utilizam o serviço.		X	

Outras áreas que devem ser consideradas são:

- Discriminação;
- Coordenação e supervisão da equipe e voluntários;
- Relacionamento com organizações parceiras;
- Monitoramento e avaliação;
- Como relatar e tratar as questões preocupantes.

Talvez você apenas monitore a situação e a avalie em determinado momento. Talvez seja necessário mudar de comportamento ou de prática. Se sua avaliação mostrar algo realmente perigoso, pense em interromper a atividade, o comportamento ou a prática o mais rápido

Fase Um: Conhecendo a sua organização

possível. Lembre-se de buscar conselho e compartilhar as suspeitas e avaliações com outros parceiros, inclusive diretores.

O ideal é que a avaliação de risco seja feita logo nos estágios de planejamento, quando você está desenvolvendo novas atividades, alterando as atividades existentes, as funções individuais ou as responsabilidades. Você pode adaptar esse formulário para ser utilizado em modelos de planejamento. Isso pode se tornar parte do material de sua organização para avaliar e controlar os riscos de proteção à criança.

Atividade 1.5 - Análise das partes interessadas

Objetivo

Identificar os principais personagens e as partes interessadas no processo de implementação das normas para proteger as crianças e mantê-las seguras.

Introdução

Uma análise das partes interessadas o ajudará a decidir quem pode ajudá-lo e apoiá-lo em seus esforços para fazer com que sua organização seja segura para as crianças, e quem impediria ou sabotaria esse objetivo.

O que é uma parte interessada?

Uma parte interessada é alguém que será afetado pelo projeto, por isso tem muito interesse ou confiança nos benefícios da implementação dos padrões. Uma parte interessada é qualquer pessoa envolvida no projeto/programa. Todas as pessoas têm o direito de ter sua opinião considerada. Com base no quadro proposto (no DVD), identifique suas principais partes interessadas. Geralmente há dois ou três grupos principais:

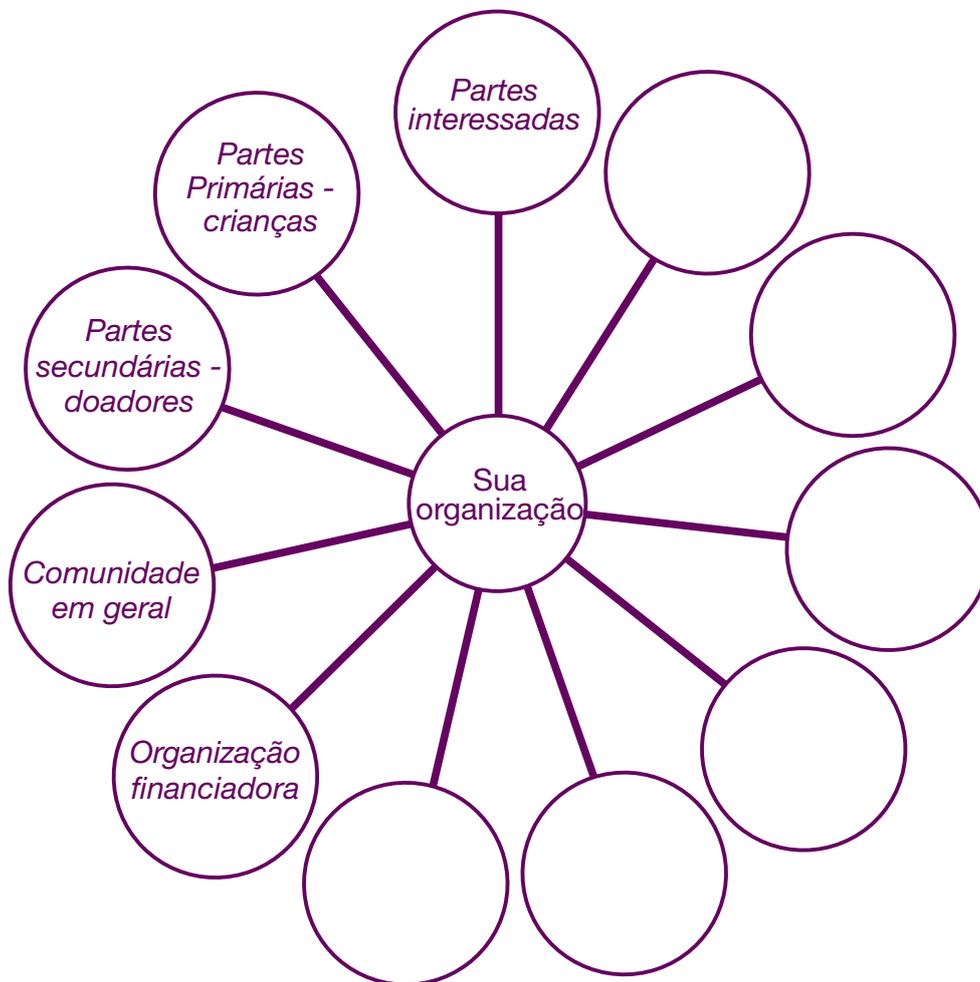


- Partes primárias: São as pessoas, inclusive as crianças ou as instituições, que se beneficiam diretamente de sua organização.
- Partes secundárias: São as pessoas que têm alguma influência no programa, na atividade ou projeto, que têm poder de decisão, ou se beneficiam direta ou indiretamente das atividades.
- A comunidade em geral.

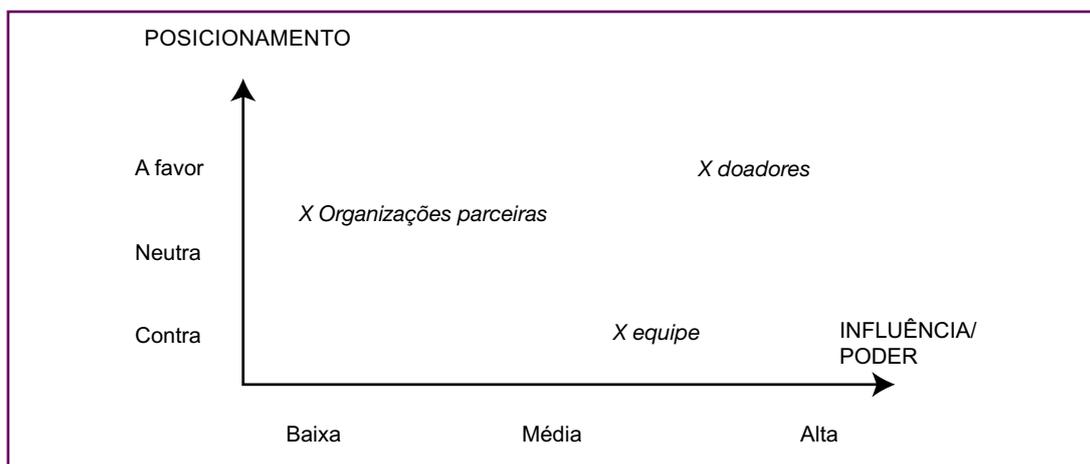
Conduzindo uma avaliação das partes interessadas

1. Comece identificando as principais partes interessadas em sua organização. Algumas delas podem estar dentro da organização, outras podem estar fora. Por exemplo, parceiros, líderes comunitários, gestores e crianças.
2. Decida se o nível de influência delas é Alto, Médio ou Baixo.
3. Tente imaginar como elas verão os padrões e a necessidade de mudança da organização: serão favoráveis, contrárias ou neutras?

As partes interessadas no processo de desenvolvimento de uma política de proteção à criança



Depois de completar seu diagrama, copie o gráfico abaixo em um papel maior e adicione seus próprios exemplos. O DVD tem um modelo.



Fase Um: Conhecendo a sua organização

Esse gráfico o ajudará a mapear o posicionamento de cada parte interessada, considerando--se sua atitude (ao implementar as normas de proteção à criança) e sua influência. Por exemplo, se você acha que os doadores têm muita influência e poder e que vão apoiar o desenvolvimento da política/padrões de proteção à criança, então você marcará 'Alta', conforme acima. Mas a equipe talvez se posicione contra a ideia porque acredita que as crianças estejam seguras e que isso não seja necessário, então, a influência dela pode ser de média a alta. Organizações parceiras talvez tenham pouca influência e não entendam as questões, logo, têm pouca influência nesse estágio.

Quais são as opções para coordenar as partes interessadas?

- É possível atrair novas partes interessadas, para tentar inverter o balanço de poder?
- É possível aumentar a influência das pessoas favoráveis à implementação das normas e reduzir o poder das pessoas que talvez sejam contrárias?
- Será que parcerias podem ser formadas para fortalecer o projeto?
- Será que você pode convencer as partes interessadas contrárias incorporando algumas de suas ideias?
- Você tem outras ideias ou pensamentos?

Agora volte ao quadro original das partes interessadas e acrescente quem pode ajudá-lo ou quem talvez esteja resistente. Considere também qualquer parte interessada com quem você trabalhe em parceria.

RESUMO

A Fase Um ofereceu uma variedade de técnicas e recursos para que você tenha uma boa visão de sua organização e das organizações parceiras, e para que saiba claramente o que sua organização está fazendo bem e onde existem lacunas. Também ajudou a identificar as possíveis áreas de risco. Através da avaliação das partes interessadas, você pôde ter ideia de quem tem interesse no melhor desenvolvimento dos padrões de proteção à criança.

Esses recursos talvez ajudem com o planejamento do projeto e assegurem que você progrida. Talvez seja útil resumir seu trabalho em um relatório para a diretoria, dando informações sobre as questões relevantes, os próximos passos e os recursos necessários. Sem o consentimento e o apoio da diretoria, será muito difícil seguir em frente.

Nota: Antes de ir para a Fase Dois, leia as definições de abuso no DVD ou no material de capacitação. Assim, você vai entender mais sobre o abuso e a proteção às crianças.



INTRODUÇÃO

Você vai precisar de sua cópia do Guia 1 – *Um Lugar Seguro para as Crianças: Padrões para Proteção da Criança* para planejar a próxima fase.

Depois de cada padrão, há atividades, recursos e ideias que ajudam a colocá-lo em prática. (Em alguns casos) os padrões foram organizados com os temas e desafios que têm relação entre si. Você pode seguir cada padrão numa ordem lógica ou considerando as prioridades da sua organização. Além disso, o DVD (Guia 5) tem modelos de quadros, formulários, e outras ferramentas e recursos que podem ser reproduzidos conforme a necessidade da sua organização.



Se você ou a organização parceira estão apenas começando a perceber a importância de uma política de proteção à criança, comece com os **Padrões 1 e 2**



“Todas as organizações que trabalham direta ou indiretamente com pessoas abaixo dos 18 anos de idade devem ter uma política escrita de proteção à criança.”



keeping children safe

Padrões 1 a 11



Padrão 1 - Uma política escrita de proteção à criança

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

Todas as organizações que trabalham direta ou indiretamente com pessoas menores de 18 anos têm um plano escrito de proteção.

Essa política é geralmente conhecido como *Política de proteção à criança*.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

A política anuncia que a organização está comprometida em garantir a segurança das crianças, deixa claro que toda criança deve ser protegida, ajuda na criação de um ambiente seguro e sadio para todas elas e demonstra que a organização está levando a sério seu compromisso de mantê-las fora de perigo.

Padrão 2: Colocando a política em prática

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

É uma orientação sobre o que fazer quando acontece um incidente ou surge uma suspeita relativa à segurança da criança.

Por que as organizações devem adotar este padrão?

Procedimentos e diretrizes claros ajudam a assegurar uma resposta imediata para as suspeitas referentes à segurança e ao bem-estar da criança e auxiliam no cumprimento de exigências legais e solicitações de diretrizes práticas.

PASSO-A-PASSO PARA ESCREVER A POLÍTICA E PROCEDIMENTOS DE PROTEÇÃO

Objetivo

Ajudar organizações a desenvolver uma política de proteção à criança e procedimentos para lidar com as questões preocupantes.

Introdução

Se você quer criar uma política e procedimentos de proteção à criança para sua organização, é importante envolver as pessoas certas quando estiver planejando e desenvolvendo o trabalho. Geralmente a responsabilidade de desenvolver essa política é atribuída a uma única pessoa. No entanto, é fundamental que todos sejam envolvidos - você vai precisar de acordos, financiamentos e recursos, além de uma equipe e de uma pessoa da diretoria que aprove essa política, assegurando que ela funciona e é efetiva.

As notas a seguir fornecem uma detalhada orientação, passo a passo, para ajudá-lo a desenvolver uma política e procedimentos de proteção à criança.

PASSO 1: QUEM VOCÊ PRECISA CONSULTAR?

Antes de qualquer coisa, você precisa pensar em quem vai consultar sobre as políticas e os procedimentos. Então, certifique-se de envolver o maior número possível de pessoas, para que todos participem.

Pense nos gestores e em outras pessoas que representem as várias partes da organização e suas atividades. Frequentemente, as organizações cometem o erro de pensar que o problema da proteção da criança se concentra em apenas um de seus setores. Se você quer que a política e os procedimentos funcionem e sejam bem-sucedidos, certifique-se de que eles são centrais em sua organização e de que todos tenham a oportunidade de opinar em seu desenvolvimento. Se todos contribuírem e concordarem com a política, ela será mais efetiva. Portanto, inclua todos que puder: desde voluntários até a equipe de recursos humanos e gestores.

Padrão 2: Colocando a política em prática

Atividade 2.1: Com quem falar sobre a política de proteção à criança

Todos os departamentos de sua organização: Em um papel em branco escreva os vários departamentos de sua organização e o nome da pessoa que você precisa consultar em cada um deles.

- Existe uma maneira natural de todos se encontrarem para conversar sobre a política? Ou você precisa organizar um evento para tentar envolver as pessoas no processo

Pense a respeito:

- **Recursos:** Você tem algum recurso humano ou financeiro para apoiar o trabalho? Se não, do quê, e de quanto você vai precisar? Produzir uma política clara não custará muito, mas certamente haverá despesas, tais como impressões e capacitação.
- **Pesquisa:** Você pesquisou o que as organizações ou os projetos similares estão fazendo? Quem poderia ajudá-lo ou compartilharia conhecimentos? Faça uma lista das pessoas que você acha que seriam parte do grupo de tarefas ou de trabalho. Inclua membros da comunidade ou organizações parceiras.

Depois disso, organize seu primeiro encontro ou teleconferência.

PASSO 2: O GRUPO DE TRABALHO

Agora você conseguiu formar um pequeno grupo com as pessoas certas para discutir o desenvolvimento da política, os procedimentos e o que mais for necessário. Talvez seja interessante chamá-lo de grupo de trabalho ou força-tarefa para a proteção da criança. Assim, a função do grupo ficará clara para todos.

Reunindo as pessoas

Se viagens e distância forem problema, é possível fazer um grupo virtual (por e-mail ou telefone), ou realizar encontros como parte de outra capacitação regional?

Atividade 2.2: Pensando na declaração da política

Com seu grupo de trabalho:

- Explique as questões, o que é necessário e por quê - para que servem a política e os procedimentos; por que os procedimentos e os padrões são importantes; como a organização e os membros da equipe serão beneficiados; como as crianças e as famílias serão beneficiadas?
- Desenvolva termos de referência (razão e propósito) para o grupo e certifique-se de que todos compreendem esses termos.
- Compartilhe questões e conhecimentos/experiências - isso fará com que todos se sintam valorizados e encorajados a expressarem suas opiniões e se envolverem.
- Comece pelo final! Aonde você quer chegar? Como deve ser o documento da política de proteção à criança? Em quais aspectos ele é diferente de outros documentos de políticas? Talvez seja uma boa ideia mostrar a todos um exemplo da política de outra agência.
- Reconheça a relação com outras políticas, por exemplo, a política de seleção, de saúde, de segurança e de reclamações ou disciplinadora.

PASSO 3: O PRIMEIRO ESBOÇO - A DECLARAÇÃO POLÍTICA

A lista a seguir fornece uma base que ajudará o grupo de trabalho a desenvolver o primeiro esboço da política de proteção à criança. O primeiro esboço deve começar com uma declaração e incluir:

- O que a organização quer comunicar sobre a proteção da criança.
- Por que a organização quer uma política e procedimentos de proteção à criança.
- Como, de forma geral, a política vai cumprir essa responsabilidade.
- A quem a política e os procedimentos se aplicam (a toda a equipe e voluntários? E aos parceiros?). É algo mandatário, qualquer pessoa ligada a organização deve concordar com a política e os procedimentos?
- Definição de criança (use a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança como diretriz, isto é, qualquer pessoa menor de 18 anos).
- A definição de abuso infantil que sua organização adota.
- Como essa política se acomoda às outras políticas e procedimentos que promovem os direitos e o bem-estar das crianças em sua organização.
- Um plano para avaliar e monitorar a política e os procedimentos.

Princípios fundamentais

A política de proteção à criança de cada organização deve ser baseada em determinados princípios. Na lista a seguir você encontrará alguns princípios fundamentais relacionados à proteção das crianças. Consulte outras pessoas antes de validar os princípios que vão embasar seu documento. Sua organização talvez já utilize algum em seu material de divulgação ou em outros documentos.

A política é baseada nos princípios a seguir:



Padrão 2: Colocando a política em prática

- Os direitos da criança de ser protegida do perigo, do abuso e da exploração, conforme o estabelecido na Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança.
- O bem-estar da criança deve ser garantido e promovido.
- Quando existe algum conflito de interesses, as necessidades da criança são sempre mais importantes.
- Reconhecimento da importância dos pais, famílias e outros responsáveis na vida das crianças.
- Reconhecimento da importância do trabalho em parceria com outras agências parceiras na proteção da criança.
- Reconhecimento dos direitos da equipe e dos voluntários de receberem capacitação e apoio.
- Flexibilidade ao definir abuso infantil em outras partes do mundo, reconhecendo a necessidade de considerar o entendimento local ou o conceito regional de abuso, o estágio de desenvolvimento e as influências do meio.

Atividade 2.3: Escrevendo sua declaração da política

1. Desenvolva uma declaração simples, que expresse a filosofia de sua organização. Uma declaração de proteção à criança deve deixar claro como a organização protege as crianças e as mantém seguras.
2. Refira-se às políticas internacionais ou nacionais, à legislação ou diretrizes que fortalecem sua política. Relacione tudo isso com os direitos que as crianças têm de serem protegidas contra o abuso e a exploração (Convenção da ONU).
3. Esclareça os objetivos práticos gerais e a razão para a existência de procedimentos e de uma diretriz escrita que os embasa (conforme o padrão 2).
4. Reconheça as necessidades que todas as crianças têm de serem protegidas, incluindo as com deficiência, pertencentes a grupos étnicos/religiosos minoritários, independentemente do gênero, sexualidade ou cultura.
5. Utilize declarações claras sobre a terminologia utilizada (ou seja, um membro da equipe é qualquer pessoa empregada e paga pela organização; um voluntário é um trabalhador que não é pago pela organização, etc.) e sobre a quem a política se aplica.
6. Deixe claro o *status* do documento, por exemplo, sua existência é obrigatória? Foi aprovado pelo conselho ou pela diretoria?

Veja um **exemplo de uma política de proteção à criança** que talvez o ajude.

“O princípio norteador é que a *Being Kind to Children Charity (Entidade Sendo Cuidadoso com a Criança)* acredita que é sempre inaceitável que uma criança tenha a experiência de abuso de qualquer tipo. A *Being Kind to Children Charity* reconhece sua responsabilidade de zelar pelo bem-estar de todos os jovens, protegendo-os do abuso. A política foi escrita para assegurar que a *Being Kind to Children Charity* adote todas as medidas possíveis para prevenir o abuso. O objetivo é assegurar que ninguém da equipe, voluntários ou parceiros, se envolva em situações que possam permitir a ocorrência do abuso, ou em ações que possam ser erroneamente interpretadas pelas crianças, suas famílias ou outros adultos, como abuso ou tentativa de abuso.”

Você já deve ter elaborado uma breve política de proteção e identificado os princípios básicos em que irá se basear. O próximo passo é projetar a política de proteção à criança. O DVD contém um modelo de política de proteção.



7. Antes de terminar o encontro, tente coletar ideias que o ajudarão a delinear um primeiro esboço. Ele não deve ser muito longo! Elabore algo simples e claro.
8. **NÃO SE ESQUEÇA** de traçar um plano de ação com cronograma e de indicar quem fará o quê e dentro de que prazo. Se possível, já agende uma data para o encontro seguinte e estabeleça quando o primeiro esboço estará disponível para consulta.

PASSO 4: OS PROCEDIMENTOS

Uma organização deve ter procedimentos para que todos saibam como reagir quando houver uma suspeita em relação a alguma criança — com quem falar e como registrar isso. Os passos seguintes o ajudarão a entrar em acordo sobre o procedimento de registro.

Responsabilidade de informar

Toda a equipe e voluntários devem estar atentos para os sinais que possam indicar que uma criança está precisando de ajuda. Em várias cidades ou regiões, a lei estabelece que as preocupações, as alegações ou as suspeitas devem ser comunicadas às autoridades nacionais competentes, como os representantes do poder político local e/ou dos serviços sociais. No entanto, alguns países ainda não têm um sistema formalizado. **Falha ou omissão em fazer a denúncia pode resultar na continuidade do abuso ou exploração da criança e, em certas ocasiões, pode até resultar em sua morte.**

Tomar a decisão de fazer a denúncia às autoridades públicas pode ser muito difícil. O procedimento precisa assegurar que todos saibam claramente que atitudes tomar em relação à segurança da criança, ou de outras testemunhas. O primeiro passo é decidir se as suspeitas são internas à organização ou se têm a ver com situações externas.

Todos os procedimentos locais que envolvam o processo de denúncia precisam ser desenvolvidos e acordados com a comunidade e a equipe local. Para entender melhor, consulte os exercícios de capacitação no *Guia 3 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*. Observe o **Módulo 3** e a *Workshop Básico 1*.

O princípio norteador é que a segurança da criança é sempre a consideração mais importante. Qualquer alegação ou suspeita relacionada ao abuso de uma criança deve ser tratada com seriedade. Por isso, todos devem estar cientes de que devem seguir rigorosamente os procedimentos de denúncia. Um cuidado especial deve ser tomado em relação à confidencialidade e ao compartilhamento de informações com as pessoas apropriadas.

A necessidade de se fazer a denúncia através de um processo **interno** de proteção à criança surge nas seguintes situações:

- Existe suspeita de abuso;
- Uma alegação de abuso foi feita;
- Uma criança revelou abuso;
- Uma reclamação foi feita sobre um possível abuso ou exploração de uma criança por algum membro da equipe.
- Você deve deixar claro para seu grupo:
- O que acontece quando uma suspeita em relação ao possível abuso de uma criança é apresentada? Talvez já exista algum procedimento informal, mas talvez não esteja escrito em lugar algum.
- Como as suspeitas são tratadas e quem tem a responsabilidade de lidar com o processo?
- O que está faltando e o que funciona bem? Pode ser que você observe outro processo disciplinador ou outras formas de lidar, por exemplo, com uma reclamação de assédio sexual que forneça ideias sobre a melhor forma de agir.

A próxima tarefa talvez o ajude com isso.

Padrão 2: Colocando a política em prática

Atividade 2.4: Respondendo a uma suspeita relacionada à proteção da criança

Objetivo

Pensar sobre o que acontece agora em sua organização/projeto quando alguém levanta uma suspeita relacionada à proteção da criança.

Notas

Com o grupo todo ou em pares, se o grupo for grande, use uma ou mais de uma das situações propostas. Você encontrará mais situações no *Guia 3 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*. Observe os *Módulos 2 e 3* e a *Workshop Básico 1*. Estas e outras situações podem ser encontradas no DVD.



Situações	
1.	Um membro da equipe ou um voluntário vê um funcionário que trabalha para sua organização agredindo uma criança. Ele está usando uma vara para bater em uma criança que roubou comida da dispensa.
2.	Um membro da equipe ou um voluntário ouve rumores de que o novo membro da equipe, que ocupa o cargo de consultor, deixou o trabalho anterior sob condições suspeitas. Os rumores são sobre comportamentos inadequados com menores de idade em um vilarejo onde ele trabalhava.
3.	Em uma visita de rotina a uma família, você vê um pai batendo no filho menor com um cinto de couro. A criança está claramente angustiada e tem as costas e as pernas sangrando.
4.	Algumas meninas da zona rural estão circulando pelas áreas comerciais da cidade e você suspeita que elas estejam oferecendo favores sexuais em troca de comida.
5.	Em uma visita a uma casa para crianças com deficiência apoiada por sua organização, você nota que algumas crianças estão usando roupas muito sujas e parecem não terem tomado banho. Uma criança em cadeira de rodas está com a calça molhada.
6.	O número de visitantes à zona rural aumentou, a segurança não é tão rigorosa, e há rumores de que dois homens estão perguntando às famílias se elas conhecem alguma criança para adoção.

Nota: Se estas situações não forem comuns em sua organização/projeto, peça ao grupo ou aos colegas que deem alguns exemplos de suas experiências e elaborem situações mais relevantes.

1. Discuta as situações e faça um levantamento das questões. Para quem contariam ou poderiam contar? Como essa situação seria tratada atualmente e o que está faltando?
2. Discuta qual é a situação atual. Isso talvez demonstre um pouco de confusão e falta de consistência sobre o procedimento correto nesses tipos de situação. A experiência tem

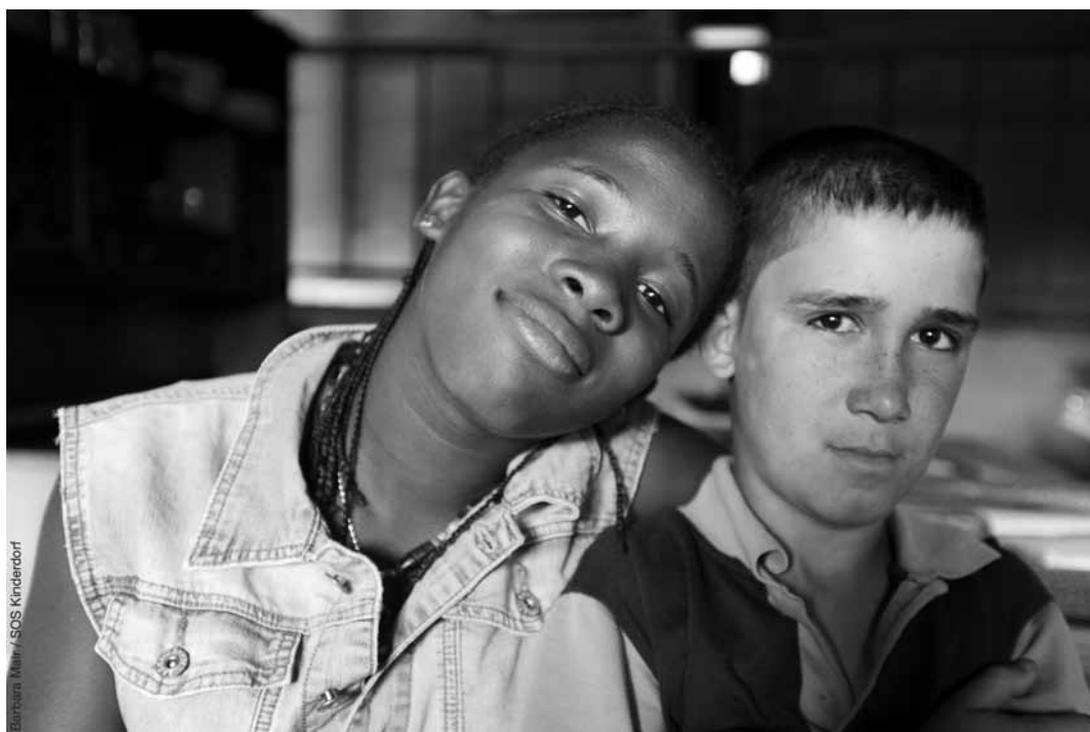
nos ensinado que uma política e procedimentos estabelecidos e acessíveis vão garantir que essas situações sejam tratadas de forma apropriada. Mesmo assim, algumas pessoas estarão mais seguras do que outras sobre o que fazer.

3. Reproduza num pedaço de papel o quadro a seguir, que trata sobre como responder a uma suspeita com a criança, e discuta qual seria a melhor prática se você tivesse que traçar procedimentos e processos para sua organização. Uma cópia desse quadro, um modelo de relato de incidente e um diagrama podem ser encontrados no DVD que será útil para desenvolver os procedimentos de proteção de sua própria organização.



Respondendo a uma suspeita relacionada à proteção da criança (DVD)

Medidas a considerar	Questões levantadas
O que poderia acontecer?	
A quem seria comunicado e quando? Quem será a pessoa designada/nomeada?	
Quem será responsável por cuidar do processo?	
Como ele será registrado?	
Como ele será encaminhado e para quem?	



Padrão 2: Colocando a política em prática

4. Tracem juntos alguns dos pontos principais que ajudarão a desenvolver um procedimento adequado. O DVD contém algumas ferramentas úteis para lidar com as denúncias de abuso feitas contra a equipe. Existe um modelo de formulário de encaminhamento de denúncias e uma ferramenta de planejamento de investigação.  Guia 5

O DVD também contém o texto, “O que fazer se alguém te disser que está sendo abusado”. Você pode encontrá-lo no Guia 3, Módulo 3.  Guia 3  Guia 5

Nota: Existem questões e procedimentos específicos a considerar se a denúncia for de possível exploração/abuso de uma criança por parte de um membro da equipe. O DVD contém algumas orientações especiais e um modelo de planejamento de investigação para as organizações utilizarem nessas situações. Recursos adicionais podem ser encontrados no site da HAP – www.hapinternational.org, no link do projeto ‘*Building Safer Organizations*’ (Criando Organizações Mais Seguras). Você pode fazer o download dos protocolos dos Modelos de Registro.

Além disso, se algum membro da equipe for suspeito de possuir imagens abusivas (pornografia) de crianças no computador, se for encontrado com essas imagens ou for suspeito de um crime na internet, isso deverá ser reportado à polícia. Para mais informações nessa área, você pode contatar: *The Internet Watch Foundation* www.iwf.org.uk (Fundação de Vigilância da Internet) e a *Virtual Global Taskforce* www.virtualglobaltaskforce.com. (Força-tarefa Global Virtual), que é uma aliança internacional de organizações legais que trabalham juntas pela segurança da Internet.  Guia 5

PASSO 5: A NOMEAÇÃO DA PESSOA DE REFERÊNCIA PARA A PROTEÇÃO DA CRIANÇA

Todas as organizações devem ter uma pessoa nomeada para ser responsável pela implementação e pelo cumprimento da política de proteção à criança. Essa pessoa deve ser suficientemente madura e ter o apoio necessário para desempenhar essa função, que deve refletir a natureza e a estrutura da organização. Em cada nível da organização, deve haver uma pessoa nomeada com quem todos possam falar sobre questões relacionadas à proteção da criança. É uma boa prática identificar junto à sua organização ou projeto alguém que possa ser a pessoa de referência. Todos devem saber como entrar em contato com ela. Em organizações maiores deve haver uma estrutura que identifique pessoas de referência nas várias regiões/atividades.

As funções da pessoa de referência são:

- Agir como ponto principal para receber as informações;
- Responder imediatamente pedindo mais informações conforme apropriado;
- Procurar orientação da diretoria;
- Consultar outros, inclusive organizações locais e líderes comunitários;
- Fazer um encaminhamento formal, se for apropriado e se o sistema existir;
- Medir os riscos;
- Certificar-se de que toda a informação foi registrada num Formulário de Registro de Incidentes.

Você talvez queira adicionar mais itens ou acrescentar funções de acordo com as necessidades de sua organização. No entanto, a pessoa de referência não deve ser o líder do serviço ou ter, sozinha, a responsabilidade pela coordenação da proteção da criança na organização. É preciso haver outras formas de prestação de contas, outras pessoas responsáveis, e não apenas uma única via para registro de denúncia. Esta função deve ser assumida ou amparada por várias pessoas; além disso, devem existir arranjos para suprir ausências. Se você tiver percorrido todos os itens acima, já deve ter o primeiro esboço da sua política e procedimento de proteção à criança.

PASSO 6: VALIDAÇÃO DA POLÍTICA

Certifique-se de consultar seu grupo de trabalho antes de disponibilizar a política para uma consulta mais ampla. Certifique-se também de que a diretoria veja a política e a endosse. Veja os **Padrões 7 e 10** para ideias sobre comunicação e implementação.



“Qualquer alegação ou suspeita relacionada ao abuso de uma criança deve ser tratada com seriedade.”

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

Os procedimentos existem para ajudar a reduzir os riscos de uma criança sofrer abuso por pessoas em posição de confiança.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

Pessoas que trabalham ou procuram trabalhar em organizações (contratadas ou como voluntárias) podem representar um risco para a criança. Através de algumas medidas é possível minimizar os perigos e impedir o abuso.

RISCO E VULNERABILIDADE

Os riscos, e como evitá-los, são atualmente um aspecto fundamental da estratégia de trabalho de muitas organizações. Quanto mais discutirmos e reconhecermos os riscos, mais vamos poder pensar em como preveni-los. Muitas organizações desenvolveram políticas e procedimentos para se certificarem de que as crianças com quem têm contato estejam protegidas de qualquer dano. Por exemplo, muitas organizações agora adotam procedimentos rígidos para recrutar e monitorar a nova equipe. As organizações que não adotam essas medidas para proteger as crianças talvez estejam vulneráveis a possíveis abusadores que porventura venham a trabalhar com elas. As organizações precisam dificultar ao máximo o acesso dessas pessoas às crianças. Medidas rígidas para prevenir que as crianças estejam em perigo deveriam ser parte da estratégia e da avaliação de riscos de todas as organizações.

Na Fase 1 deste guia, a Atividade 1.4 deve ter ajudado a identificar riscos específicos, e a autoavaliação (Atividade 1.3) deve também ter ajudado a identificar lacunas. **Se você não desenvolveu essas atividades, faça isso agora.** Elas vão te ajudar a identificar as ações necessárias para que o risco seja reduzido. A próxima parte do processo é certificar-se de que o máximo de recursos, atividades, políticas e procedimentos estejam disponíveis para ajudar a prevenir e evitar que qualquer criança sob seu cuidado se encontre em uma situação de perigo.

Organizações vulneráveis, crianças vulneráveis

Muitas crianças são resilientes ao abuso e têm uma grande capacidade de superar mesmo as mais difíceis situações. No entanto, a experiência mostra que o abuso contra crianças é mais passível de acontecer em organizações que não possuem medidas preventivas em sua estrutura e sistema. Geralmente essas organizações têm:

- Supervisão mínima das crianças;
- Diretrizes e procedimentos informais para lidar com as suspeitas;
- Uma atitude do tipo ‘isso não vai acontecer aqui’;
- Muito pouco, ou nenhum, conhecimento especializado e esclarecimento sobre abuso/proteção infantil na comunidade local;
- Pouca ou nenhuma diretriz profissional ou códigos de conduta;
- Coordenação, apoio e supervisão insuficientes;
- Lacunas entre a política interna e a prática;
- Uma liderança muito fraca ou líderes muito carismáticos que têm absoluto poder sobre toda a equipe.

Os dois exemplos a seguir apareceram na imprensa internacional. Eles mostram que, quando as organizações não estão regularizadas ou monitoradas, as crianças podem ser usadas por pessoas que tiram proveito de sua posição de confiança para abusar delas e explorá-las. Agências humanitárias e de assistência têm a responsabilidade de prevenir que esses incidentes horríveis ocorram – a prevenção é crucial para manter as crianças seguras contra o abuso.

O primeiro exemplo envolveu um ex-colaborador britânico, pedófilo, preso em Adis Abeba, Etiópia, após ter sido condenado por assédio sexual contra crianças. Mesmo depois de condenações por crimes anteriores, por nenhuma checagem ter sido realizada, ele foi capaz de criar uma escola para mais de 300 órfãos aldeões. As crianças desenvolveram tanta confiança nele que, quando outros homens apareciam no vilarejo, elas os aceitavam naturalmente - eles ofereciam-lhes dinheiro e doces. Aquele não era um lugar seguro, mas um centro de abuso onde crianças inocentes estavam sob a mira de um grupo de pedófilos.

O segundo exemplo envolveu trabalhadores humanitários de mais de quarenta organizações, que foram incriminados por exploração sexual e abuso de crianças refugiadas, a quem ofereciam alimentos em troca de favores sexuais. A maioria das meninas tinha menos de 18 anos e, em troca de alimentos, melhores notas na escola, abrigo ou remédios elas tinham que prestar favores sexuais. A reportagem mostrou que a maioria dos abusadores eram homens nativos que trocavam benefícios humanitários por sexo.

MEDIDAS PREVENTIVAS: O QUE PODEMOS FAZER PARA EVITAR QUE AS CRIANÇAS SOFRAM DANOS

Existem vários passos que uma organização pode dar para encorajar uma cultura de segurança em seus trabalhos e locais de trabalho a fim de evitar o perigo ou reduzir o risco de danos às crianças. Esses passos são as chamadas medidas preventivas, que protegem as crianças, a equipe e a reputação da organização. As próximas sessões vão ajudar você a:

- Aperfeiçoar as medidas que você e sua organização adotam; e/ou
- Desenvolver novas medidas;
- Minimizar a possibilidade de abuso de crianças por aqueles que estão em posição de confiança.

PASSO 1: RECRUTAMENTO E SELEÇÃO DA EQUIPE

As organizações devem ter um sistema rígido de seleção ao recrutar uma nova equipe e antes de dar emprego a alguém. Muitas organizações adotam bons procedimentos de recrutamento que:

- Submetem os candidatos a uma lista de critérios claros para o trabalho, por exemplo, a experiência e as qualificações que precisam ter.
- Tentam encontrar candidatos cujos valores e atitudes correspondam aos da organização.

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

Esses procedimentos talvez ajudem a assegurar que os possíveis funcionários sejam confiáveis e honestos. Uma pequena minoria vai visar as organizações para ter acesso às crianças e, dessa forma, poder abusar delas. Esse tipo de indivíduo vai procurar organizações que têm um sistema frágil de recrutamento ou onde as normas não são aplicadas com firmeza ou não são respeitadas.

Como organização, você precisa aplicar normas e procedimentos rígidos, nacional e internacionalmente, para recrutar colaboradores que terão contato com crianças e para avaliar a aptidão deles para trabalhar com elas. Esse cuidado é necessário mesmo em relação a funções que não envolvam um contato direto com as crianças. Você precisa considerar o acesso a elas que a função talvez permita, localmente, no país de acolhimento.

Atividade 3.1: Pesquisa de seleção e lista de verificação

Objetivo

Considerar como sua organização normalmente faz a seleção e recrutamento da equipe e se os mesmos padrões são aplicados para os diferentes grupos da equipe.

Notas

1. Use o exemplo a seguir, da **Tabela de Recrutamento**, para pensar sobre como sua organização realiza o recrutamento.
2. Leia as questões e responda “sim”, “não” ou “às vezes”, considerando cada tipo de funcionário.
3. Quando você tiver terminado, pense sobre suas respostas. Reflita sobre estas questões:
 - Algumas funções são avaliadas com mais cuidado do que outras? Por quê?
 - Onde estão suas lacunas e por quê? O que você acha que precisa mudar?
4. Escreva uma lista estabelecendo:
 - as perguntas que deveriam ser feitas a todo mundo;
 - que avaliações deveriam ser feitas em cada candidato;
 - quem em sua organização é responsável por cada avaliação?

Nota: Em geral, os mesmos padrões devem ser aplicados para todos da equipe - remunerados ou não, contratados temporária ou permanentemente. Você encontrará um modelo da tabela de recrutamento de equipe no DVD.  Guia 5

Recrutamento seguro

Abaixo você encontrará uma lista das medidas recomendadas para garantir práticas seguras de recrutamento. Quando estiver recrutando uma nova equipe, você deve seguir cada um dos conselhos abaixo, adaptando o máximo possível ao país/contexto onde você está trabalhando.

O DVD contém várias ferramentas que também podem ajudar:  Guia 5

- Um modelo de declaração de proteção à criança (uma forma de pedir que possíveis empregados declarem que nunca foram investigados por abuso infantil).
- Checagem de passagem pela polícia e uma declaração de ‘nada consta’ (podem servir de exemplo os modelos da Visão Mundial Internacional³, sobre como fazer uma verificação de antecedentes criminais e quando e quais funções devem ser avaliadas).

Nota do tradutor - 3. No Brasil, apesar de não haver uma lei que permita ou proíba a solicitação do atestado de antecedentes criminais, A Visão Mundial no Brasil decidiu não solicitar o mesmo com base na Lei 9029/95 que condena qualquer prática discriminatória e limitativa para acesso a um emprego, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ferindo assim o direito à dignidade da pessoa humana e servindo de base à discriminação.

Perguntas	Equipe nacional	Equipe internacional	Consultores 'freelance'	Voluntários	Internos	Refugiados	Outros (especificar)
Você contrata essa equipe?							
Essa equipe é contratada temporariamente?							
Você entrevista pessoalmente ou por telefone?							
Você só aceita pedidos de emprego por escrito?							
Você pede referências? Se sim, quantas?							
Essas referências são verbais? Feitas pelo telefone, ou informalmente, através de informações de terceiros?							
Ou você pede referências escritas?							
Você verifica as qualificações?							
Você verifica os antecedentes criminais ⁴ ?							
Você pede que os candidatos assinem uma declaração sobre acusações anteriores?							
Você verifica a identidade dos candidatos?							

Nota do tradutor - 4. No Brasil, apesar de não haver uma lei que permita ou proíba a solicitação do atestado de antecedentes criminais, muitas instituições preferem não solicitar o mesmo com base na Lei 9029/95 que condena qualquer prática discriminatória e limitativa para acesso a um emprego, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil, situação familiar ou idade, ferindo assim o direito à dignidade da pessoa humana e servindo de base à discriminação.

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

- Um modelo de formulário de referência de caráter (uma forma de pedir que as pessoas que conhecem o possível funcionário comentem sobre sua aptidão para trabalhar com crianças e ter acesso a elas).
- Modelos de perguntas sobre proteção da criança para serem feitas durante o processo de seleção.

Lista de verificação para recrutamento e seleção

1.	Quando você estiver descrevendo o trabalho, analise a função e pense sobre as questões de proteção e risco à criança nesse trabalho: <ul style="list-style-type: none">- Que contato com a criança o trabalho envolverá?- O funcionário terá acesso não supervisionado às crianças? Assumirá posições de confiança?- Que outros tipos de contato a pessoa terá com as crianças? (via e-mail, telefone, carta, internet).
2.	Descreva as tarefas de cada atividade, os termos de referência ou as funções de todos os postos incluindo contratações temporárias e consultores.
3.	Certifique-se de que o critério de seleção considere a experiência relevante necessária se a função envolver contato direto com crianças.
4.	Certifique-se de que o compromisso em manter as crianças seguras está incluído nos detalhes de todas as funções oferecidas a possíveis funcionários.
5.	Elabore formulários que peçam consentimento para obter informação sobre o passado ou antecedentes criminais da pessoa. ³
6.	Peça documentação para confirmar a identidade e provar as qualificações relevantes.
7.	Certifique-se de ter um processo de entrevista bem preparado: os entrevistadores devem ter experiência e conhecimento sobre a proteção da criança e as melhores práticas.
8.	Inclua na entrevista algumas perguntas específicas que façam com que os possíveis funcionários demonstrem suas atitudes e valores em relação à proteção da criança. Eles podem dar exemplos de momentos em que agiram para proteger uma criança e relatar o que aprenderam com isso e o impacto que isso teve em sua prática atual.
9.	Obtenha duas ou três referências incluindo as de algum funcionário anterior ou outros que tenham conhecimento da experiência do candidato e de sua aptidão para trabalhar com crianças.
10.	Verifique a identidade das pessoas que derem referências.
11.	Faça o máximo de verificações possíveis.
12.	Considere a possibilidade de firmar um contrato com período de experiência para garantir a aptidão depois de assumida a função.

A lista de verificação está no DVD e pode ser copiada do Guia: Role of HR in Child Protection (O papel do RH na Proteção da Criança), People In Aid www.peopleinaid.org.



PASSO 2: PREVENINDO DANOS ÀS CRIANÇAS FAZENDO USO CORRETO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO

As inovações e o desenvolvimento recentes representam possibilidade de comunicação com crianças de diversas maneiras. As organizações precisam avaliar as formas por meio das quais as crianças têm contato com a equipe e definir as orientações que a equipe precisa seguir para prevenir os riscos de abuso através de comunicação digital, por exemplo, textos SMS, *e-mails*, conversas pela internet, fotos pelo celular, câmeras digitais, etc. É importante que as organizações desenvolvam um código de conduta que inclua orientação sobre boas práticas e comportamentos seguros em relação ao uso dessas novas tecnologias.

Muitas organizações usam imagens de crianças — vídeos, fotografias ou pinturas — em sites e folhetos, como forma de divulgar seu trabalho. Se você for usar imagens de crianças, deve seguir orientações rígidas, tanto para a proteção dos dados quanto para a proteção das próprias crianças. Os abusadores às vezes visam crianças cujas fotos foram vistas nesses materiais.

Você deve analisar principalmente:

- Se a criança pode ser identificada quando você inclui informações pessoais na fotografia.
- Se essas imagens poderiam ser usadas de forma inadequada, ou seja, adaptadas ou copiadas para uso em sites pornográficos.
- Se as fotos são adequadas para o que você quer mostrar. Se as crianças estão nuas nas fotos, ou parecendo vulneráveis, como isso será interpretado?
- O uso de fotos de fotógrafos desconhecidos, que não foram devidamente investigados.



“Prevenção é uma parte crucial para proteger as crianças do abuso.”

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

As orientações a seguir vão contribuir no desenvolvimento de diretrizes apropriadas para sua organização.

Orientações para gravação de imagens (fotos e outras)

- Todas as crianças devem estar vestidas de forma adequada e de acordo com seu país de origem. Em países onde as crianças vestem poucas roupas, tenha cuidado específico com as imagens que você escolhe.
- As imagens gravadas devem focar uma atividade; portanto, sempre que possível, fotografe grupos de crianças, em vez de indivíduos.
- Certifique-se de que os fotógrafos, ou as pessoas que estão fazendo o filme, não fiquem sozinhos com as crianças, sem supervisão.
- Qualquer reclamação ou suspeita com imagens inadequadas ou abusivas deve ser comunicada e registrada como qualquer outra preocupação com a proteção da criança.

Orientações para a publicação de imagens

- Use apenas o primeiro nome da criança. Cuide para não revelar pormenores como onde ela mora, a escola em que estuda ou seus passatempos.
- Peça às crianças permissão para usar suas fotos.
- Se possível, peça a permissão dos pais ou tutores e certifique-se de que todos estejam cientes de como, por que, e quando as imagens serão usadas.
- Tente usar imagens que representem um grupo amplo de crianças — meninos e meninas, de várias idades, habilidades e grupos étnicos.
- Peça orientação sobre como colocar imagens em *sites* - certifique-se de editar as imagens antes de colocá-las na *web*. Se um vídeo ou filme é colocado a partir do seu próprio servidor de internet, o material pode ser baixado. Por isso, recomendamos que você use um servidor independente.

(Essas orientações foram adaptadas de *The English Football Association Child Protection Department* (Departamento de Proteção à Criança da Associação Inglesa de Futebol), guia para o uso de imagens de crianças abaixo de 18 anos, www.thefa.com. O site da *FA Learning - Goal Child Protection* (Almejando a Proteção da Criança) contém outros conselhos úteis sobre proteção da criança e sobre crianças no esporte. O DVD também contém outro modelo de orientação para o uso de imagens visuais na capacitação sobre apadrinhamento de crianças.



Você pode encontrar mais informações sobre abusadores sexuais e a internet no Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*, **Módulo 4** (Notas e artigos para capacitação).



PASSO 3: PREVENINDO DANOS ÀS CRIANÇAS GARANTINDO ATIVIDADES SEGURAS

Orientações para a equipe responsável por atividades/eventos que envolvam crianças em um contexto de desenvolvimento

Este texto traz orientações claras sobre o que é preciso fazer para proteger as crianças antes, durante e depois de envolvê-las em alguma atividade. É certo que o lugar em que você está trabalhando vai influenciar na extensão do acompanhamento. A orientação não é suficiente para cobrir todas as atividades e eventos; porém, você deve ser capaz de aplicar os princípios gerais a todas as atividades e todos os eventos. Recomendamos que você os leia atentamente antes de planejar qualquer evento.

Avaliação de risco

Ao programar um evento ou atividade, a equipe deve considerar a execução de uma avaliação de risco para decidir se realizará a atividade ou não. Considere os pontos destacados a seguir (a-g) e trace uma estratégia para lidar com qualquer risco que identificar. Quando tiver terminado a avaliação, se você sentir que os riscos do evento ou atividade são muito altos, você não deve prosseguir.

a. Avaliando/verificando as atividades

Quando possível, você deve checar todos os que possivelmente estarão em posição de confiança em relação às crianças envolvidas em um novo projeto/atividade (veja o **Passo 1: Recrutamento e seleção da equipe** para mais detalhes).

Talvez, em determinados momentos, você se veja envolvido com organizações ou indivíduos que, esporadicamente, realizam um ou outro evento para crianças e jovens. Esses indivíduos podem ser ajudantes diaristas, pais de crianças, voluntários, membros de organizações que oferecem seus serviços externamente ou em celebrações especiais, fotógrafos e captadores de recursos que promovem campanhas com crianças. Você deve pedir a todos que terão contato direto com as crianças, que assinem uma *Declaração de Proteção à Criança* (DVD), declarando quaisquer ofensas que tiverem cometido contra crianças no passado. Um membro específico da equipe deve ser designado para coletar esses formulários e guardá-los em segurança. Estes documentos devem ser destruídos assim que o envolvimento do indivíduo com a organização terminar.



b. Contratos

Você deve sempre ter um modelo de contrato escrito disponível para qualquer indivíduo/organização que venha a oferecer serviços ou se envolver em atividades ou eventos com crianças. No contrato deve constar que os voluntários irão obedecer às normas de comportamento e cumprir a política de proteção à criança.

Você encontrará exemplos de códigos de conduta para equipe e voluntários no DVD no Padrão 4.



Proporção da supervisão adulto/criança

Você também deve estimar o número de adultos de que precisará para supervisionar crianças e indivíduos que você não pôde checar de forma mais aprofundada. Você deve planejar ter um determinado número de adultos para cada grupo de crianças.

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

Por exemplo, no Reino Unido, para crianças com idade abaixo de 8 anos, a proporção de adulto por criança é esta:

0-2 anos	1 adulto: 3 crianças
2-3 anos	1 adulto: 4 crianças
3-8 anos	1 adulto: 8 crianças

Nota: Isso pode variar de um país para outro e de acordo com o contexto local, e atingir essa proporção pode ser improvável. No entanto, você deve visar ter uma proporção adulto/criança que seja sensata e segura.

Não existem proporções oficiais para crianças acima de 8 anos, mas sugerimos dois adultos por grupo de (até) 20 crianças.

Deve haver sempre no mínimo dois adultos com qualquer grupo de crianças, para assegurar que, se um adulto tiver que sair em uma emergência com alguma criança, o outro ficará com as outras. As proporções talvez não sejam sempre possíveis, mas você deve fazer todo o esforço para alcançar o máximo de supervisão possível, o tempo todo.

Para indivíduos que não foram checados, deve haver uma supervisão adequada a fim de assegurar que eles não estejam em uma posição em que podem causar danos às crianças. Mesmo que o formulário de declaração de proteção à criança seja uma ferramenta importante para a segurança das crianças, é apenas uma declaração pessoal e depende da sinceridade das pessoas. Por isso, é importante ficar vigilante ao supervisionar indivíduos que têm acesso às crianças.

Outras formas de certificar-se de que indivíduos não tenham oportunidades de abusar de suas posições

- Tente utilizar espaços abertos, onde os indivíduos não possam levar as crianças para longe sozinhos, e onde estejam sempre à vista de outros adultos.
- Mantenha uma cultura de esclarecimento entre adultos e crianças, certificando-se de que todos estejam cientes de suas funções e responsabilidades, e de que as pessoas sejam encorajadas a relatar e combater qualquer conduta inadequada com crianças.
- Informe as crianças sobre os mecanismos de relatoria e sobre como fazer uma queixa.
- Certifique-se de ter uma boa supervisão da equipe/voluntários presentes no evento.
- Certifique-se de colher comentários e opiniões, e de fazer uma avaliação após os eventos.

d. Saúde e segurança

Existem muitas considerações em relação à saúde e à segurança na avaliação do risco de qualquer evento ou atividade. Consulte um especialista em saúde e segurança para ter certeza de que estão sendo feitas as perguntas certas ao planejar um evento ou atividade. Por exemplo:

- Como está o local em termos de saúde e segurança? (risco de incêndio, etc.)?
- Você tem banheiros adequados?
- Você tem um *kit* de primeiros socorros para lidar com pequenos acidentes?
- E os riscos à saúde e segurança em relação a qualquer atividade que envolva aventura?
- O espaço é acessível para pessoas com deficiência? Há banheiros para elas?
- Como será o transporte das crianças?
- Onde fica o local? Ele é seguro? Existem conflitos locais ou itens de segurança que você precisa considerar?

e. Conduta com crianças e adolescentes (Veja o Padrão 4)

Todos que estiverem envolvidos no evento ou atividade devem ser convidados a assinar um código de conduta. Esse código detalha o comportamento ou as práticas que não são aceitáveis. O padrão 4 fornece mais informações sobre isso e tem exemplos de códigos que outras organizações desenvolveram.

f. Consentimento dos pais

- Sempre que possível e se você ou alguém em sua organização conhecer os pais e/ou tutores das crianças envolvidas, você deve obter o consentimento deles para que crianças menores de 18 anos possam participar de um evento ou atividade. Utilize o formulário de consentimento para registrar a permissão.
- Você sabe quem contatar no caso de uma emergência que envolva uma criança? Certifique-se de perguntar sobre emergências no formulário: você precisa saber quem contatar em caso de qualquer emergência. O formulário de consentimento também deve pedir a permissão dos pais, caso a criança precise receber algum tratamento.
- Tente descobrir sobre a dieta da criança, uso de medicamento ou questões de saúde: a criança é alérgica a alguma comida? É vegetariana? Está usando algum medicamento, etc.?

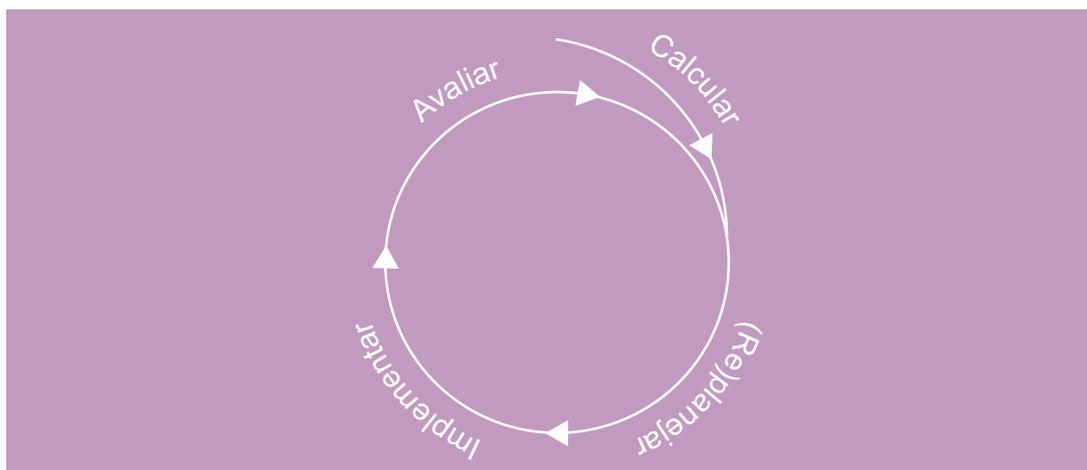
Você pode encontrar um modelo de formulário de consentimento no DVD



PREVENINDO DANOS ÀS CRIANÇAS NOS PROGRAMAS E PROJETOS

A seção anterior destacou a necessidade de se aplicar o princípio geral de proteção às crianças em eventos/atividades que envolvam crianças. O princípio deve ser aplicável em todas as organizações e em cada estágio do ciclo do programa.

Ciclo do programa (Visão Mundial)



Avaliando a situação de uma criança

Para maximizar os benefícios do programa e minimizar o impacto do perigo sobre as crianças, as organizações precisam entender a situação atual da criança no contexto em que estão planejando trabalhar, antes de desenvolver um programa. As questões a seguir (adaptadas da Visão Mundial Internacional) são particularmente úteis para avaliar a situação da criança antes da realização do programa:

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

Perguntas gerais

- Qual é a situação atual das crianças?
- Quantas crianças vivem nessa região/área?
- Qual é o gênero, a idade e a proporção de portadores de deficiência entre elas?
- Que acontecimentos recentes as afetaram?
- Existe uma administração eleita?
- Que leis aprovadas afetam as crianças?
- O país ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU?
- Algum outro protocolo opcional foi ratificado?
- Que instituições nacionais e ministérios do governo têm a responsabilidade pelas crianças? Qual é a atual capacidade deles?
- Algum outro memorando de entendimento foi assinado?
- A organização/ONG já trabalhou em parceria com algum departamento do governo anteriormente?
- Quais são as práticas tradicionais relacionadas com o cuidado e a proteção da criança?
- Que organizações da ONU, ONGs internacionais/nacionais, ou outras organizações atuam no país e trabalham com questões relacionadas às crianças?

Educação

- A escola é obrigatória? Para quais idades?
- Qual é a assiduidade escolar?
- Existe diferença de frequência entre meninos e meninas?
- Qual é o idioma usado no ensino?
- O currículo é determinado pelo governo?
- A educação é oferecida dentro da comunidade?

Saúde

- O sistema de saúde é baseado numa prática tradicionalmente “ocidental” ou é misto?
- Qual é a disponibilidade do sistema de saúde nas diversas partes do país?
- Quais as práticas tradicionais de parto?
- Existe alguma prática de mutilação genital feminina? Isso acontece?
- Qual é a amplitude da vacinação? A vacinação é contra quais doenças?
- Pense sobre os fatores que você precisa considerar para manter as crianças seguras em cada uma das áreas desses programas.

Atividade 3.2: Fazendo um levantamento da situação atual

Objetivo

Criar um formulário de avaliação para sua organização utilizar no planejamento do programa, dentro de uma perspectiva de proteção à criança.

Notas

- Liste cada uma das áreas de planejamento em que sua organização está envolvida.
- Nessa fase de avaliação, você pode usar uma lista de verificação setorial, destacando os fatores principais que precisam ser considerados para assegurar que uma criança está protegida nas diferentes áreas de planejamento. Usando a lista de verificação setorial do DVD como modelo, crie um formulário de avaliação para ser usado por sua organização.

Planejamento do programa

Quando estiver planejando qualquer programa, certifique-se de seguir estas orientações adaptadas da Visão Mundial Zimbábue e Visão Mundial Internacional:



- Faça com que a segurança das crianças seja uma meta em todos os planejamentos do programa.
- Todo planejamento do programa deve incluir uma avaliação da vulnerabilidade das crianças, dos recursos e dos mecanismos de ação. Você deve pensar sobre as questões de proteção à criança e decidir quais questões você precisa incorporar no desenvolvimento do seu programa.
- Os processos participativos usados no desenvolvimento do programa devem ser conduzidos pelos membros da equipe treinados na proteção de crianças. Eles devem estar cientes do processo de relatoria em caso de suspeita de abuso infantil.
- Você deve envolver as crianças no desenvolvimento do programa. Esclareça-lhes que você as escuta e respeita suas esperanças e aspirações. Isso também dará a elas confiança para protegerem a si mesmas. Mesmo assim, os adultos é que são responsáveis pela proteção das crianças, e você não deve esperar que elas tomem decisões de adultos.
- Você deve incluir atividades de prevenção e sensibilização sobre a proteção de crianças no planejamento de seus programas — principalmente nos locais onde a avaliação indicou que as crianças são vulneráveis.
- Manter as crianças seguras deve ser um princípio norteador para todos os planejamentos de programa. A proteção especial que alguns grupos vulneráveis precisam ter também deve ser uma prioridade no desenvolvimento do programa.
- O planejamento do programa deve se referir às normas de proteção à criança, que devem ser seguidas no processo de implementação. Assim, uma proposta de programa deve:
 - Especificar exatamente quais diretrizes e normas de proteção à criança estão sendo seguidas tanto no desenvolvimento quanto na implementação.
 - Especificar como essas normas serão monitoradas durante a fase de implementação do programa.

Pergunta chave: Como essas normas podem ser incorporadas no modo como sua organização planeja os programas?

Implementação do programa

A proteção da criança deve ser central em todas as áreas de implementação do programa. Os outros padrões neste guia vão fornecer informações importantes sobre prevenção, códigos de prática e de conduta e implementação. Essas informações serão úteis no processo de implementação.

Atividade 3.3: Boas práticas na implementação

(Adaptado da lista de verificação do impacto na vida da criança, da ONG Save the Children Alliance)

Objetivo

Avaliar como uma proposta de projeto encoraja a boa prática na proteção da criança no estágio de implementação.

Notas

Escolha um programa de sua organização, com o qual você esteja familiarizado, e responda a estas questões em relação à proposta do programa:

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

- Que normas relacionadas a segurança, equipe e supervisão de crianças precisam ser seguidas na implementação?
- Como essas normas serão implementadas e monitoradas de acordo com a proposta?

Pergunta chave: Como você pode modificar a proposta de planejamento do programa para que haja mais espaço para considerar as normas de proteção à criança na implementação do programa?

Avaliação do programa

A avaliação irá ajudá-lo a verificar como os programas falham ou têm sucesso em alcançar seus objetivos; a aprender lições sobre o planejamento e a implementação do programa e a sugerir melhorias. Isso irá ajudar seu projeto atual e fazer com que os projetos futuros sejam mais efetivos.

Se você estiver comprometido em manter segurança, a proteção das crianças deve ser um componente-chave na avaliação do programa. Deve ser parte central de sua avaliação identificar o quanto você já alcançou do seu objetivo de proteger as crianças, como estabelecido no programa original. A avaliação também deve considerar se as atividades do programa tiveram algum impacto negativo não previsto na proteção da criança.

Atividade 3.4: Monitoramento e Avaliação (M&A)

(Adaptado da lista de verificação do impacto na vida da criança, da ONG Save the Children Alliance)

Objetivo

Avaliar os sistemas atuais de monitoramento e avaliação segundo uma perspectiva de proteção à criança.

Notas

Analise seu sistema atual de avaliação e monitoramento usando os critérios a seguir (você pode encontrar cópias desta ferramenta de avaliação no DVD):



Afirmação	Sim	Não
Crianças e jovens de diferentes idades estão envolvidos no processo de monitoramento e avaliação		
Crianças identificadas como as mais vulneráveis no planejamento do programa estão envolvidas no processo de monitoramento e avaliação		
O sistema de M&A considera a forma como o programa promove e protege a saúde e o bem-estar das crianças e jovens de diferentes idades, isto é: <ul style="list-style-type: none"> - 0 - 4 anos de idade - 5 - 7 anos de idade - 8 - 12 anos de idade - 13 - 15 anos de idade - 16 - 17 anos de idade 		
O sistema de M&A considera como o programa reforça a proteção que você oferece a crianças e jovens de todas as idades contra: <ul style="list-style-type: none"> - Abuso e danos físico e mental - Abuso sexual ou manipulação - Exploração no trabalho - Abuso de drogas - Restrição de liberdade 		
O sistema de M&A considera como o programa influencia no acesso que todas as crianças e jovens têm a: <ul style="list-style-type: none"> - Boas escolas e educação que suprem suas necessidades individuais - Serviços de saúde acessíveis, de boa qualidade e apropriados - Brincadeiras, lazer e acesso à cultura, suprimindo assim suas necessidades individuais expressas 		
O sistema de M&A leva em conta o impacto dos programas nas crianças não incluídas no programa (ex. num programa para aumentar o acesso de meninas à educação, qual o impacto sobre os meninos da comunidade?)		

Pergunta chave: Se você respondeu “não” a alguma dessas afirmações, como você pode incluir essas considerações em seu sistema atual de monitoramento e avaliação?

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

PREVENINDO DANOS NO APADRINHAMENTO DE CRIANÇAS

No DVD que acompanha este guia há uma seção específica sobre proteção e apadrinhamento de crianças. Existe um modelo de autoavaliação para ser usado em organizações que trabalham com isso. Há também outras atividades que ajudarão essas organizações a fazer tudo o que puderem para prevenir o abuso e proteger as crianças que apoiam. Você também encontrará no DVD um *workshop* sobre capacitação para a proteção de crianças, para aqueles que trabalham com apadrinhamento, no Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*.



PREVENINDO DANOS: PROTEGENDO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Por que e como as crianças ficam vulneráveis em situações de emergência?

Cada vez com maior frequência, ONGs internacionais e outras organizações precisam responder a emergências, seja regionalmente, seja internacionalmente. Apesar de haver exceções, como o tsunami asiático em 2004 e o terremoto no sul da Ásia em 2005, muitas situações de emergência são previsíveis. Organizações de ajuda sabem que anualmente furacões, secas e enchentes devastam várias partes do mundo, sem falar na imprevisibilidade de governos instáveis e situações políticas.

No entanto, não há dúvida de que a proteção das crianças não seja prioridade na maioria das situações de emergência. Mesmo que a prioridade seja sempre garantir a sobrevivência e suprir as necessidades básicas, é fundamental reconhecer que, em emergências, todas as crianças são vulneráveis, particularmente aquelas que ficaram abandonadas, sem os pais ou parentes próximos. É difícil garantir a proteção dessas crianças quando acontecem problemas complexos e abrangentes, e as proteções sociais normais não estão funcionando. O Inter-Agency Standing Committee (IASC - Comitê Permanente Inter-Agências) reconhece:

“A falta de opções econômicas para a população desabrigada talvez resulte em se ter o sexo comercial e exploratório como uma das poucas opções de geração de renda para suprir as necessidades básicas.”

“As comunidades beneficiárias geralmente vêm de um ambiente onde o sexo e a violência baseada em gênero são comuns, e as estruturas da comunidade talvez conpirem para que isso continue.”

“Em lugares onde mulheres e crianças são abandonadas, não têm opção para suprir suas necessidades básicas e são excluídas das tomadas de decisão ou da educação, é muito fácil que a situação chegue ao ponto de elas se tornarem extremamente vulneráveis ao abuso e a exploração.”

Além disso, é preciso reconhecer a vulnerabilidade adicional das crianças órfãs ou abandonadas em situações de emergência. Sem precauções claras e simples, é muito comum que crianças abandonadas e desacompanhadas desapareçam nas mãos do crime organizado, que visa crianças vulneráveis.

Reduzindo os riscos

Proteger crianças em situações de emergência deveria ser uma prioridade, por isso precisamos reconhecer que os mecanismos tradicionais de proteção comunitária talvez não existam ou não estejam funcionando. Para reduzir os riscos que as crianças correm nessas situações, a organização *Save the Children (Salve as Crianças)* faz as seguintes sugestões:

- Todas as crianças separadas devem ser registradas e monitoradas.
- As crianças e os bebês separados devem voltar a suas famílias, encontradas através de ferramentas de localização e levantamento de dados.
- Devem-se prevenir futuros danos através de atividades que protejam as crianças e os jovens e providenciando lugares para que brinquem e descansem nas áreas onde estão as famílias desabrigadas. Brincar também é uma parte essencial da recuperação do trauma.
- Deve-se dar apoio aos membros da família para que continuem a cuidar das crianças. A proteção da criança deve integrar a primeira fase de toda ajuda humanitária e ser oferecida junto com alimentação, abrigo, saúde, água e saneamento.
- Trabalhe com outras entidades, com a ONU e autoridades locais para garantir que os procedimentos e as orientações sejam estabelecidos e assegurar que as crianças estejam seguras.
- Para evitar a institucionalização de crianças e prevenir futuras separações, apoie e monitore as crianças dentro da comunidade em vez de levá-las para acampamentos ou abrigos. Isso requer um rigoroso sistema de monitoramento.
- Desenvolva soluções em longo prazo para crianças cujas famílias não puderam ser localizadas.
- Trabalhe com interagências ao lidar com crianças separadas ou desacompanhadas e para ter apoio na coordenação e na implementação dos procedimentos e das políticas apropriadas para a região.

Se sua organização não trabalha regularmente em contextos de emergência, considere a próxima atividade.



“Em situações de emergência todas as crianças estão vulneráveis, principalmente aquelas que estão sem seus pais ou familiares próximos.”

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

Atividade 3.5: Trabalhando com crianças em situações de emergência

Objetivo

Identificar algumas das diferenças entre trabalhar com crianças em um contexto de desenvolvimento e durante situações de emergência ou crises humanitárias.

Nota

Esta atividade pode ser feita individualmente ou com outras pessoas.

O que pode ser esquecido, ignorado ou deixado de lado em situações de emergência?

Liste as coisas que vêm à sua mente. Por exemplo, algum dos itens a seguir se aplica?

- Recrutamento rápido, sem checagem de credenciais ou referências;
- Utilização de consultores ou de outra equipe que não foram verificados;
- Utilização de equipe local ou de refugiados que não foram verificados;
- Falta de interesse da mídia pelo bem-estar das crianças;
- Falta de supervisão;
- Ambientes de trabalho difíceis;
- Falta de supervisão ou apoio da equipe;
- Trabalho isolado e por longas horas;
- As pessoas vivem de maneira precária, falta água limpa e comida, etc.

O que mais é diferente?

Que outros riscos existem para as crianças e para as organizações quando as coisas estão faltando ou foram esquecidas, etc.?

O que sua organização poderia fazer de maneira prática para reduzir esses riscos?

É essencial ter conhecimento sobre que outros riscos existem e do que você está protegendo as crianças. Geralmente o foco da atenção está nos eventos imediatos, mas os riscos para as crianças podem ser em relação às pessoas que prestam ajuda e/ou em relação às reações da comunidade.

Atividade 3.6: Preparando-se para situações de emergência

A sua organização tem uma política de proteção à criança? Se tiver, como se aplica em situações de emergência? Talvez não tenha sido escrita com foco nisso. Será útil rever sua política de proteção à criança em relação a emergências, bem como os 11 padrões de proteção à criança. Consulte o quadro a seguir. Um modelo pode ser encontrado no DVD.



<p>Padrão 1: Uma política escrita de proteção à criança</p>	<p>A política é relevante, é útil para ser aplicada em uma situação de emergência?</p> <p>Os princípios são aplicáveis em situações de emergência e são embasados em códigos humanitários internacionais?</p> <p>Se você já agiu em uma emergência, quão relevante foi a política, e o que você aprendeu?</p>
<p>Padrão 2 Colocando a política em prática</p>	<p>O que você precisa mudar em seus procedimentos e sistemas atuais para proteger as crianças durante uma situação de emergência? Como isso vai ser decidido e explicado para a equipe?</p> <p>Você mapeou os recursos locais? Quem poderia te ajudar? Como vocês podem trabalhar juntos para desenvolver um sistema de relatos e um procedimento para reclamações? Quem faria isso? Como seria implementado?</p> <p>Como você se certificaria de que a equipe, os voluntários, as crianças e a comunidade sabem dos procedimentos?</p> <p>Como a informação de uma investigação de proteção à criança pode ser mantida em sigilo num acampamento, por exemplo?</p>
<p>Padrão 3 Prevenindo danos às crianças - recrutamento seguro</p>	<p>Como o recrutamento poderia se tornar mais rápido e continuar seguro?</p> <p>Como você pode se certificar de que a nova equipe entende a política e os procedimentos?</p> <p>Se contratada no local da emergência, a equipe sabe o que é exigido?</p> <p>Padrão 3: Prevenindo danos às crianças - abuso</p> <p>Existem lugares seguros para as crianças?</p> <p>Existem áreas seguras nas dependências do acampamento?</p>
<p>Padrão 4: Diretrizes escritas sobre a conduta em relação às crianças</p>	<p>As diretrizes se aplicam de forma efetiva em situações de emergência?</p> <p>Como elas seriam publicadas em uma situação de emergência, para que crianças e adultos saibam o que é esperado?</p> <p>Os protocolos e as orientações para a mídia (contato com a imprensa e imagens de crianças) falam sobre proteção em situações de emergência?</p>

Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

<p>Padrão 5: Alcançando os padrões em diferentes localidades</p>	<p>Você considerou as implicações de contextos culturais diferentes em sua situação/localidade?</p> <p>Você e/ou os possíveis parceiros têm noção dos riscos presentes em uma situação de emergência e de como eles podem ser reduzidos?</p>
<p>Padrão 6: Direitos iguais de proteção para todas as crianças</p>	<p>Os sistemas de dados têm informações específicas sobre grupos particularmente vulneráveis, como pessoas com deficiência, minorias étnicas, meninas, lares comandados por crianças?</p> <p>Você considerou a integração da proteção infantil em todas as suas avaliações para assegurar uma distribuição igual de comida e outros itens de ajuda?</p>
<p>Padrão 7: Comunicando a mensagem de <i>Um Lugar Seguro para as Crianças</i>.</p>	<p>Como as crianças saberão sobre sua política de proteção e o que elas podem esperar de sua equipe?</p> <p>Como os adultos e as crianças saberão do que se trata seu sistema de relatoria e onde existem lugares seguros para as crianças?</p> <p>Você tem pessoas nomeadas e designadas como referência e principais contatos, a quem as crianças e adultos podem relatar suspeitas?</p>
<p>Padrão 8: Educação e capacitação para a proteção das crianças</p>	<p>Existe um sistema que permite que uma equipe nova ou remanejada seja treinada no cenário de uma emergência?</p> <p>Existe uma pessoa central que tem a responsabilidade de reconhecer os riscos específicos de proteção identificados no cenário?</p>
<p>Padrão 9: Acesso à orientação e apoio</p>	<p>Você já conversou com outras agências sobre as ações de proteção que elas possuem em situações de emergência e se os recursos (por exemplo, os pontos de referência) podem ser compartilhados?</p> <p>Você identificou apoio psicológico externo e recursos para o trabalho da equipe em uma situação de emergência?</p>
<p>Padrão 10: Implementando e monitorando os padrões</p>	<p>Como você vai avaliar a proteção da criança em uma emergência?</p> <p>O que você aprendeu sobre a ação de proteção à criança em sua última ação de emergência?</p>
<p>Padrão 11: Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões</p>	<p>Que medidas essenciais de proteção você exigirá dos novos parceiros em uma situação de emergência?</p> <p>Você tem alternativas se não for possível implementar essas medidas?</p>

Atividade 3.7: Plano de Ação

Objetivo

Enfocar e rever o plano de resposta a situações de emergência de sua organização.

Notas

As listas a seguir dão informações essenciais para resposta a emergências e para manter seguras as crianças. Com base nelas avalie as práticas atuais e elabore um plano de ação em relação às coisas que precisam ser revistas e mudadas.

Antes de ir para o campo

1. Reveja suas práticas de recrutamento para funcionários temporários e consultores. Você possui um registro ou fez as verificações adequadas para checar a identidade e as habilidades das pessoas?
2. Planeje, informe e treine a equipe em relação à proteção da criança em resposta à emergência, antes de ir para situações de emergência.

Em acampamentos

1. Providencie capacitação para a equipe.
2. Assegure-se de que os códigos de conduta são implementados.
3. Reavalié as práticas de recrutamento, inclusive para a equipe de segurança.
4. Desenvolva um plano de proteção a crianças em acampamentos, que inclua:
 - Locais seguros para dormir;
 - Áreas seguras para brincar;
 - Banheiros adequados;
 - Pontos de referência onde as crianças possam receber apoio e fazer denúncias;
 - Equipe treinada e designada para se responsabilizar pela proteção das crianças no acampamento e que possa se reportar às comissões de coordenação do local;
 - Recursos médicos e educacionais;
 - Diretrizes para a integração da criança junto a familiares sobreviventes ou família 'substituta';
 - Programas de remanejamento que também atendam às necessidades das meninas.

O DVD contém um exemplar dos *Princípios Orientadores* de melhores práticas em situações de desastre. Você também encontrará uma capacitação especial no Guia 3, *Um Lugar Seguro para as Crianças em Contextos de Emergência*, que explora essas questões com mais profundidade.



Padrão 3: Prevenindo danos às crianças

RESUMO: PREVENÇÃO E BOAS PRÁTICAS

Boas práticas no planejamento de um projeto que envolva crianças significam, desde o começo:

- Fazer um levantamento dos riscos e monitorá-los no decorrer do projeto.
- Identificar as pessoas responsáveis pela proteção.
- Recrutamento efetivo, incluindo a verificação apropriada da equipe e dos voluntários.
- Saber como contatar os serviços locais/nacionais, caso você tenha que relatar a eles alguma suspeita.

Boas práticas em um ambiente onde exista o contato com crianças significam:

- Sempre assegurar que alguém da escola/estabelecimento educacional, organização juvenil ou acampamento/casa de acolhimento esteja presente e cumpra sua responsabilidade de garantir a proteção daqueles que estão no local.
- Monitorar os riscos no decorrer do projeto.

Boas práticas no contato físico significam:

- Manter-se a uma distância apropriada e segura das crianças.
- Somente tocar as crianças quando for absolutamente necessário para uma atividade específica.
- Buscar a concordância da criança antes de qualquer contato físico.
- Certificar-se de avisar a criança com deficiência sobre qualquer contato físico necessário e certificar-se de que ela esteja confortável com isso.

Boas práticas em relações interpessoais significam:

- Tratar todas as crianças do mesmo modo, com respeito e dignidade.
- Sempre considerar o bem-estar de cada criança prioritário ao alcance dos objetivos.
- Construir relacionamentos equilibrados, baseados em confiança mútua, o que capacita as crianças a compartilhar do processo de tomada de decisões.
- Apresentar uma crítica construtiva, em vez de negativa.
- Ser um excelente modelo no trato com outras pessoas.
- Reconhecer que as crianças com deficiência talvez sejam mais vulneráveis ao abuso do que outras crianças.

Boas práticas ao lidar com informações delicadas significam:

- Ter uma política e procedimentos para produzir, utilizar e armazenar imagens e fotografias de crianças.
- Monitoramento e uso cuidadoso de materiais e atividades que envolvam a internet.
- Procedimentos convencionados para relatar qualquer suspeita ou alegação de abuso.
- Certificar-se da confidencialidade a fim de proteger os direitos e de garantir o manuseio, o arquivamento e o controle de qualquer informação fornecida como parte do processo de recrutamento.

Boas práticas no desenvolvimento profissional significam:

- Manter-se atualizado sobre questões de saúde e segurança, bem como sobre conhecimentos gerais em relação à proteção da criança.
- Manter-se informado sobre a legislação e políticas para a proteção da criança.
- Participar de capacitações e treinamentos relevantes.

(Retirado das diretrizes da NSPCC 2004.)



“Todas as organizações deveriam nomear uma pessoa responsável por garantir que a política de proteção seja implementada e respeitada.”

Padrão 4: Diretrizes escritas sobre a conduta em relação à crianças

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

São diretrizes escritas, como códigos de conduta ou práticas, que esclarecem o que é um comportamento adequado na convivência com crianças.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

As crianças devem viver num ambiente seguro e sadio, numa atmosfera encorajadora e estimulante. Normas escritas de conduta direcionadas a todos definem o que é um comportamento aceitável e um comportamento inaceitável em relação à criança. Essas diretrizes podem ajudar a minimizar as oportunidades de abuso e evitar que sejam feitas declarações falsas contra a equipe e outros educadores.

DESENVOLVENDO CÓDIGOS DE CONDUTA

Um código de conduta é um guia claro e sintético sobre os comportamentos e as práticas que são aceitáveis, ou não, no trabalho com crianças. Um código de conduta é um elemento essencial da política de proteção à criança de uma organização, por isso toda a equipe deve concordar com ele quando for contratada e começar a trabalhar. Quando implementado de maneira apropriada, um código de conduta deve reduzir/limitar o risco de abuso infantil, além de deixar claro qual ação deve ser executada se for violado ou não for seguido corretamente.

Um código de conduta deve ser breve e claro. Além disso, deve atender às necessidades de uma organização em particular. Os exemplos daquilo que outras organizações fizeram podem ser usados como referência ou ponto de partida. *Cada organização precisa desenvolver seu próprio código de conduta.*



Pode ser que muitas organizações já estejam familiarizadas com o *United Nations IASC (Inter-Agency Standing Committee) Task Force Core Principles and Code of Conduct* - Princípios Básicos e Código de Conduta da Força Tarefa da IASC (Comitê Permanente Inter-Agências) da ONU. Talvez até já o tenham adotado. Veja www.humanitarianinfo.org/iasc e o *International Red Cross code of conduct* - Código de Conduta Internacional da Cruz Vermelha www.ifrc.org.

PRINCÍPIOS BÁSICOS E CÓDIGO DE CONDUTA DA FORÇA TAREFA DA IASC - ONU

- A exploração sexual e o abuso por parte dos agentes humanitários constituem um ato abominável de conduta e resultam no término da contratação.
- É proibida a atividade sexual com crianças (pessoas menores de 18 anos) independentemente da idade consentida regionalmente. Enganos em relação à idade da criança não servem como defesa.
- É proibida a troca de dinheiro, trabalho, bens ou serviços, inclusive favores ou outras formas de humilhação, degradação ou comportamento exploratório por sexo. Isso inclui a troca por assistência, que é direito dos beneficiários.
- Relações sexuais entre membros da (NOME DA AGÊNCIA) e os beneficiários são fortemente desencorajadas, pois são baseadas em dinâmicas desiguais de poder. Esses relacionamentos minam a credibilidade e a integridade de um trabalho de ajuda humanitária.
- Quando um membro da equipe da (NOME DA AGÊNCIA) tiver preocupações ou suspeitas em relação ao abuso sexual ou à exploração por parte de um companheiro, seja ele da (NOME DA AGÊNCIA) ou não, deve relatar suas preocupações através do procedimento prescrito.
- Os agentes da (NOME DA AGÊNCIA) são obrigados a criar e manter um ambiente que previna a exploração sexual e o abuso e promova a implementação desse código de conduta.
- Os coordenadores em todos os níveis têm responsabilidades específicas de apoiar e desenvolver sistemas que preservem esse ambiente.
- IASC (Comitê Permanente Inter-Agências).

No entanto, esses códigos só dizem respeito à questão de abuso sexual e exploração; por isso, é necessário um código de conduta mais prático que também contenha regras sobre:

- Contato físico e toques;
- Ambiente e espaço de trabalho;
- Linguagem e igualdade;
- Boas práticas ao se trabalhar diretamente com crianças;
- Arranjos para contato;
- Transporte;
- Cultura segura e aberta;
- Arranjos para dormir;
- Disciplina.

Padrão 4: Diretrizes escritas sobre a conduta em relação a crianças

Atividade 4.1: Desenvolvendo um código de conduta

Objetivo

Identificar os passos adequados para desenvolver um código de conduta para a equipe e voluntários em sua agência.

Notas

Você pode querer fazer esta atividade sozinho ou com outras pessoas.

1. Verifique se sua organização já possui um código de conduta e comportamento que se aplica ao trabalho com crianças. Se existir, ele:
 - É conhecido por todos?
 - É relevante?
 - É apropriado?
 - É claro?
 - está sendo cumprido?
2. Falta algum elemento? Ele ajuda a equipe a se sentir protegida ou está ambíguo e permite mais de uma interpretação? Ele pode apoiá-lo caso você observe práticas ou comportamentos estranhos com crianças ou suspeite de algo?
3. Liste o que você considera comportamentos aceitáveis e comportamentos inaceitáveis e o que coloca as crianças em risco. Faça um resumo do que falta ou precisa mudar.
4. Consulte as crianças: organize uma seção com as crianças com quem você trabalha, para auxiliar no desenvolvimento de códigos de comportamento/conduta. Será útil se você pedir a elas que desenvolvam seu próprio código de conduta. Pode ser algo geral, sobre comportamento, ou uma prevenção contra provocações. Peça às crianças que identifiquem quais comportamentos fazem com que se sintam seguras com os adultos com quem têm contato e o que as fazem sentir desconforto.
O Padrão 7 deste guia propõe algumas atividades adicionais desenvolvidas para encorajar a participação de crianças em atividades que ajudarão a protegê-las e mantê-las seguras.
5. Usando as informações que você obteve, comece a escrever seu próprio código de conduta, de preferência com outras pessoas de sua organização. Na **Fase 1, Atividade 1.1** existe um exercício que o ajudará a identificar quanto contato você tem com crianças e em que situação. **Se você ainda não tiver feito isso, faça agora.** Considere as áreas que podem ser arriscadas. (Ex.: atividades em que você está trabalhando sozinho com crianças, se comunicando com elas por e-mail, ou em lugares isolados e não supervisionados).
6. Elabore uma lista do que é **permitido** e do que é **proibido**. Isso talvez ajude a deixar claro o que é e o que não é uma prática aceitável. Consulte/pergunte aos outros: apresente o esboço do código a pessoas centrais, pedindo retorno e comentários.
7. Depois de acordado formalmente, você deve informar aos outros sobre o código de conduta, através de encontros de avaliação, capacitação na proteção de crianças e/ou outros encontros. Assegure-se de que haja um esclarecimento sobre o código nos processos de recrutamento e capacitação. Tanto a equipe nova quanto a já existente devem ser solicitadas a assinar uma declaração de que leram e entenderam o código.
8. Estabeleça uma data para rever o impacto do código e monitorar sua efetividade. Inclua crianças no processo de revisão.

Nota: o DVD contém exemplos de códigos de conduta de duas ONGs internacionais: *Terre des Hommes* e *Tearfund*.



“Muitas crianças são resilientes ao abuso e têm muita capacidade de sobreviver mesmo nas situações mais difíceis.”



“As crianças precisam de alguém que elas possam procurar, quando sofrem algum tipo de abuso.”

Padrão 5: Alcançando os padrões em várias localidades

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

Existem normas claras sobre como as diretrizes da organização devem ser adaptadas em localidades diferentes, em busca de adequação ao contexto local.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

ONGs e outras organizações trabalham em locais variados, onde há concepções e procedimentos diferentes para a proteção da criança. Geralmente existem conceitos diferentes sobre o que é abuso infantil. Por isso, a organização precisa oferecer diretrizes claras para a equipe, os parceiros e outras organizações (até mesmo os financiadores) sobre como a política de proteção à criança será adaptada e colocada em prática nessas circunstâncias variadas. As diretrizes devem ser aplicadas com sensibilidade, sem dar lugar, entretanto, a práticas perigosas para as crianças.

ADAPTANDO-SE AO PAÍS E AO CONTEXTO LOCAL

É necessário orientar com clareza como a política de uma organização pode ser adaptada em diferentes países e contextos locais e até que ponto essa adaptação deve acontecer. Como há entendimentos culturais diferentes sobre o conceito de abuso, a organização precisa consultar a equipe nacional em âmbito local. Assim, poderá obter orientação sobre o modo de agir quando houver preocupações externas com a proteção da criança e sobre a adaptação e aplicação da política de proteção à criança nas várias circunstâncias. A política de proteção à criança precisa se adequar à cultura em que opera, mas não pode permitir nem aceitar comportamentos abusivos.

O *Guia 3 - Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança* também explora esse padrão e fornece alguns exercícios de capacitação que contribuem para definir o conceito de abuso e para aumentar a sensibilização e o entendimento em culturas, tradições, crenças e contextos diferentes. Além disso, o **Módulo 2** do Guia 3 apresenta exercícios que ajudam a identificar alguns aspectos positivos da prática e da tradição local em relação ao cuidado com a criança. É interessante consultar esses exercícios. Você pode encontrar as notas de capacitação desse módulo também no DVD; essas notas fornecem mais informações sobre as definições.



Atividade 5.1: Práticas locais que talvez causem danos às crianças

Objetivo

Estabelecer definições locais sobre abuso infantil e maus-tratos.

Notas

Esta atividade irá:

- Fornecer uma breve descrição dos vários tipos de abuso infantil;
- Identificar tipos prevalentes de abuso nas áreas locais dos participantes.

Uma descrição mais detalhada e a continuação desta atividade podem ser encontradas no Guia 3 – *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*, **Módulo 2, Exercícios 2.2 - 2.5.**



Usando as questões abaixo, procure identificar:

- Quais tipos de comportamento que poderiam causar danos às crianças são vistos em sua região?
- Quem causa os danos?
- Existem práticas comuns ou tradições que podem causar danos às crianças?
- Como elas afetam as crianças?
- Quais as leis existentes que podem ser usadas para proteger as crianças?

Atividade 5.2: Identificando recursos locais

Depois de identificar as crenças, as tradições, as práticas e as situações regionais em relação às crianças, o passo seguinte é mapear os recursos legais e comunitários.

Seja através de discussão, seja como uma tarefa com tempo determinado, você precisa conseguir o máximo de informação possível sobre o contexto/ambiente local, incluindo:

- Ambiente local, situação política, etc.;
- Estrutura e contextos legais e sociais;
- Ligações com a comunidade local;
- Qualquer orientação existente ou leis de proteção à criança;
- Recursos (médicos, educação, líderes comunitários, comitês locais, indivíduos).

A lista de verificação a seguir deve ajudá-lo a encontrar as informações de que você precisa localmente. Veja uma cópia no DVD.



“Um código de conduta é um guia claro e sintético sobre os comportamentos e as práticas que são aceitáveis, ou não, no trabalho com crianças.”

Padrão 5: Alcançando os padrões em várias localidades

Lista de verificação para coletar informações sobre o local

Recursos legais	
Detalhes de departamentos do governo ou agências com autoridade legal de proteção à criança.	
Síntese da legislação relativa à proteção e ao bem-estar da criança. Identificar as convenções internacionais que o país apoia ou das quais é signatário (p. ex. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança).	
Breve análise da implementação/reforço da legislação até onde ela é conhecida.	
Investigação criminal - política e judiciária	
A posição da polícia local em investigar crimes contra crianças e a probabilidade de prisão por tais injúrias.	
Idade legal determinada pelo país e pela legislação a respeito.	
Outras Agências - Serviços de Saúde, ONGs, Fóruns Inter-Agências	
Detalhes sobre saúde e outros serviços de apoio às vítimas.	
Informações sobre ONGs e outras agências, outros grupos relevantes e redes profissionais, incluindo qualquer acordo local para lidar com questões de proteção, HIV, centros/refúgios ou abrigos seguros para mulheres.	
Comunidade	
Detalhes sobre os mecanismos informais de proteção e de justiça, estabelecidos pela comunidade, e sobre como eles funcionam.	
Identificar e fazer contato com ONGs, ONGs internacionais estabelecidas localmente e outras organizações que trabalham com proteção infantil/direitos ou programas de ajuda que afetam as crianças.	
Levantamento de informações sobre recursos comunitários, tais como grupos de direitos humanos, grupos religiosos e comunitários ou atividades organizadas com as crianças, que poderiam apoiar o trabalho de proteção infantil.	
Estabelecer contato com qualquer instituição acadêmica que trabalhe com direitos das crianças.	
Identificar e registrar práticas tradicionais nocivas como o casamento precoce, as cerimônias de iniciação e a circuncisão feminina.	

DESENVOLVENDO PROCEDIMENTOS LOCAIS

Depois de fazer essa atividade de mapeamento (acima), será útil confrontar as informações. Isso vai ajudá-lo a escrever um procedimento local que esclareça:

- possíveis abusos infantis devem ser relatados; e
- O que e quem pode ajudar a ter certeza de que a suspeita está sendo tratada da melhor maneira possível.

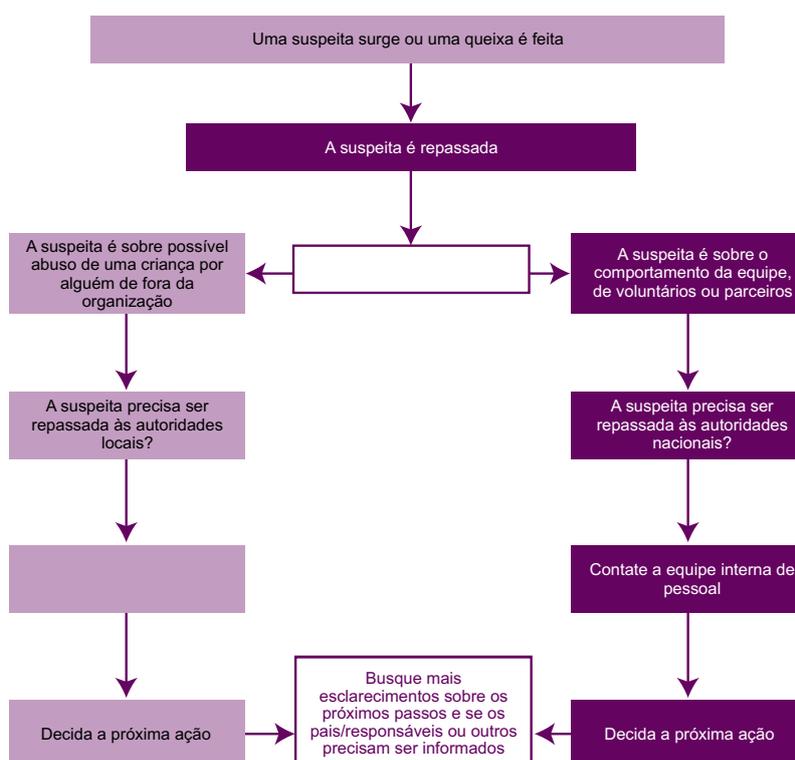
Você precisa identificar as preocupações internas da sua organização, que devem se encaixar na política de proteção à criança, e também as externas, que talvez precisem de uma resposta maior da comunidade.

O Guia 3 - Um *Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança* **Módulo 3, Exercícios 3.6 ou 3.7**, vai ajudá-lo a pensar sobre essas questões de forma mais detalhada. Em uma cartolina em branco (veja o exemplo a seguir e no DVD), delineie um processo de relatoria que se encaixe em sua situação local. Este esquema vai ilustrar claramente como as preocupações com a proteção da criança serão tratadas em nível local e dentro de sua organização.



Procedimento de Relatoria sobre a Proteção da Criança (modelo em branco)

Use o fluxograma para preencher as lacunas e decidir sobre o processo de sua organização. Escreva nomes onde existem lacunas. Segue abaixo o procedimento para dar seguimento aos casos de suspeitas ou denúncias:



Padrão 5: Alcançando os padrões em várias localidades

Atividade 5.3: Abuso infantil ou tradições e práticas culturais?

Objetivo

Conhecer as práticas e tradições culturais aceitáveis e os maus-tratos à criança.

Notas

Fé, cultura e tradição desempenham um papel importante na manutenção da segurança de crianças contra o abuso e danos. No entanto, em algumas partes do mundo pode ser muito difícil manter o equilíbrio entre respeitar os costumes locais e os direitos da criança e realizar práticas que são prejudiciais e abusivas para elas.

A atividade a seguir provavelmente o ajudará a lidar com essa questão.

1. Primeiro identifique os pontos fortes da comunidade local e as tradições, a crença e as práticas que ajudam a proteger as crianças e a mantê-las em segurança.
2. Depois, leia as situações. Use-as para iniciar uma discussão com colegas, parceiros, grupos, agentes comunitários, líderes, etc. As situações também estão no DVD. Mas, por favor, use-as apenas como orientação e desenvolva outras que se encaixem no contexto em que você está trabalhando.
3. Discuta se a situação constitui abuso infantil, ou não. Em caso positivo, que atitude você acha que poderia ser tomada?

Depois da discussão - questões úteis

- Que questões ou diferenças as situações enfocam?
- Houve acordo sobre a atitude que deveria ser tomada em cada situação?
- Que diferenças ocorreram em relação às atitudes e aos valores?
- Que outras tradições ou práticas foram identificadas na discussão?
- Você concordou com o que foi considerado culturalmente aceitável?
- Como sua organização está lidando com o impacto disso em seu trabalho ou programa?

Use essa informação para realizar a próxima atividade, que explora algumas formas práticas de lidar com qualquer conflito entre entendimento cultural e proteção da criança.

Situações

Situação 1

Durante uma avaliação, uma consultora menciona que, numa visita a um programa de uma agência parceira, viu uma criança com as mãos inchadas e com marcas no corpo. Parecia que a criança tinha apanhado. Quando perguntou à diretora do programa, ela respondeu que a bíblia diz para “disciplinar a criança com vara

Situação 2

É uma prática comum que crianças com dificuldades de aprendizagem sejam cuidadas pelas pessoas da comunidade; as crianças não têm acesso a nenhum tipo de educação ou modo independente de vida.

Situação 3

Nesse país, quando nascem crianças com deficiência, sempre foi aceitável que fossem levadas por seus pais para instituições do governo, onde podem ser cuidadas. Não é esperado que as famílias carreguem o “fardo” de cuidar dessas crianças.

Situação 4

É uma prática comum que os meninos sejam circuncidados quando chegam à puberdade. A circuncisão significa que eles estão se tornando homens.

Situação 5

Ainda é comum que as meninas sejam circuncidadas (mutilação genital feminina), mesmo que as leis do país proibam isso.

Situação 6

Se uma menina for violentada, a solução tradicional é que ela se case com o homem que a violentou.

Situação 7

Para lidar com a extrema pobreza nas áreas rurais, meninas de apenas 12 anos são mandadas para a cidade para conseguir dinheiro através da prostituição. Sem esse dinheiro, as famílias passariam fome.

Situação 8

É uma prática comum que os adultos abaixem as calças dos meninos pequenos e puxem seus pênis. Isso é algo que acontece com os jovens e não é considerado um abuso; a equipe nessa organização não será punida por isso.

Situação 9

Nessa região, trabalhar para ajudar a família não é considerado exploração do trabalho infantil; é aceitável que crianças trabalhem como empregadas dos ricos.

Atividade 5.4: Crenças culturais e proteção à criança

Objetivo

Explorar formas práticas para lidar com conflitos entre crenças culturais e políticas de proteção à criança. *(Baseado no exercício desenvolvido pela Save the Children do Reino Unido em um workshop em Serra Leoa).*

Notas

1. Você deve fazer esta atividade em grupo ou com uma equipe. Peça ao grupo que descreva as práticas culturais que existem em suas áreas de trabalho e que:
 - causam tensões culturais;
 - estão em conflito com os padrões almejados para manter as crianças em segurança.

Esta atividade deve ter ajudado a identificar quais práticas podem causar mais tensão.

2. Em uma folha grande de papel, faça duas colunas: à esquerda escreva “Prática” e à direita “Base da crença”. Peça ao grupo que identifique as práticas culturais que são prevalentes na comunidade local ou país e a base da crença relacionada a essa prática.

Veja alguns exemplos:

Padrão 5: Alcançando os padrões em várias localidades

Prática	Base da crença
Casamento precoce	Maturidade determinada pelo desenvolvimento de características físicas
Crianças ganhando dinheiro	Crianças consideradas como bens financeiros
Punição física	“Aquele que poupa a vara estraga seu filho”
Cerimônias masculinas de iniciação	O rito de passagem de menino para homem

- Quando o grupo tiver identificado as práticas e as crenças, conduza uma discussão sobre a causa da existência dessas práticas e crenças, de onde elas vêm e por que são mantidas? Qual é a influência da fé e da religião nas práticas e nas crenças?
- Peça ao grupo para pensar sobre o que precisa acontecer**
 - Quais são as prioridades?
 - O que é possível fazer para reduzir as práticas abusivas, negligentes e exploratórias para com as crianças?
- Agora peça ao grupo para pensar sobre as barreiras que podem ser encontradas para mudar as práticas culturais abusivas.
 - Por que a comunidade talvez seja sensível a isso?
 - Isso causará tensão? Se sim, por quê? Como você pode trabalhar com a comunidade para obter sucesso?
 Por exemplo:

Causa da tensão	Trabalho com a comunidade
Status de poder e controle que as pessoas que praticam podem querer manter	Trabalhe com a comunidade para quebrar antigas crenças
Uma cultura profundamente arraigada nos fatores sociais, políticos e econômicos da sociedade.	Ajude as crianças a identificar os perigos da prática
A punição corporal é vista como normal tanto em casa quanto nas instituições educacionais	Encontre maneiras positivas de controlar o comportamento



G. Scott / Everychild

“Todas as crianças têm o direito de receber informações e ajuda quando tiverem algum problema.”



Barbara Mair / SOS Kinderdorf

“Nos lugares onde as organizações trabalham através de parceiros, estes também devem desenvolver políticas e procedimentos de proteção à criança.”

Padrão 6: Direitos iguais de proteção para todas as crianças

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

São medidas tomadas para suprir a necessidade que todas as crianças têm de ser protegidas do abuso.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

O abuso acontece com crianças de qualquer idade, raça, gênero, religião ou deficiência, orientação sexual, grupo social ou cultura. Algumas crianças, como as que tem deficiência, são particularmente vulneráveis. O preconceito e a discriminação podem impedir que algumas crianças recebam a ajuda de que precisam. Por isso, as organizações devem adotar medidas para assegurar que todas as crianças sejam protegidas e recebam o apoio necessário.

NECESSIDADES DIFERENTES, DIREITOS IGUAIS

Os indivíduos, os grupos e as organizações têm a tarefa e a responsabilidade de assegurar que o bem-estar de crianças pertencentes a grupos minoritários seja propriamente observado. Crianças e adolescentes que têm alguma deficiência ou são provenientes de tribos, grupos culturais ou étnicos diferentes podem facilmente se tornar vítimas de discriminação sistemática e preconceito. Obviamente, essa discriminação e esse preconceito podem ser nocivos à criança. Isso pode significar que elas não estejam recebendo a assistência essencial que deveria protegê-las e promover seu bem-estar.

Algumas crianças e adolescentes são mais vulneráveis por causa de suas diferenças. Portanto, as organizações precisam ter estratégias efetivas que maximizam o acesso delas à assistência. Organizações devem considerar estes pontos:

- Políticas de proteção à criança, estratégias e planos de ação refletem um comprometimento com a igualdade e a diversidade (diferença), a fim de assegurar que sejam atendidas as necessidades de crianças pertencentes a grupos minoritários.
- Todas as agências que dão assistência a crianças devem demonstrar competência em lidar com suas necessidades em um contexto culturalmente diverso.
- Todas as agências devem providenciar ferramentas de comunicação e intérpretes para as crianças e famílias cuja comunicação seja diferente.
- A existência de parcerias locais com grupos minoritários deve assegurar que eles participem das decisões sobre como manter as crianças em segurança.

O primeiro estágio do desenvolvimento de uma estratégia ou plano organizacional para proteger todas as crianças é assegurar que ele reflita as necessidades atuais das crianças dos grupos minoritários e das comunidades onde estão trabalhando. Essas necessidades irão variar muito.

Exemplos incluiriam:

- uma estratégia para desenvolver e promover serviços acessíveis de acordo com as necessidades das crianças deficientes
- programas de HIV e AIDS especialmente focados nas necessidades das crianças e adolescentes.
- meios de alcançar crianças vítimas de violência doméstica.
- meios de alcançar crianças vítimas da guerra.
- estruturas para proteger meninas e mulheres jovens que são vítimas da violência de gênero e sujeitas a costumes e práticas que causam danos ao seu bem-estar físico e emocional.

COLOCANDO EM PRÁTICA SUA ESTRATÉGIA DE PROTEGER TODAS AS CRIANÇAS

Apenas publicar o compromisso de manter todas as crianças em segurança não é suficiente para influenciar ou remover as barreiras.

As organizações devem se comprometer, em longo prazo, com o objetivo de eliminar a discriminação que coloca as crianças em situações de risco. Para implantar a estratégia, você vai precisar de uma liderança definida e do comprometimento da diretoria.

Elementos-chave

- Certifique-se de que os objetivos estão claros e ligados com as questões relacionadas à proteção de todas as crianças.
- Certifique-se de que as funções e as responsabilidades, e particularmente as expectativas do grupo gestor, estão bem definidas.
- Ofereça capacitação suficiente para apoiar a equipe em sua tarefa de manter as crianças em segurança.
- Estabeleça prazos realísticos.
- Assegure-se de que há recursos suficientes para as atividades.
- Assegure-se da participação da comunidade, inclusive das crianças.

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação fazem parte da forma como os serviços são feitos. Isso significa que você terá de mensurar o quanto os serviços que você oferece alcançam as crianças. Ao monitorar, você deve:

- Certificar-se de adotar medidas de monitoramento e indicadores de desempenho.
- Fazer referência explícita à etnia, deficiência, gênero, idade, sexualidade, existência do vírus HIV e outras diferenças identificadas nas crianças, em qualquer autoavaliação.
- Monitorar, rever e avaliar o progresso alcançado em sua estratégia para manter as crianças em segurança.
- Fazer referências específicas sobre seu comprometimento em proteger todas as crianças em seus sistemas de relatório; por exemplo, seus relatórios anuais ou trimestrais.
- Divulgar e celebrar conquistas, tomando conta para que todos os grupos minoritários recebam a informação, enviando uma mensagem notória de que sua organização está comprometida em lidar com as desigualdades.

Padrão 6: Direitos iguais de proteção para todas as crianças

Atividade 6.1: Assegurando o direito que todas as crianças têm de serem protegidas do abuso

Objetivos

- Identificar na sua organização lacunas na assistência a crianças socialmente excluídas ou de difícil aproximação.
- Fazer um plano de ação para apoiar essas crianças no futuro.

Notas

Provavelmente, a atividade seguinte o ajudará a aplicar esse padrão em seu próprio ambiente. Talvez seja melhor fazer isso com mais de uma pessoa, de preferência de sua organização ou de sua agência parceira.

O exercício funciona melhor como uma discussão entre parceiros que trabalham juntos ou em um grupo pequeno. Para esta atividade, você vai precisar de papel e caneta ou de um quadro negro e giz.

1. Identifique uma criança em seu programa

Comece pensando sobre o que você entende por “todas as crianças” em sua organização ou programa. Pense sobre uma criança específica, que talvez seja facilmente ignorada por ser diferente de alguma forma, e que, por isso, pode estar em risco de danos ou abuso. Faça um esboço do perfil da criança, respondendo a estas questões:

- Qual é o nome dela?
- Quantos anos ela tem?
- Onde ela mora?
- Quem cuida dela?
- Como ela se comunica?
- Qual é a sua capacidade de mobilização?
- Ela é capaz de compreender as pessoas que cuidam dela, sua família ou os voluntários?
- Ela tem amigos?
- De que forma suas necessidades podem estar sendo ignoradas?
- De que forma ela pode estar vulnerável ao abuso?

Suas respostas a essas perguntas (ou alguma dificuldade que você tenha em respondê-las) talvez mostrem que você é capaz de identificar crianças potencialmente excluídas de suas necessidades. Deixe as respostas nesse papel e use outra folha para a próxima atividade.

2. Mapeando

Depois de ter identificado uma criança ou jovem em sua organização ou programa, pense se existem outras crianças que podem ser descritas como “diferentes” e que talvez sejam alvo de discriminação. Conduza um exercício de mapeamento de seu programa para identificar crianças ou jovens difíceis de alcançar e desenhe rostos em uma folha de papel. Talvez você queira pensar sobre eles como indivíduos e dar a eles expressões que mostrem seus sentimentos em relação a suas vidas.

3. Necessidades de proteção

O passo seguinte é identificar, para cada rosto, o que você considera que sejam as necessidades de proteção, ou quais são os riscos atuais à sua segurança em termos de abuso. Escreva estas informações usando uma cor diferente.

Exemplo da Atividade 6.1*Necessidade de proteção**Cuidadores confiáveis**Acesso à educação**Cuidado íntimo seguro**Riscos à segurança**Muitas pessoas diferentes cuidando**Viver em uma instituição do governo**Isolada da família e comunidade**Sem meio de se comunicar verbalmente***4. Partes interessadas**

Ao redor de cada rosto de seu mapa, identifique quem você considera serem os interessados no futuro dessa criança: Existe pai ou mãe? Um voluntário? Um líder religioso? Um agente de saúde? Um amigo? Que organização tem um papel a desempenhar em seu futuro? Será a sua? Quais parceiros estão ou poderiam estar envolvidos? Novamente, use uma cor diferente para isso e deixe espaço entre o rosto (da criança) e as partes interessadas. Se não houver nenhuma parte interessada, isso precisa ficar claro.



“Preconceito e discriminação podem impedir que algumas crianças recebam a ajuda de que necessitam.”

Padrão 6: Direitos iguais de proteção para todas as crianças

5. Atendimento ou empecilhos para receber o atendimento

Agora preencha a lacuna entre a criança e as partes interessadas. Identifique os tipos de atendimento que as crianças já estão recebendo e se eles oferecem proteção contra o perigo.

Essa parte do exercício talvez seja difícil, mas pode indicar como as necessidades das crianças vulneráveis são alcançadas. Se ainda existir uma lacuna ou barreira, tente identificar quais podem ser os empecilhos. Eles podem ser:

- Dificuldades de comunicação;
- Recursos — financeiros e humanos;
- As crianças não são consideradas tão importantes;
- Conflito de prioridades e assim por diante.

6. Agindo

O estágio final dessa atividade é um plano de ação. De preferência, isso deveria ser conduzido junto com os parceiros — dentro ou fora da sua organização. Transfira para a folha de ação que segue as informações do material que você criou acima. Deixe no anonimato as pessoas que você está focando. Você está identificando as necessidades não alcançadas em sua organização ou programa. Isso deve ajudá-lo a desenvolver uma estratégia geral. Esse quadro está no DVD para você reproduzir.



Esta atividade deverá ser conduzida com apoio total e envolvimento dos gestores. Deve ser relacionada com qualquer outra política de igualdade que sua organização tiver adotado.

Use as sugestões do começo deste padrão para ajudá-lo a monitorar e avaliar como sua organização está se saindo. Considere utilizar a atividade de mapeamento regularmente, com os mesmos rostos de crianças, para verificar se você alcançou os resultados desejados no que diz respeito a manter as crianças seguras contra abuso e danos.

Ferramenta para elaboração do Plano de Ação

Necessidades de proteção não supridas	Ação proposta	Quem executará	Quando	Recursos	Possíveis empecilhos	Superados por	Revisão

Padrão 7: Comunicando a mensagem de Um Lugar Seguro para as Crianças

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

Sistemas e procedimentos são realizados para assegurar que todos na organização saibam como proteger as crianças, opinem sobre a proteção das crianças e tenham sua opinião levada e, consideração.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

Políticas e procedimentos realizados pelas organizações para manter as crianças em segurança só são efetivos se as pessoas estiverem cientes deles, se puderem contribuir para o seu desenvolvimento e se tiverem a oportunidade de expressar sua opinião sobre como estão trabalhando.

ASSEGURANDO UMA COMUNICAÇÃO EFETIVA: PROCEDIMENTOS E SISTEMAS

Para implementar o padrão com sucesso, você deve ter:

- Sistemas efetivos de comunicação e uma equipe de adultos e voluntários motivados a ouvir as crianças;
- Equipe capacitada em métodos de comunicação com crianças em circunstâncias difíceis.

As circunstâncias difíceis podem ser causadas por uma necessidade crônica, por situações de emergências repentinas ou talvez por causa de situações individuais e específicas que afetam uma criança em particular (como HIV, abuso ou violência).

Essa seção vai lidar com sistemas e métodos para assegurar uma comunicação efetiva.

Os sistemas que precisam ser estabelecidos em sua organização devem assegurar que a equipe, as organizações parceiras, os pais/tutores e as crianças estejam igualmente cientes da política de proteção à criança e do princípio de mantê-las em segurança. Isso significa certificar-se de que os Padrões 1-4 estão em prática, e essa seção se relaciona com eles. É muito importante desenvolver uma proposta de parceria com os pais/tutores, a comunidade local, as crianças e os jovens.

Atividade 7.1: Que métodos de comunicação já existem?

Objetivo

Identificar os diferentes métodos de comunicação que você já utiliza.

Notas

1. Faça uma lista dos métodos que você já usa para informar as pessoas sobre o trabalho de sua organização, como por exemplo: falar para as pessoas, recomendações de outras pessoas, cartazes, propagandas, folhetos, etc.
 - Até que ponto esses métodos são efetivos para comunicar o que você quer que as pessoas saibam?
2. Para melhorar os métodos de comunicação, é importante trabalhar em parceria com outros. A seguir estão algumas formas de desenvolver uma estratégia de parceria.

DESENVOLVENDO UMA ESTRATÉGIA DE PARCEIRA PARA COMUNICAÇÃO

- Encoraje pais, tutores, crianças, comunidade a se envolverem o máximo possível através da participação em comitês ou grupos de planejamento e organização, e de atividades diárias.
- Certifique-se de que você sabe quem tem a responsabilidade pelo cuidado de uma criança em qualquer programa ou projeto e tenha um registro de seus detalhes de contato.
- Assegure-se de que a equipe possa ser facilmente identificável no ambiente de trabalho, por exemplo, vestindo uma camiseta ou crachá.
- Sempre que possível, obtenha a permissão dos pais para as atividades.
- Certifique-se de que a comunicação entre a organização e os pais/tutores/crianças/líderes comunitários leve em conta o idioma e as diferenças de comunicação.
- Certifique-se de que os pais, as crianças e outras pessoas relevantes saibam sobre sua política de proteção e os procedimentos de relato.
- Desenvolva um procedimento para denúncias e certifique-se de que ele seja publicado e de que todos o conheçam.
- Envolver os pais e as crianças no desenvolvimento de códigos de bom comportamento, por exemplo, um código contra provocações, etc.
- Desenvolva formas de obter um retorno dos pais/tutores/crianças/comunidade, para descobrir se você está agindo bem e o que não está funcionando; e para checar o que as pessoas sabem sobre a organização e o funcionamento dela.

PARCERIA COM CRIANÇAS E JOVENS

Convém estabelecer uma cultura de clareza em sua organização para que as crianças sintam que podem ter conversas abertas e sinceras sobre qualquer coisa que as preocupe quando estiverem com você. Isso só acontecerá se você apresentar essa prática a elas e regularmente interrogá-las sobre como se sentem e o que está acontecendo em suas vidas.

Encorajando as crianças a falar

Um das coisas tristes sobre o abuso de crianças é que ele as torna silenciosas. Elas param de falar até mesmo com os adultos que conhecem e nos quais confiam. A razão disso é que os adultos geralmente são fisicamente mais poderosos que as crianças e podem fazer ameaças, amedrontar ou tirar-lhes algo para impedir que elas falem.

Se você realmente quer que sua organização promova uma cultura e um ambiente seguro, deve deixar claro para as crianças que elas podem falar. Você pode fazer isso de várias maneiras. Não esqueça que para crianças muito novas ou com deficiência você terá que fazer um esforço extra para assegurar que elas entendam as mesmas mensagens. Essas são algumas atitudes que você pode adotar:

- Encoraje as crianças a se envolverem, incluindo-as em comitês de coordenação.
- Discuta abertamente com elas seus princípios e políticas de proteção.
- Ouça realmente e leve em conta o que elas falam — sem que seja uma falsa atenção — e certifique-se de que elas sabem que você está ouvindo.
- Disponibilize cartazes ou faça folhetos, especialmente para crianças novas, falando abertamente sobre a necessidade das crianças de sentirem-se seguras e protegidas.
- Certifique-se de que cada criança tem uma pessoa de referência a quem possa se dirigir em caso de qualquer suspeita.

Padrão 7: Comunicando a mensagem de Um Lugar Seguro para as Crianças

- Certifique-se de que seus cartazes ou folhetos deixem claro que alguns comportamentos, tais como provocações, ameaças, linguagem racista, etc., são inaceitáveis. Eles também devem dizer o que acontecerá se determinado comportamento inaceitável não cessar.
- Conduza ocasionalmente pequenas entrevistas ou dirija grupos focados a fim de checar como estão as coisas.

Não esqueça de que as práticas e os sistemas de comunicação não existem apenas dentro da organização. É importante que sua organização estabeleça contato com outras organizações na localidade, para promover a noção de uma comunidade segura e cuidadosa e compartilhar boas práticas. Devem ser estabelecidos contatos com outros grupos, tanto na amplitude da própria organização, quanto com outras organizações ou grupos comunitários. É essencial que você veja sua organização como parte de uma rede maior no país, onde todos desempenham um papel fundamental na proteção da criança.

MÉTODOS DE COMUNICAÇÃO

Comunicando-se com crianças

As organizações criam um ambiente mais seguro e respeitoso para as crianças quando as consultam e falam com elas, e quando criam oportunidades para que sejam ouvidas.

Ao permitir que crianças e jovens opinem nas decisões que os afetam, levando suas ideias a sério e respeitando e valorizando seu ponto de vista, uma organização está contribuindo para o desenvolvimento de sua autoestima e confiança em si mesmo. Essa atitude também fortalece o relacionamento dessas crianças e jovens com a própria organização.

Sistemas de comunicação focados na criança criam um ambiente mais seguro à medida que as crianças se tornam mais capazes de falar sobre o que as faz sentirem-se seguras, e se expressar quando estão preocupadas com sua segurança e bem-estar.

Embasando o direito das crianças

Embasando esses conceitos, o artigo 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC), declara que “proporcionar-se-á à criança, em particular, a oportunidade de ser ouvida em todo processo judicial ou administrativo que afete a mesma”.

O artigo 13 da CDC declara que a criança tem o direito de “procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, a menos que isso viole os direitos dos outros”.

Ferramentas práticas e estratégias para consultar crianças e conversar com elas

Se você quer manter as crianças em segurança, convém assegurar-se de que os canais de comunicação estão abertos, de que as crianças conhecem seus direitos e sabem como falar o que querem e do que precisam. As sete ferramentas a seguir vão ajudá-lo a deixar as crianças mais seguras.

1. Ouvindo
2. Descobrimo o que faz com que as crianças se sintam seguras.
3. Criando áreas seguras.
4. Identificando comportamentos seguros.
5. Estimulando crianças e jovens.
6. Encorajando as crianças a falar e a fazer denúncias.
7. Reconhecendo que às vezes elas são mais vulneráveis, certificando-se de que as crianças reconhecem que podem ser alvo de abusadores e ajudando-as a se proteger.

Agora vamos ver essas sugestões de forma mais detalhada.

1. Ouvindo

Discuta com a equipe e os voluntários e ofereça capacitação para comunicarem-se bem com as crianças. Abaixo está uma lista sobre as melhores formas de saber se você está ouvindo as crianças e os jovens.

- Dê tempo para as crianças falarem.
- Dê às crianças oportunidade de falar em particular, mas certifique-se de que o espaço é seguro e não irá intimidá-las.
- Assegure que o ambiente físico seja convidativo para as crianças e adolescentes — pergunte-lhes o que tornaria o ambiente físico mais convidativo.
- Escute com atenção o que as crianças e adolescentes estão dizendo.
- Se uma criança ou adolescente confessar abuso, leve-o a sério. Não julgue, nem fique explicando detalhadamente o que acontecerá a seguir. Não faça promessas que você não poderá cumprir.
- Use uma linguagem apropriada para a idade da criança ou do adolescente.
- Discuta formas de se comunicar e ouvir crianças com deficiência.

2. Sentindo-se seguras

Veja algumas formas de fazer com que as crianças e jovens falem sobre o que lhes dá a sensação de segurança. Use essa informação para dirigir suas atividades e seus programas. Por exemplo:

- Para crianças mais novas: Peça que elas desenhem, escrevam histórias ou atuem mostrando o que lhes dá segurança. Você pode fazer isso em grupo. Use os desenhos delas como cartazes em sua organização. Assim, elas podem perceber que estão contribuindo com a organização, até mesmo com o prédio que as abriga, que deve parecer um lugar de criança e não apenas um lugar para adultos.
- Para crianças mais velhas: Organize *workshops* e peça-lhes que descrevam o que as faz sentirem-se seguras. Isso pode ser feito de várias formas, incluindo arte, peças teatrais, música, dança.
- Diferenças de gênero: Crie oportunidades para conversar separadamente com as meninas e com os meninos sobre preocupações particulares em relação a sentirem-se seguros.
- Abuso por parte de outras crianças ou provocações: Providencie espaços seguros para as crianças falarem com um adulto sobre as dificuldades que enfrentam quando estão sendo provocadas ou assediadas por outras crianças ou jovens.

3. Áreas seguras

Pergunte às crianças e aos jovens o que eles consideram uma área segura e agradável. Peça que eles desenhem uma área segura. Proponha algumas ideias:

- A forma como as cadeiras e as mesas estão posicionadas;
- Lugares privados, mas que podem ser observados;
- Portas abertas;
- Paredes decoradas com cartazes amigáveis, brinquedos, móveis infantis, etc.;
- Onde o lugar está localizado, se é em uma área acessível da cidade;
- Pessoas conhecidas na recepção, ou pessoas do tipo que as faz sentirem-se confortáveis;
- Pessoas jovens como ajudantes presentes e disponíveis.

Padrão 7: Comunicando a mensagem de Um Lugar Seguro para as Crianças

4. Comportamento seguro

São várias as formas de envolver crianças e jovens na criação de seu próprio ambiente seguro. Uma boa maneira é envolver crianças mais velhas e adolescentes na criação de um Código de Conduta para crianças.

Um Código de Conduta/Comportamento para crianças ajuda a explicar os direitos e as responsabilidades de quem participa das atividades de sua organização ou programa. O código deve ser escrito em linguagem simples e acessível, ser amplamente divulgado e conter questões importantes para as crianças e jovens em sua organização, tais como:

- De que maneira as provocações vão ser tratadas;
- Qual é a política em relação ao uso de drogas e álcool;
- De que modo o comportamento abusivo e perigoso será tratado.

5. Empoderando crianças e adolescentes

Faça *workshops* sobre a Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança (CDC). Eduque as crianças e os adolescentes sobre a Convenção, pergunte a eles o que significa e como se aplica à vida deles.

- Treine os jovens sobre a Convenção para que eles instruam outros.
- Envolver crianças e adolescentes no desenvolvimento de políticas e procedimentos para sua organização. Peça a opinião deles.
- Inclua adolescentes nos grupos de entrevista e seleção da equipe e voluntários. Apoie-os durante o processo e inclua, na seleção, a opinião e o retorno deles.
- Envolver crianças e jovens no planejamento das atividades e dos programas.
- Se for apropriado em sua organização, eduque os jovens sobre questões de desenvolvimento sexual, tais como a formação de relacionamentos sexuais consensuais e igualitários, e encoraje-os a decidirem sobre suas próprias experiências sexuais.
- Conscientize-os sobre os diferentes tipos de abuso, abusadores e riscos.
- Tenha representantes dos jovens na Diretoria ou no Comitê de sua organização.

6. Denunciando: fazendo reclamações

Sua organização deve discutir formas de fazer com que as crianças saibam que podem se queixar se não estiverem felizes, além de encorajar e apoiar crianças e adolescentes que queiram fazer denúncias.

É fundamental que qualquer organização, grande ou pequena, tenha procedimentos de denúncias ou relatos através dos quais as crianças possam falar sobre preocupações ou suspeitas e fazer alegações ou revelações. Um procedimento de queixa pode ser desenvolvido com a participação da equipe, dos voluntários, dos jovens e de sua família. Um sistema de denúncia transparente deve garantir que todos, inclusive crianças e adolescentes, saibam quem é a pessoa de referência que podem procurar em sua organização para pedir ajuda. Um procedimento de denúncia deve incluir o seguinte:

- O que denunciar;
- Quando denunciar;
- A quem denunciar;
- Como denunciar;
- Acompanhamento da denúncia.

Você pode apontar uma ou duas pessoas em sua organização para serem designadas como pessoas de referência de proteção/segurança — todas as suspeitas, denúncias ou

incidentes de danos ou abuso devem ser reportados a essa pessoa. **Os padrões 1 e 2** apresentam mais informações sobre o papel da pessoa nomeada ou designada para a proteção da criança.

O sistema de denúncia deve ser amplamente divulgado e explicado. E todos os envolvidos em sua organização devem receber uma cópia dele. Uma versão infantil também deve ser desenvolvida para ser distribuída às crianças.

Quando as crianças relatam algum perigo ou abuso, é essencial que elas sejam apoiadas através do processo e informadas sobre o que vai acontecer. Elas devem ser encaminhadas ao conselho local e aos serviços de bem-estar ou saúde, que poderão apoiá-las e assisti-las.

Você também pode pensar sobre outras estratégias. Algumas são sugeridas abaixo.

- Disponibilize o código de conduta e procedimentos de denúncia no formato de cartazes (para a organização) e de apostilas para toda a equipe, voluntários, crianças e jovens, suas famílias, visitantes e parceiros.
- Tenha uma caixa de sugestões. Essa é uma forma confidencial e menos intimidante pela qual crianças e adolescentes podem fazer sugestões ou reclamações sobre sua organização ou sobre atividades e programas de que participam.
- Considere o modo como as crianças com deficiência podem fazer suas reclamações, especialmente as que têm dificuldades verbais de comunicação. Lembre-se de quanto as crianças com deficiência são vulneráveis. É essencial que suas carências na comunicação não sejam esquecidas.

7. Reconhecendo que às vezes elas são vulneráveis

Para que possam proteger a si mesmas, as crianças precisam reconhecer que às vezes são alvo de abusadores.

- Converse com as crianças sobre o que as faz sentirem-se seguras ou inseguras. Diga também que elas sempre devem falar com alguém se não estiverem se sentindo seguras ou se forem maltratadas.
- Em tempos de crise, catástrofes ou situações de emergência, certifique-se de que as crianças sabem quais são as áreas seguras ou os espaços apropriados para crianças, para ficarem com alguém em quem confiam se estiverem longe de seus pais ou família e para que saibam a quem pedir ajuda se quiserem fazer uma denúncia.
- O desenvolvimento de sistemas de denúncia e planos de ação locais para situações de emergência ajuda a manter as crianças em segurança quando estão mais vulneráveis; além disso, assegura que elas não sejam alvo de abusadores.
- Sua organização pode promover encontros de educação ou informação para os jovens, as famílias e os membros da comunidade, enfocando os direitos da criança e o abuso infantil, e incentivando para que as crianças e adolescentes denunciem.

Padrão 8: Educação e capacitação para a proteção das crianças

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

São oportunidades de aprendizagem criadas para que a equipe desenvolva e mantenha as atitudes, as habilidades e os conhecimentos necessários para a proteção das crianças.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

Todos que estão em contato com crianças desempenham um papel em sua proteção. Mas, só podem desempenhar esse papel de forma efetiva e confiável, se estiverem suficientemente informados sobre as medidas de proteção e se tiverem o conhecimento e as habilidades necessárias para assegurar a proteção da criança. As organizações que trabalham com crianças têm a responsabilidade de capacitar sua equipe e assegurar que as crianças também sejam incluídas nos programas que ensinam como garantir sua proteção.

Por que a educação e a capacitação são essenciais

Educação e capacitação são formas muito eficazes de melhorar a prática. É essencial que todos os envolvidos no trabalho com crianças, ou na luta por seus direitos, tenham acesso a uma capacitação que os ajude a manter as habilidades e o entendimento necessários para assegurar a proteção das crianças e a redução do risco de perigo. Uma capacitação também oferece maneiras de assegurar que os temas aprendidos estejam sendo aplicados no sistema e na estrutura da organização.

Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança* - o material de capacitação que acompanha este guia contém módulos centrais de capacitação e *workshops* especializados para ajudar as organizações a capacitar a equipe, os parceiros e os coordenadores. Consulte o material de capacitação para mais informações. No entanto, o levantamento das necessidades de capacitação e o desenvolvimento de uma estratégia de capacitação são passos que você deve dar para assegurar que a capacitação seja pró-ativa, organizada e relevante para toda a equipe. As atividades a seguir vão ajudar os responsáveis pelas capacitações a fazer isso.

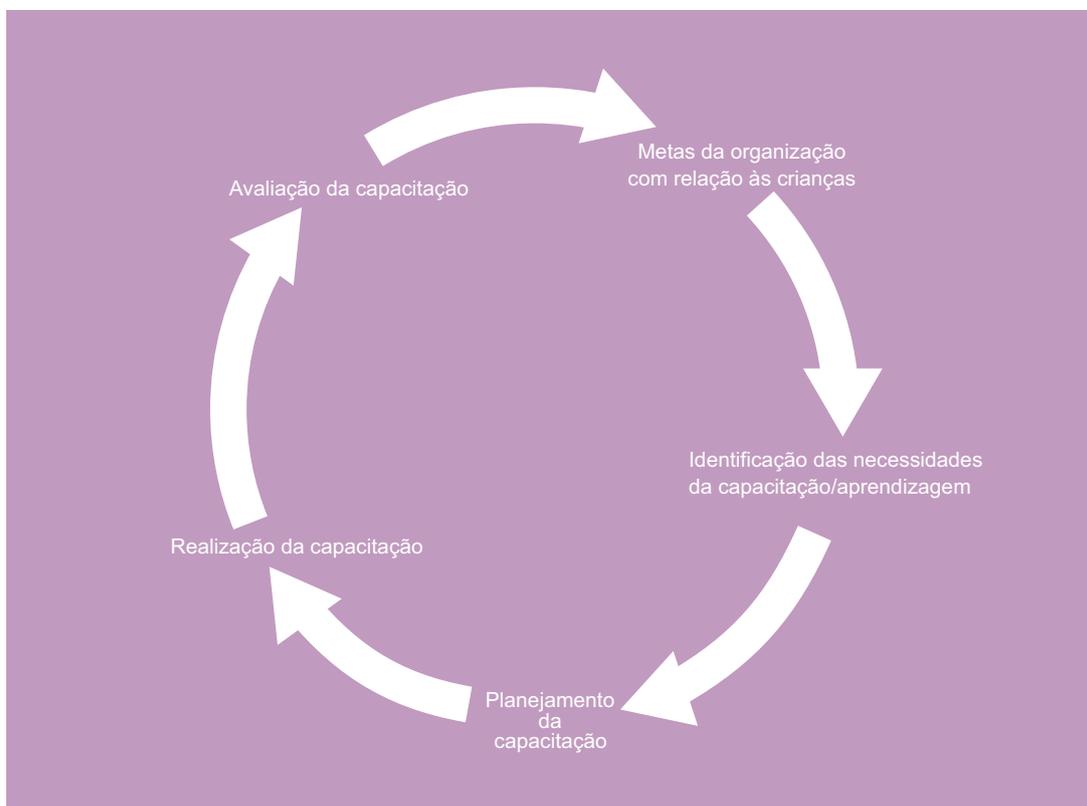


Qualquer estratégia efetiva de capacitação deve estar dentro de um modelo que inclua:

- O consentimento e o acordo da diretoria;
- Normas práticas;
- Políticas e procedimentos;
- Orientação prática.

Se você não contar com esses itens, não tente compensar fazendo a capacitação. Capacitar fora desse modelo não trará benefício para a organização, ou melhor, para a proteção da criança. Por exemplo, não vale a pena gerar consciência na equipe sobre práticas nocivas para com as crianças se não houver procedimentos para relatar as suspeitas sobre alguém. O diagrama a seguir mostra como a identificação das necessidades se encaixa no planejamento e esboço das capacitações. Eles não devem ser processos separados.

O CICLO DE PLANEJAMENTO/CAPACITAÇÃO



O primeiro passo é identificar as necessidades de capacitação/aprendizagem. Você pode encontrar no DVD um modelo de gráfico para ajudar a identificar essas necessidades. Depois de identificá-las, o passo seguinte do ciclo é formular uma estratégia de capacitação ou programa.

Atividade 8.1: Identificando as necessidades de capacitação

Objetivo

Identificar e priorizar as necessidades de capacitação na proteção da criança.

Notas

1. Antes de tentar identificar as necessidades de capacitação em proteção da criança em sua organização, considere as questões abaixo:
 - Como as necessidades de capacitação são identificadas em sua organização?
 - A capacitação é uma atividade organizada ou um evento aleatório?
 - Alguém tem a responsabilidade de coordenar a capacitação?
 - Como a organização prioriza os pedidos de capacitação?
 - Existe verba para capacitação?
 - Que recursos sua organização tem?

Se você não sabe, ou está inseguro sobre as respostas a estas perguntas, encontre em sua organização alguém que possa te ajudar a respondê-las.

Padrão 8: Educação e capacitação para a proteção das crianças

- Agora observe o quadro a seguir. Use-o para ajudá-lo a listar as necessidades que sua capacitação atenderá. Será útil fazer uma cópia para você ou copiar o que está no DVD.
- Use o quadro para identificar a necessidade e a prioridade. Depois comece a planejar como colocar as necessidades e as prioridades em forma de estratégia de capacitação para ser aprovada e endossada pela diretoria.



Identificação das necessidades prioritárias de capacitação - Quadro modelo

Assunto	Número de membros da equipe	Como realizar (você talvez queira unir-se com outras ONGs para reduzir custos)	Prioridade Alta =4 Baixa = 1	Recursos/ custos
Sensibilização básica de proteção à criança	Todos	Capacitação inicial Avaliação da equipe Eventos de capacitação	4	Supridos pela coordenação
Políticas e procedimentos	Todos	Capacitação inicial Avaliação da equipe Eventos de capacitação	4	Fora do orçamento anual
Recrutamento e seleção	Gerentes e equipe de RH	Avaliação/ capacitação no escritório principal	4	Supridos pela organização
Boas práticas de comunicação com crianças	Equipe específica de parceiros do programa	Articulações Locais	3	Supridas localmente, cobrando-se uma taxa dos parceiros para o evento
Capacitação inicial para a nova equipe	40	Capacitação da coordenação Literatura organizacional Contratos	4	Baixo

Os princípios da capacitação

Todas as estratégias de capacitação/educação devem ser baseadas nos princípios a seguir. A capacitação deve:

- Suprir as necessidades das crianças; uma boa capacitação significa que a equipe será mais capaz de ajudar as crianças.
- Refletir os valores, as metas e a missão da organização.
- Ser priorizado de acordo com a necessidade.
- Assegurar igualdade ao acesso; certifique-se de que a capacitação é acessível às pessoas que precisam dele.
- Certificar-se de ter todos os recursos para que se conduza de forma efetiva.
- Ser avaliado adequadamente.

Se tiver seguido esses princípios, você deve ter uma ideia clara:

- Da capacitação de que sua organização precisa.
- De como suprir essas necessidades.
- Dos recursos que talvez estejam disponíveis.
- De quem pode ajudá-lo e apoiá-lo no desenvolvimento da capacitação.

Uma vez que isso estiver estabelecido, você estará pronto para iniciar o programa de capacitação usando os módulos básicos e os *workshops* do Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*. O ciclo pode ser completado através do planejamento do programa de capacitação, da execução e, claro, da avaliação, para que assim você tenha uma noção de futuras necessidades de aprendizado e capacitação.



Padrão 9: Acesso à orientação e apoio

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

São arranjos feitos para promover informações essenciais e apoio para os responsáveis pela proteção das crianças. As crianças que foram abusadas são orientadas para receber ajuda.

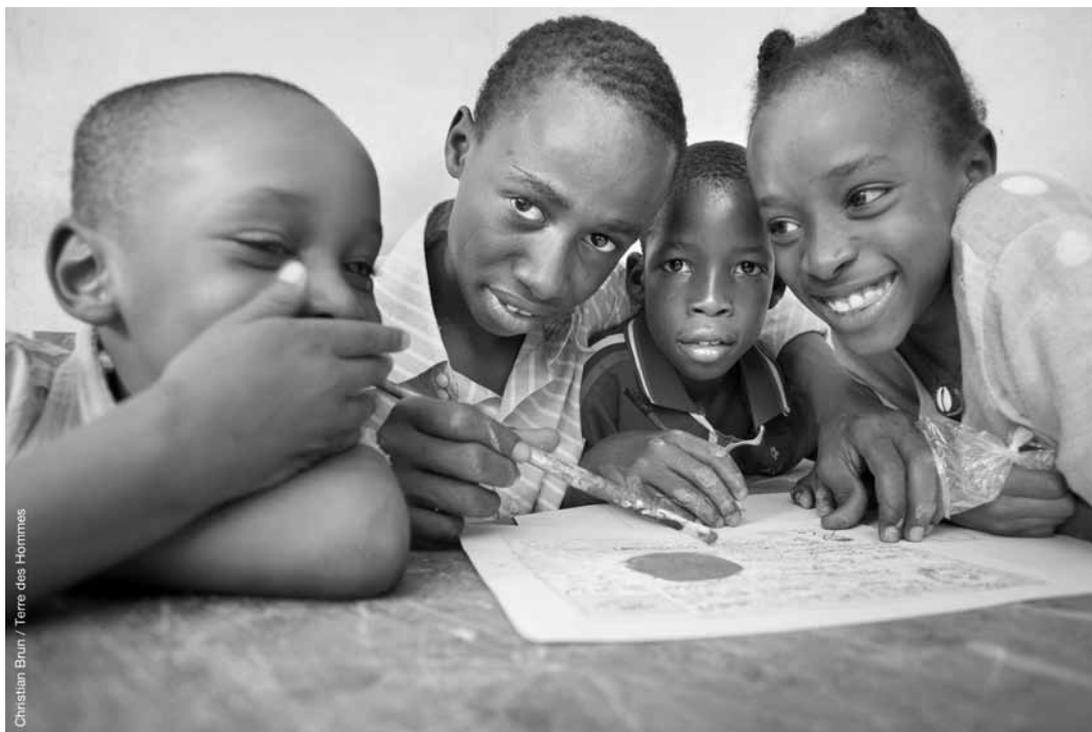
Por que as organizações devem alcançar este padrão?

O abuso contra crianças é algo muito doloroso e uma situação difícil de administrar. As organizações têm o dever de assegurar as orientações e o apoio que estão disponíveis para ajudar as pessoas a desempenharem seu papel na proteção das crianças. As crianças precisam de alguém a quem recorrer quando estão sofrendo abuso. Geralmente elas não sabem a quem se dirigir para pedir ajuda.

ASSEGURANDO QUE A CRIANÇA TENHA ACESSO A INFORMAÇÃO E APOIO

Todas as crianças e adolescentes têm direito a informação e apoio quando tiverem uma suspeita ou um problema ou quando forem maltratados ou assediados. É importante que recursos extras sejam desenvolvidos para assegurar que as crianças com necessidades especiais ou com dificuldades de comunicação também tenham a ajuda de que precisarem.

- Para atingir esse objetivo, vale elaborar listas para crianças e adolescentes com informações sobre como e onde podem obter ajuda e apoio na comunidade local ou região. Encontre pessoas que tenham experiência no trabalho com crianças com deficiência e podem ajudar a desenvolver linguagens alternativas de transmissão de informação, como braille ou áudio, por exemplo.
- Pesquise os serviços, as autoridades ou organizações existentes em sua comunidade ou região que dão assistência a crianças e adolescentes vítimas de abuso. Essa lista pode ser usada para que os educadores os auxiliem no acesso a aconselhamento e apoio.
- As listas devem ser mantidas atualizadas e incluir somente serviços eficazes, que foram verificados por sua organização como seguros e cuja prioridade são os interesses da criança.
- Obtenha um retorno das crianças e adolescentes sobre os serviços e sobre alguma suspeita que possa existir em relação a eles.
- Instrua a equipe e os voluntários sobre como ajudar crianças e adolescentes a encontrar o melhor apoio e aconselhamento através das listas. Esclareça, também, o que cada serviço oferece.
- Ensine às crianças e aos adolescentes que eles têm direito de buscar ajuda e de serem ouvidos e levados a sério, e diga-lhes a quem podem procurar se precisarem de ajuda ou estiverem sofrendo abuso.
- Conscientize-os de que devem buscar aconselhamento e apoio em relação a várias questões, e não apenas quando sofrerem abuso. Crianças e adolescentes devem saber onde podem encontrar alguém com quem falar sobre questões como:
 - Problemas com o professor;
 - Problemas com um dos pais/tutor;
 - Provocações;
 - Educação sexual;
 - Problemas de relacionamento;
 - Aconselhamento médico confidencial;
 - Orientações legais.



Padrão 10: Implementando e monitorando os padrões

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

É um plano de ação desenvolvido para monitorar a efetividade das medidas adotadas para a proteção das crianças.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

A fim de manter as crianças em segurança, políticas, procedimentos e planos devem ser implementados em todas as partes da organização. São necessárias verificações periódicas para assegurar que tudo está acontecendo de forma consistente. A opinião dos envolvidos interna e externamente na organização pode ajudar a melhorar a efetividade de qualquer medida tomada.

PREPARANDO-SE: IMPLEMENTANDO A POLÍTICA

Uma das chaves para o sucesso é saber claramente como implantar a política e o que talvez impeça que você faça isso de forma eficaz. Será que as políticas são “arquivos mortos” que ninguém nunca olha? Ou elas são “vivas” e úteis para a prática organizacional?

O *Workshop Básico 1*, no Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança*, inclui um exercício que o ajudará a identificar os “empecilhos na implementação da política de proteção à criança”. Dê uma olhada nele antes de prosseguir.

É útil pensar sobre que outras modificações aconteceram na política interna e como elas foram introduzidas em sua organização.

- O que funcionou bem?
- Por quê?
- Como isso foi apresentado?
- Como as coisas são comunicadas dentro da organização?

Muitas políticas são implementadas, mas poucas são monitoradas para que se verifique sua eficácia. A implementação e o monitoramento são essenciais para colocar as normas de proteção em prática.

Implementação

A chave para uma implementação eficaz é desenvolver uma **estratégia de implementação**. O ideal é que isso faça parte de todo o planejamento para desenvolver padrões de proteção. Você deve pensar nisso no começo, não no fim.

Existem quatro estágios de implementação:

1. Desenvolvendo a política;
2. Implementando a política: quando, onde e quem vai fazer isso;
3. Divulgando a política: como ela chegará às pessoas; falando com as pessoas;
4. Revisão e avaliação.

Atividade 10.1: Desenvolvendo uma estratégia de implementação

Objetivo

Desenvolver uma estratégia de implementação.

Notas

1. Em uma folha em branco faça anotações sobre estas questões:
 - Em que assuntos você precisa pensar?
 - Quem são as principais partes interessadas?
 - Quais são as possíveis dificuldades ou barreiras? Alguém está resistente ao processo de desenvolver padrões de proteção à criança?
 - De que tipo de capacitação as pessoas podem precisar? Quem vai certificar-se de que a capacitação acontecerá?
2. Estabeleça alguns objetivos de implementação:
 - O que você está tentando alcançar?
 - O que você quer que as pessoas entendam, sintam ou façam de maneira diferente como resultado dos padrões de proteção à criança?
3. Pense sobre estas perguntas centrais:
 - Quem pode me ajudar com informações, serviços especializados ou recursos?
 - De que recursos podemos precisar?
 - Quem já desenvolve um trabalho que talvez esteja relacionado, ou que seja útil para o desenvolvimento da prática de proteção à criança?
 - Quem talvez se oponha ao meu projeto ou fique resistente a ele?
 - Quem, em nível administrativo, precisa estar envolvido?
4. Resuma as respostas e as anotações que você fez:
 - Tente escrever alguns objetivos de implementação — não se sinta na obrigação de escrever muito; uma folha deve ser o suficiente.
 - Considere as possíveis dificuldades, bem como as possíveis fontes de ajuda na definição de alguns objetivos práticos.

Os objetivos devem ser **INTELIGENTES**:

- Específicos;
- Mensuráveis;
- Alcançáveis;
- Realísticos;
- Com prazo determinado.

Padrão 10: Implementando e monitorando os padrões

Atividade 10.2: Implementação - como fazer isto acontecer

Objetivo

Identificar formas de tornar a implementação mais fácil.

Notas

Existem duas maneiras efetivas e diferentes de implementar a política de proteção: a formal e a informal. Veja o quadro a seguir:

Formas de implementar a política de proteção à criança	
Formal	Informal
Avaliações/encontros	Redes
Informativos	Ouvindo/falando
Memorandos	Compartilhando
E-mails de toda a equipe	Debatendo
Conferências	Treinando
Documentos sobre a política	Debates em sites de intranet

1. Em uma folha de papel trace duas colunas, com os títulos abaixo. Pense sobre sua própria organização. Que tipos de comunicação já existem? Elas são formais ou informais?

Formal	Assunto levantado

2. Resuma o que você pensou e observe as questões abaixo. Isso deve propiciar uma visão da estratégia de implementação, incluindo:
 - Objetivos claros de implementação;
 - Meios formais e informais de comunicação;
 - Saber quem poderá oferecer ajudar;
 - De que recursos você precisa;
 - Que prazo é realista;
 - Que dificuldades e barreiras podem existir.

Avaliação e revisão

O próximo elemento essencial no processo de uma implementação eficaz é **avaliação e revisão**.

Atividade 10.3: Como você saberá se está funcionando?

Objetivo

Identificar os mecanismos de gestão que irão ajudar a assegurar a implementação.

Notas

Há várias maneiras de identificar os mecanismos de gestão de que você precisa para assegurar a implementação da política.

Algumas são formais, como:

- Mecanismos de gestão que assegurem que as pessoas sigam as políticas e procedimentos.
- Análise de qualquer reclamação relacionada com a proteção da criança.
- Análise da prática e de qualquer falha em seguir os procedimentos, códigos de conduta, etc.

Algumas são mais informais e envolvem a verificação de entendimento, esclarecimento, sentimentos, percepções, comportamentos e atitudes das pessoas.

Existem várias formas de verificação que podem ajudar:

- Questionários;
- Conversas em grupo;
- Entrevistas;
- Auditoria;
- Observação.

É essencial que sua estratégia inclua um plano e um cronograma que digam quem, como e onde você vai avaliar e revisar.

A seguir você encontrará um exemplar do mecanismo de gestão: o Plano de Ação para a Implementação da Política de Proteção à Criança. Ele servirá como um exemplo de como planejar a implementação da política em sua organização. O DVD também contém cópias em branco desse quadro, para que você possa imprimir, se precisar. Além disso, o DVD contém um mecanismo de implementação para coordenadores. Esta é uma lista de verificação da proteção da criança e responsabilidades da coordenação.



Geralmente as organizações que implantam padrões/políticas de proteção à criança descobrem que têm mais encaminhamentos/reclamações/incidentes. Isso deveria ser ruim, mas é um bom sinal, pois mostra que a equipe e as crianças estão mais conscientes e reconhecem sua responsabilidade de relatar suas suspeitas. Não significa necessariamente que a organização tem problemas. Significa que a organização desenvolveu algumas formas efetivas de descobrir e lidar com práticas arriscadas ou ruins que estavam (previamente) escondidas.

Padrão 10: Implementando e monitorando os padrões

Padrão 10

PLANO DE AÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA					
Nome do programa, país, etc.					
Área de implementação	Atividades prioritárias	Responsável	Prazo	Apoio/recursos necessários	
Divulgação/sensibilização					
Procedimentos locais					
Sistemas de gestão					
Avaliação de riscos					
Aprendizagem e desenvolvimento					
Comentários adicionais					

Preenchido por

Data:



Padrão 11: Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões

INTRODUÇÃO

O que é este padrão?

Nos lugares onde as organizações trabalham com parceiros ou através de parceiros que estão em contato com crianças, esses parceiros têm ou desenvolvem políticas e procedimentos de proteção à criança que são coerentes com estes padrões.

Por que as organizações devem alcançar este padrão?

Quando trabalham em parceria, as organizações têm a responsabilidade de assegurar que as crianças estão sendo protegidas também por sua organização parceira. A maioria dos parceiros que trabalham com crianças devem estar prontos e atentos à proteção da criança, e talvez já tenham adotado boas políticas e costumes. Uma discussão entre os parceiros baseada nesses padrões deve permitir um mútuo aprendizado e desenvolvimento das boas práticas acordadas.

O que significa trabalhar com parceiros?

Às vezes falamos em trabalhar com parceiros ou trabalho em parceria. Parcerias variam muito, mas geralmente estão dentro das seguintes categorias:

- Trabalhar com comunidades locais e pequenas organizações, por exemplo, grupos de crianças, estruturas comunitárias locais, Organizações Comunitárias de Base (OCB) visando planejar e implantar programas.
- Trabalhar com organizações maiores e mais estabilizadas (ONGs locais, alianças, ONGs Internacionais), que agem como “parceiros implementadores”, isto é, implementam programas e projetos e coordenam esse projetos diariamente.
- Uma categoria híbrida, isto é, trabalhar com uma organização parceira grande e estabilizada (p. ex., ministérios do governo, agência da ONU, outras ONGs), normalmente descrita em termos de ‘colaboração’ e dirigida por acordos escritos formais.

Existem variações e combinações, mas estas categorias descrevem a maioria dos arranjos de parceria. Convém analisar a natureza da sua parceira para que você possa desenvolver expectativas realísticas e uma estratégia apropriada para trabalhar com seus parceiros pela proteção de crianças.

Por exemplo: mesmo que o trabalho seja com uma pequena OCB, é necessário um acordo sobre a proteção da criança. A ONG Internacional talvez auxilie a OCB em suas políticas e procedimentos e com alguns acordos básicos sobre as formas de trabalhar para que a proteção da criança seja uma prioridade. Esses acordos talvez sejam simples e feitos apenas verbalmente, depois de uma discussão inicial.

No entanto, uma ONG local ou uma ONG internacional deve incluir a proteção da criança quando estabelecer um relacionamento formal com os parceiros implementadores, além de desenvolver acordos formais escritos sobre como, juntas, as agências vão assegurar a proteção das crianças.

Implicações para a proteção da criança

Ter alguns princípios básicos para um trabalho em parceria significa que o comprometimento com a proteção da criança contra o abuso e a exploração deve ser um elemento essencial no relacionamento da parceria. Valores e princípios operacionais devem essencialmente ser os mesmos entre os parceiros: os parceiros precisam incorporar uma estratégia comum para se responsabilizarem pelo direito que as crianças têm de serem protegidas.

Questões relacionadas com prestação de contas e transparência têm tradicionalmente sido categorizadas como problemas de administração, finanças ou outras questões operacionais. Mas estas questões também se relacionam à forma como trabalhamos com crianças. ONGs Internacionais precisam estar seguras de que o trabalho de seus parceiros ou o contato com as crianças demonstrem integridade, ética e boas práticas, incluindo comprometimentos claros com a proteção da criança.

Parceiros e proteção da criança: o que estamos tentando alcançar?

Você e seus parceiros devem estabelecer o compromisso de manter as crianças em segurança. Os arranjos práticos e administrativos dos parceiros das ONGs Internacionais devem refletir esse comprometimento em comum de proteger as crianças e responder às questões de abuso.

A forma mais efetiva de manter as crianças em segurança é ter uma proposta positiva e apoiadora para o trabalho com parceiros. Avaliações e outras atividades de compartilhamento serão essenciais. Os coordenadores locais devem pensar na melhor forma de informar os parceiros sobre os comprometimentos com a proteção da criança e sobre o que o trabalho com parceiros significa para eles. Eles também devem pensar na melhor forma de obter o compromisso dos parceiros.

Em termos práticos, isso significa certificar-se de que:

- ONGs Internacionais definam com clareza a natureza da parceria que estão estabelecendo;
- existe uma política de avaliação na agência parceira sobre seu trabalho com crianças e como ela as protege;
- os próximos passos requeridos nessa área sejam identificados;
- você entre em acordo sobre como a agência parceira vai ser apoiada pela ONG Internacional para alcançar credibilidade/competência na proteção de crianças.

Atividade 11.1: Trabalhando com organizações parceiras

Objetivos

- Trabalhar com parceiros existentes visando rever os arranjos para a proteção da criança.
- Identificar o nível de adesão aos padrões de proteção de *Um Lugar Seguro para as Crianças*.

Notas

Esse processo deve ser realizado com agências parceiras, individualmente, mas você também pode fazer um *workshop* com representantes de vários parceiros:

- Revise as práticas atuais usando o guia de autoavaliação *Um Lugar Seguro para as Crianças* (DVD)  **Guia 5**
- É muito importante certificar-se de que você e seus parceiros estejam falando sobre a mesma coisa quando usarem o termo ‘proteção de crianças’. Estabelecer uma linguagem comum e um significado para o termo é essencial para assegurar que os acordos de parceria façam sentido. A informação e os exercícios no Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança* podem ajudá-lo a fazer isso. Veja os **Módulos 2 e 3** para ideias sobre como estabelecer entendimento local sobre abuso.

Padrão 11: Trabalhando com parceiros para alcançar os padrões

- Levantamento de riscos — você talvez queira verificar se existem riscos em potencial na agência parceira e em seu trabalho, utilizando o guia de análise de riscos na Fase 1 deste guia, na **Atividade 1.4.** 
- Depois de avaliar a prática atual, o entendimento de abuso e as questões de risco, é importante identificar o que precisa mudar e, então, desenvolver um Plano de Ação.
- O DVD inclui um modelo de acordo de parceria desenvolvido pela *Save the Children* — você talvez queira usá-lo como base para desenvolver seu próprio acordo de trabalho em parceria. 

Atividade 11.2: Promovendo a proteção de crianças junto aos parceiros

Objetivo

Decidir quais passos são necessários em sua agência para ajudar os coordenadores e a equipe a promover e apoiar a implementação das políticas de proteção à criança junto aos parceiros.

Notas

1. Esta é uma atividade em grupo, por isso reúna um pequeno grupo de colegas e defina um tempo para trabalharem juntos. Pense sobre estas questões:
 - Como você normalmente trabalha com parceiros em seu programa?
 - Quais são as principais questões sobre proteção à criança e parceiros?
2. Converse sobre a prática atual e anote as principais questões em uma cartolina. Agrupe os temas em comum.
 - Houve alguma surpresa?
 - Quais são as áreas de boas práticas, e quais são as áreas de risco?
3. Considere a natureza dos acordos de parceria:
 - Seus acordos de parceria são formais ou informais?
 - Você está trabalhando com essas agências ou por meio delas?
 - Existem acordos escritos ou contratos, ou acordos simples e verbais entre as partes, e assim por diante?
4. Com base em sua análise, pense sobre o que as diretrizes com parceiros precisam incluir. A lista abaixo apresenta algumas sugestões:
 - Seleção dos parceiros;
 - Esclarecimento das funções e responsabilidades;
 - Contratos e acordos;
 - Avaliação;
 - Apoio contínuo;
 - Monitoramento;
 - Avaliação do impacto;
 - Relatório sobre a implementação das políticas e procedimentos de proteção à criança;
 - Ações específicas requeridas;
 - Planos de sucessão, estratégias para substituições e implicações para a proteção da criança.
5. Isto faz surgir alguma questão interna quanto à capacitação e recursos para apoiar esse processo?

As ONGs Internacionais ou outras agências têm a responsabilidade de apoiar seus parceiros em uma área que identificam como prioritária. Por essa razão, é importante que todas as agências pensem sobre os recursos de que precisam para apoiar seus parceiros no alcance dos padrões.

Atividade 11.3: Desenvolvendo padrões mínimos para parceiros

Objetivo

Decidir alguns padrões mínimos para a proteção da criança e o trabalho com parceiros.

Notas

Pense sobre as lacunas que você encontrou — seja através do exercício de autoavaliação, seja de outra forma. Trabalhem juntos para decidir como vocês podem preencher essas lacunas e decida quais os padrões mínimos que você deve esperar de seus parceiros.

Talvez estes incluam padrões específicos sobre:

- Como a equipe é selecionada e avaliada;
- Capacitação para a equipe;
- O desenvolvimento de um código de conduta;
- O desenvolvimento de procedimentos de relatoria da parceria;
- Comunicação com as crianças;
- Procedimentos de denúncia.

Veja no DVD um modelo de formulário de acordo de parceria.



CONCLUSÃO

Este Guia deve ter ajudado você e sua agência a iniciar o processo de implementação dos Padrões de Proteção à Criança. A tarefa sempre será um desafio e nunca será fácil. Porém, com o processo formalizado e os sistemas estabelecidos, as crianças com quem sua organização tem contato terão mais chances de ser protegidas. O Guia 3 - *Um Lugar Seguro para as Crianças: Capacitação para a Proteção da Criança* oferece vários exercícios de capacitação e materiais para assegurar que a equipe esteja apoiada e treinada para levar a tarefa de implementação dos padrões um pouco mais adiante.

Agradecimentos

A autora gostaria de agradecer às seguintes organizações e pessoas por sua contribuição para elaboração deste Guia:

Membros da Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças” e suas organizações de apoio (2002)

Rosemary Gordon, Ex-chefe dos Serviços de Consultoria, NSPCC

Philippa Lei, Assessora de Política sobre Direitos da Criança, Visão Mundial UK

Anna Lewis, Assistente Nacional de Trabalho com Juventude, Tearfund

Amanda Marshall, Oficial de Programas de Desenvolvimento, Tearfund

Pauline McKeown, Chefe Internacional do Departamento de Programas, CAFOD

Jenny Myers, Consultora Sênior, NSPCC

Paul Nolan, Gerente de Proteção Infantil, Plan

Jonathan Potter, Diretor Executivo, People in Aid

Richard Powell, Chefe de Proteção Global da Infância, Save the Children UK

Ruth Steele, Ex-gerente de Políticas para Crianças, EveryChild

Colin Tucker, Gerente de Programas – Palestina, Egito e Etiópia, Federação Internacional Terre des hommes

Marie Wernham, Ex-diretora de Advocacia e Proteção da Infância, Associação de Crianças de Rua

Jeannette Wijnants, Coordenadora da Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças” (pela revisão da segunda edição)

Yoma Winder, Assessora de Programas Humanitários, Oxfam

A Fundação Oak por sua contribuição financeira.

Outras pessoas que contribuíram com tempo, energia e recursos

Child Wise – Karen Flanagan e Fiona Williams

Consultora Associada de Capacitação *da* NSPCC, Dee Jethwa

Consultora Sênior de Capacitação *da* NSPCC, Zaffira Shah

Gerente de Igualdade e Diversidade *da* NSPCC, Norbert Marjolin

Gerente de Comunicações de Mercado, *da* NSPCC, Katie Moll
Designer de Gráficos Multimídia *da* NSPCC, Rachel Tunstall

Diretor e Produtor de Áudios Visuais *da* NSPCC, David Ward

Editor Externo Autônomo, Jo Hathaway

Coordenadora da HAP Construindo Organizações Seguras, Katharina Samara

Assessora de advocacia e direitos da infância, VIVA Network, Joanna Watson

Agradecemos a todos vocês que compartilharam seus recursos de capacitação e materiais que foram adaptados para este *kit* de ferramentas. Onde foi possível, os autores originais foram citados. Pedimos desculpas se esquecemos de alguém.

Com gratidão,

A autora

Jenny Mayers, Consultora Sênior da NSPCC (National Society for Prevention of Cruelty to Children - Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra Crianças, em 2002.

Produção do Kit *Um Lugar Seguro para as Crianças em Português*:

Esta ferramenta tão preciosa para a proteção das crianças e adolescentes chegou ao Brasil em 2008 por meio da Rede Mãos Dadas.

A Rede Mãos Dadas é uma rede de organizações cristãs que lutam em favor das crianças em vulnerabilidade social, cujo tema da proteção está entre suas prioridades de intervenção no Brasil.

Em 2008, formou-se um grupo de trabalho, responsável por traduzir, contextualizar e difundir a proposta de Um Lugar Seguro para as Crianças. O grupo era formado por Lissânder Dias (Rede Mãos Dadas), João Martinez (Tearfund), Karina Lira e Raniere Pontes (Visão Mundial Brasil), Teresa Santos (Aliança 180), Terezinha Candieiro (Pepe Network), Lastênia Soares (Terre des Hommes). Além destes, trabalharam voluntariamente nesta obra a equipe da organização BASE sediada em Vitória, ES, Elsie Gilbert em Viçosa, MG e Jailson Costa em Recife, PE.

A Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças” (Keeping Children Safe Coalition), lançou em 2010 a segunda edição em inglês. Esta obra é a primeira edição publicada em português e corresponde à segunda versão na língua inglesa.

A Rede Mãos Dadas agradece a todas as pessoas que voluntariamente contribuíram com tempo, energia e recursos para a elaboração e implementação desta ferramenta em português, e a todas as organizações que cederam tempo de seus funcionários para este fim. Reconhecemos em especial o trabalho da Teresa Santos que manteve a comunicação com a equipe da Aliança Internacional, trabalhou nas revisões do conteúdo, da diagramação, cuidando da impressão e elaboração de todo o *Kit*. Para isto ela contou com grande apoio de sua equipe de trabalho da Unidade Operacional Metropolitana Nordeste 1 da Visão Mundial, com sede em Recife, onde trabalha atualmente.

Agradecemos, também, a liderança da Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças” (Keeping Children Safe Coalition), pela contribuição financeira, que permitiu a produção dos primeiros mil *Kits* desta edição.

Para obter mais informações entre em contato com a Rede Mãos Dadas pelo e-mail: cartas@maosdadas.org

ARC Action for Rights of Children (Ações pelos Direitos das Crianças)

Uma iniciativa de capacitação e desenvolvimento de capacidades baseada nos direitos da criança. www.savethechildren.net/arc

Child protection policies and procedures (Políticas e procedimentos na proteção da criança)

E, Jackson; M. Wernham (2005). Child Protection policies and procedures toolkit – how to create a child safe organization (*Políticas e Procedimentos de Proteção da Criança - Kit de Ferramentas – como criar uma organização segura para crianças*): Child Hope UK www.childhope.org.uk

Child Exploitation and Online Protection Centre (Centro de Proteção Online, contra a Exploração de Crianças)

The Child Exploitation and Online Protection Centre (Centro de Proteção Online Contra a Exploração de Crianças) – CEOP atua em todo o Reino Unido e une links internacionais para detectar o abuso sexual infantil em qualquer lugar e em qualquer momento que estiver acontecendo. Parte da estratégia para alcançar este objetivo é oferecer internet segura aos pais e cuidadores e para as próprias crianças e jovens (www.thinkuknow.co.uk). www.ceop.gov.uk

Child Wise ECPAT Australia

Child Wise é uma fundação que trabalha para prevenir e reduzir o abuso sexual e a exploração da criança na Austrália e no exterior. Child Wise é um representante australiano do ECPAT Internacional, uma campanha global presente em mais de 70 países comprometidos em acabar com a exploração comercial e sexual das crianças. www.chidwise.net

Child Protection in Sport Unit (Proteção da Criança em Unidades Esportivas)

Contém muita informação sobre como proteger as crianças do abuso nos esportes e atividades recreativas. www.thecpsu.org.uk

Child Rights Information Network (Rede de Informações dos Direitos da Criança)

www.crin.org

Department for Children, Schools and Families (Departamento das Crianças, Escolas e Famílias)

Este Site do Departamento das Crianças, Escolas e Famílias do Reino Unido contém muita informação sobre proteção à criança. Mesmo tendo sido escrito para uma audiência do Reino Unido, muitos destes recursos, também, são relevantes para pessoas fora da Europa. www.dcsf.gov.uk

EduCare

Uma série de cursos de capacitação à distância e de sensibilização em temas de proteção da criança estão disponíveis e foram desenvolvidos em uma parceria com NSPCC. www.debrus-educare.co.uk

ECPAT

Uma rede de organizações e pessoas que trabalham juntos pela eliminação da exploração sexual contra crianças, pornografia infantil e tráfico de meninos e meninas. www.ecpat.net

The Football Association (Associação de Futebol)

A Associação Inglesa de Futebol tem um site muito útil para qualquer agência envolvida em esportes. Acesse a página de aprendizagem (a seção da meta de proteção à criança), que tem sido útil para promover conselhos sobre proteção de crianças no esporte. www.thefa.com

The Humanitarian Accountability Partnership (HAP) – Parceiros na Prestação de Contas Humanitária

A HAP foi o primeiro organismo autorregulador do setor humanitário. Sua missão é prestar contas das ações humanitárias aos beneficiários, através de autorregulação, verificação de conformidade e certificação de garantia de qualidade. Os beneficiários têm a oportunidade de fazer críticas e dar sua opinião sobre as organizações humanitárias. Em Abril de 2007, a *Building Safer Organization (BSO)- Construindo Organizações Mais Seguras*, passou de *International Council of Voluntary Agencies (ICVA) – Conselho Internacional de Agências Voluntárias*, para HAP. O projeto da *Building Safer Organization (BSO)- Construindo Organizações Seguras* é ajudar organizações humanitárias a desenvolverem capacidades de investigação das denúncias de abuso ou exploração das pessoas protegidas por elas, por parte de membros da equipe. O projeto oferece capacitação, apoio e consultoria sobre como receber as denúncias e realizar investigações. O projeto BSO reúne organizações do mundo todo com o objetivo de fazer com que as organizações humanitárias sejam mais seguras para os beneficiários. Você pode encontrar mais informações sobre o *Projeto Construindo Organizações Seguras*, eventos de capacitação e outros recursos, nos sites www.hapinternational.org e www.icva.ch, ou entrando em contato com bsoworkshop@hapinternational.org

International Red Cross Code (Código Internacional da Cruz Vermelha)

O código de conduta internacional pode ser encontrado no site.
www.ifrc.org

International society for the prevention of child abuse and neglect (Sociedade Internacional para a prevenção do abuso e negligência contra a criança)

www.ispcan.org

Internet Watch Foundation (Fundação de Observadores da Internet)

Um site muito útil para advertir e orientar sobre os crimes de abuso contra crianças na internet: www.iwf.org.uk

National Society for the Prevention of Cruelty to Children (NSPCC) – Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade contra Crianças.

A maior fundação do Reino Unido que trabalha para acabar com a crueldade contra a criança. Há muitas capacitações e recursos sobre proteção à criança.
www.nspcc.org.uk

Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights (Escritório das Nações Unidas para o Alto Comissário dos Direitos Humanos)

www.ohchr.org

People In Aid (Pessoas que Ajudam)

No site da People in Aid, você pode baixar uma cópia do *Papel do RH na Proteção da Criança*.
www.peopleinaid.org

UNICEF

O site tem uma ampla gama de recursos e informação sobre a proteção da criança.
www.unicef.org (www.unicef.org.br)

United Nations IASC (Inter-Agency Standing Committee) - Comitê Permanente Inter-Agências das Nações Unidas (IASC)

Princípios Básicos e Código de Conduta da Força Tarefa
www.humanitarianinfo.org/iasc

United Nations Secretary General's Study on Violence Against Children (Estudo da Secretaria Geral das Nações Unidas sobre Violência Contra Crianças)

www.violencestudy.org

Virtual Global Task Force (Força Tarefa Global Virtual)

Uma aliança internacional das agências encarregadas pelo cumprimento da lei, que trabalham juntas para que a internet seja mais segura. Você pode entrar em contato com ela se desejar mais assessoria nesta área.

www.virtualglobaltaskforce.com

Viva

Existe para conectar e unir os cristãos que trabalham com as crianças em situação de risco. Viva apoia o trabalho em conjunto, com a formação de “redes”, onde é possível compartilhar conhecimentos, habilidades e experiências. Isto significa que se os trabalhadores de seu projeto desenvolvem melhor seu potencial, a capacidade de seus projetos também vai melhorar, e eles,consequentemente, cuidarão melhor das crianças.

www.viva.org (www.redviva.org)

World Health Organization (WHO) Organização Mundial de Saúde

Tem informações sobre a prevenção de danos e violência e as definições de abuso infantil.

www.who.int/en/

A lista com sugestões de recursos e publicações na internet sobre participação infantil na proteção da criança pode ser encontrada no DVD.

Mais informações de proteção à criança podem ser encontradas nos sites dos membros da Aliança Internacional “Um Lugar Seguro para as Crianças.”

Catholic Agency for Overseas Development – Agência Católica para Desenvolvimento no Exterior (CAFOD)- www.cafod.org.uk

Childhope – www.childhope.org

Consortium of Street Children (Associação das Crianças em situação de rua) – www.street-children.org.uk

Every Child – www.everychild.org.uk

International Federation Terre des Hommes – www.terredeshommes.org

(National Society for Prevention of Cruelty to Children) – Sociedade Nacional para a Prevenção da Crueldade Contra Crianças - www.nspcc.org.uk

Oxfam – www.oxfam.org.uk

People in Aid – www.peopleinaid.org

Plan International – www.plan-international.org

Save the Children UK – www.savethechildren.org.uk

SOS Children's Village – www.soschildrensvillages.org

Tearfund – www.tearfund.org

Viva – www.viva.org

World Vision UK – www.worldvision.org.uk

Child Wise (2003). *Choose with Care child safe organizations (Escolha com Cuidado organizações seguras para as crianças)*: ECPAT Austrália.

Child Wise (2003) Choose with Care child safe organisations (Escolha com Cuidado Organizações Seguras para as Crianças): ECPAT Australia

Nolan, P (2004). *Role of HR in Child Protection People in Aid (Papel do RH na Proteção da Criança):* London.

UNICEF 2004 State of World's Children (*Estado das Crianças do Mundo*).

IASC (2002) *Report of the Task Force on Protection from Sexual Exploitation and Abuse in Humanitarian Crises (Relatório da Força Tarefa na Proteção contra a Exploração Sexual e o Abuso em Crises Humanitárias)*.

Secretary General Bulletin (Boletim do Secretário-Geral) (2003) *specialist measures for protection from sexual exploitation and sexual abuse (medidas especializadas para a proteção contra a exploração sexual e o abuso sexual)*.

Investigation into Sexual Exploitation of Refugees by Aid Workers in West Africa (Investigação sobre a Exploração Sexual de Refugiados pelos Trabalhadores Humanitários na África Ocidental) (2002), UN Office of Internal Oversight Services (Escritório das Nações Unidas sobre os Serviços Internos), UM document number (número do documento) A/57/465, 11. Disponível em: http://www.un.org/Depts/oios/reports/a57_465.htm.

E, Jackson; M. Wernham (2005). *Child Protection policies and procedures toolkit – how to create a child safe organization (Políticas e Procedimentos de Proteção da Criança - Kit de Ferramentas – como criar uma organização segura):* Child Hope UK, 2005.

Straus, M (1994a) *Beating the devil out of them: corporal punishment in American Families (Tirando os demônios deles: castigo corporal nas Famílias Americanas)*. New York: Lexington Books.

Sullivan, J & Beech, A (2002) *Professional Perpetrator: sex offenders who use their employment to target and sexually abuse the children with whom they work. (Abusador Profissional: abusador sexual que usa seu emprego para se aproximar e abusar sexualmente das crianças com quem trabalha)*. Child abuse review (Revisão sobre abuso contra crianças), Volume 11 – Issue3 p153-167: John Wiley & Sons, Ltd.

WHO (World Health Organization – Organização Mundial de Saúde) 1999, 2002 World Report on Violence and Health (Relatório Mundial em Violência e Saúde) Chapter 3, *Child Abuse and Neglect by Parents and Other Caregivers (Abuso Sexual e Negligência pelos Pais e Outros Cuidadores)*.



PRODUÇÃO DO *KIT* EM PORTUGUÊS:

Rede Mãos Dadas

Rede Mãos Dadas é uma rede de parceiros formada por organizações cristãs que acreditam na importância da luta em favor de crianças e adolescentes em situação de risco no Brasil.

Edição em português, setembro de 2012. Para obter cópias, escreva para cartas@maosdadas.org

Tradução: Paula Mendes

Revisão Gramatical e Ortográfica: Milena Vilela

Revisão de Conteúdo: Teresa Cristina Belchior dos Santos

Diagramação e Impressão: NGE - Nacional Gráfica & Editora. www.ngegrafica.com.br

www.keepingchildrensafe.org.uk Copyright © Keeping Children Safe Coalition 2011.
Graphics & Layout www.ideenweberei.com